



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2109/03	DATA: 26/11/03
INÍCIO: 15h21min	TÉRMINO: 21h12min	DURAÇÃO: 05h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h31min	PÁGINAS: 224	QUARTOS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RICARDO VITA PORTO - Advogado
BOUTROS SARKIS MEZHER - Proprietário da empresa Lemond
VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Responsável pela empresa exportadora e importadora Topázio Ltda.
PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Gerente da Cervejaria Conti
GERSON CONTE JÚNIOR - Administrador da Cervejaria Conti
GERSON CONTE - Proprietário da Cervejaria Conti

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Há intervenções inaudíveis.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Srs. Deputados, senhores depoentes, advogados, pessoas aqui presentes, havendo número regimental, nós vamos reiniciar os trabalhos da nossa CPI, agora em audiência. (*Pausa.*) Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos desta audiência pública, para ouvirmos os depoentes ligados à Cervejaria Conti. Está aberta a sessão.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, eu peço a palavra, como Relator da CPI da Pirataria, para um comunicado ao Plenário da Comissão, pedindo à Deputada Vanessa Grazziotin...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pedimos silêncio ao Plenário, dada a importância do comunicado, por favor.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, companheiros Deputados e Deputadas, hoje nós encerramos a primeira fase da CPI da Pirataria. A seguir, nós vamos adentrar numa prorrogação da CPI. O trabalho é vasto, tem muita coisa a ser feita. Mas este Relator pediria atenção para algumas palavras, uma decisão em que andei pensando ao longo dos últimos dias, ao longo do tempo. Eu pediria atenção. Sr. Presidente, Srs. Deputados, como Deputado de primeiro mandato, foi com muito orgulho que aceitei a indicação do meu partido para ser Relator da CPI da Pirataria, esse mal que assola gravemente o País. Desde o primeiro momento, busquei nortear minhas ações para coletar o maior número possível de informações que me permitissem chegar ao ponto em que chegamos, aperfeiçoar a legislação no sentido de combater com eficiência o crime de pirataria, crime este, Sr. Presidente, que, em 5 ou 6 meses de trabalho, nós pudemos verificar que causa danos em várias áreas da nossa economia, seja na eliminação de milhares de postos de trabalho formal no nosso País, seja na sonegação fiscal, que tanto prejudica a nossa população, ou seja até mesmo na geração de empregos marginais em outras nações. Enfim, Sr. Presidente, danos que têm uma imensidão de valores. Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pratica-se a pirataria na indústria fonográfica, na indústria do vestuário, bebidas, remédios, obras de arte, cosméticos. E, o mais grave, Sr. Presidente, é que gera crimes que significam danos físicos como a cegueira, que nós podemos verificar ao longo do trabalho desta CPI, e até mesmo a morte. Sr. Presidente, ao findar minha missão como Relator da CPI da Pirataria, apresentarei um projeto de lei que virá aperfeiçoar a legislação de forma



concreta — para permitir que se faça justiça e facilite a punição, além de coibir esse crime —, para o qual, Sr. Presidente, nós iremos, tenho certeza, com a ajuda de todos os companheiros da CPI da Pirataria, requerer a tramitação em regime de urgência nesta Casa. Pretendo, Sr. Presidente, retomar as origens das propostas que tinha quando me elegi Deputado pelo voto de mais de 152 mil cidadãos do Estado do Rio de Janeiro, um dos Deputados mais jovens deste País, propostas estas, Sr. Presidente, que os meus eleitores me cobram no dia-a-dia, nas andanças em minha base. Sr. Presidente, estão entre elas a adoção de um amplo programa de primeiro emprego. Eu tive a oportunidade de relatar uma Subcomissão sobre o primeiro emprego, sob a presidência de V.Exa., na Comissão Permanente de Trabalho, mas infelizmente, Sr. Presidente, ainda não conseguimos a adoção de um amplo programa de primeiro emprego. Temos confiança de que iremos conseguir e queremos estar ao lado do Governo para esse trabalho. E ainda, Sr. Presidente, o trabalho da inclusão do trabalhador da economia informal. Não faz sentido, Srs. Deputados, exercer o mandato legislativo pela metade. Portanto eu, ao encerrar este primeiro ano de mandato, irei buscar a realização desses compromissos, dessas propostas, agora mesmo, certo de ter cumprido o meu dever nesses 5 ou 6 meses em que trabalhei como Relator desta CPI. Irei passar à mão de todos os meus colegas um resumo do relatório que servirá de guia e certamente ajudará o Deputado que virá me substituir. Eu pediria licença, Sr. Presidente. A prerrogativa é de V.Exa. indicar o novo Relator, mas há um consenso, um consenso partidário, e eu não deixaria, em respeito a estes meses de trabalho, a oportunidade de cumprimentar meu substituto, que me honra muito, meu companheiro de partido e companheiro de Estado, o Deputado Josias Quintal. Sr, Presidente, eu finalizo desejando a cada um de vocês muita determinação, muita sorte no combate à pirataria, não mais como Relator, mas como Parlamentar comprometido com a erradicação da pirataria no Brasil, dirigente da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria, na qual continuaremos a desempenhar funções. Mas era preciso, Sr. Presidente, que eu me afastasse das funções de Relator desta CPI para cumprir, para navegar com meu mandato em outros caminhos que eu anseio por buscar. Era necessário também, Sr. Presidente, abrir espaço para os companheiros, para os muitos companheiros do PMDB do Rio de Janeiro que entraram no partido. Era um



compromisso partidário nosso, junto ao Líder, junto aos companheiros que entraram no partido que, em havendo prorrogação, em havendo possibilidade de abrir espaço aos novos companheiros, nós estaríamos fazendo. Estaremos reafirmando esse compromisso da direção interna do nosso partido com os seus Parlamentares na data de hoje. Sr. Presidente, para finalizar, eu tenho muita esperança de que nós podemos construir um Brasil melhor, sem pirataria e com um trabalho sério, com a certeza de que esta Comissão encontrou o caminho eficaz de combater a pirataria, de enfrentar o crime organizado e de trazer um grande resultado ao povo brasileiro. Sr. Presidente, despeço-me, então, desta forma, com o orgulho muito grande de, por 6 meses, ter desempenhado a função de Relator da CPI da Pirataria, e me comprometendo com cada um dos senhores a estar à disposição para continuar ajudando e à disposição em tudo aquilo que disser respeito ao enfrentamento desse crime que tantos males causa ao País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Deputado Leonardo Picciani pela maneira que conduziu a relatoria desta Comissão até o momento e lamentar a sua decisão de saída da relatoria desta Comissão, porque ele vinha muito bem exercendo a função de Relator da Comissão. Eu fico muito triste de saber que ele optou por deixar a relatoria da Comissão, mas fico feliz de saber que foi escolhido, inclusive indicado por ele, alguém experiente, que eu já tive o prazer de conviver na CPI do Narcotráfico — e aí estávamos em lados diferentes, seguindo no mesmo caminho, mas eu dentro da Câmara dos Deputados e ele nos ajudando bastante como Secretário. Eu acho que haverá uma continuidade muito importante na Comissão. Nesse sentido, eu não poderia deixar de lamentar com tristeza a saída do Deputado da relatoria e de dizer que V.Exa., Deputado, soube, com coragem, com determinação, com firmeza, com sabedoria, exercer essa função. E tenho certeza absoluta de que o nosso amigo e colega que estará lhe substituindo vai, com certeza, citar o enorme e brilhante trabalho que V.Exa. exerceu no seu relatório final desta Comissão, que, se Deus quiser, vai botar muita gente na cadeia ainda e vai fazer muita gente que não paga imposto pagar



imposto, porque o País está precisando. É óbvio que a gente vai trabalhar nesse sentido. Eu queria parabenizar V.Exa. pelo trabalho e pela escolha do seu substituto.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Muito obrigado, Deputado Robson Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Julio Semeghini, depois Deputada Laura Carneiro, depois Deputada Vanessa Grazziotin.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Presidente, hoje a Deputada veio toda esporte. Vou passar a palavra primeiro para a Deputada. Depois eu usarei a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputada Vanessa, depois dessa você faz o desagravo, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu agradeço ao Deputado Júlio, que não é o Lopes, é o Semeghini, pela deferência. Mas, enfim, eu, falando rapidamente, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar os trabalhos que até este momento foram realizados pelo nosso Relator, Deputado Picciani, e dizer do nosso bom relacionamento nesse período, não apenas do relacionamento meu em relação a ele, mas do Relator com todos os Parlamentares que compõem esta CPI. E quero dizer que eu, pessoalmente, Deputado Picciani, lamento essa sua decisão, apesar de respeitar uma decisão política, de foro íntimo. V.Exa. deve ter um planejamento de trabalho para os seus mandatos, como já me disse anteriormente. Entretanto eu tenho a certeza, a convicção de que, mesmo não estando mais, a partir de agora, na condição de Relator, V.Exa. acompanhará, sem dúvida nenhuma, da forma brilhante como tem feito até agora, os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero registrar que esta é um das poucas Comissões que tem tido o seu prazo prorrogado, porque é uma CPI que efetivamente tem trazido resultados. Geralmente, começa-se a contar ou a observar os resultados de uma CPI a partir do momento em que os relatórios são votados. Nós não. Poderíamos, Deputado Medeiros, listar aqui inúmeras ações do Poder Executivo, e não só do Poder Executivo, na elaboração de medidas provisórias, ações da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, coisa que não havia antes do início dos trabalhos desta CPI. Eu não tenho dúvida que, em grande parte, somos, este coletivo, os responsáveis por isso, não é? Então quero cumprimentá-lo, Deputado Picciani, pelo trabalho até agora, assim



como ao Deputado Josias Quintal, Deputado que tem uma larga experiência — foi Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro — e, sem dúvida nenhuma, dará continuidade a este trabalho. Então cumprimento-o e desejo a V.Exa. não só sucesso, mas dizer que estamos aqui à sua disposição, para auxiliá-lo naquilo que for necessário.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Deputada Vanessa, eu agradeço a deferência de V.Exa. Faço minhas suas palavras no que diz respeito à certeza de que esta CPI tem sido um dos grandes instrumentos públicos a serviço do povo brasileiro. E, no mais, seguirei a sua presidência na Frente Parlamentar de Combate à Pirataria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Muito obrigado, Presidente. Eu, Deputado Leonardo, quero, antes de mais nada, parabenizá-lo e dizer que foi um prazer muito grande tê-lo conhecido aqui mais de perto, ter trabalhado sob sua orientação. É seu primeiro mandato, mas V.Exa. mostrou com muita determinação por que é que chegou tão jovem a esta Casa. Quero parabenizá-lo e dizer que lamento. Até ontem, anteontem, esses dias, eu estava conversando com V.Exa. e pedindo a V.Exa. que continuasse. Mas não é justo, acho que V.Exa. está no caminho certo. Às vezes a gente entra nesta Casa numa correria, numa roda-viva, e vai atendendo a tudo aquilo que somos solicitados, e desviamos os nossos projetos das metas que realmente nos trouxeram até esta Casa. V.Exa. tem um dos projetos mais importantes deste País, que é voltar a dar esperança ao jovem brasileiro, para que tenha realmente oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. Conte com o nosso apoio nisso daí. Parabéns por tudo o que fez a esta Comissão, pela firmeza, pela maneira democrática como a conduziu, pela oportunidade que nos deu de poder avançar até onde avançamos. Tenha certeza absoluta de que não só na Frente Parlamentar de Combate à Pirataria, mas em todos os assuntos desta Casa, inclusive no seu grande desafio, que é o do primeiro emprego, V.Exa. pode contar com tudo o que este Deputado puder retribuir pelo que V.Exa. dedicou a esta CPI. Parabéns e boa sorte. É um grande prazer ter convivido com V.Exa.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Muito obrigado, Deputado Semeghini. V.Exa. certamente, nos últimos dias, foi o Parlamentar que quase me



convenceu a não tomar esta decisão, a não sair. Eu não usaria o termo “sair”, porque deixo a relatoria mas não deixo o compromisso de combate à pirataria, então estarei sempre presente na Comissão. Mas, Deputado Semeghini, V.Exa. quase me convenceu de que deveria permanecer, apresentando bons argumentos. Efetivamente eu julguei, numa decisão política, que deveria buscar os compromissos aqui citados, por isso tomei esta decisão. De qualquer forma, o prazer foi nosso de poder ter trabalhado com V.Exa. Vamos continuar firme nesse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Da mesma forma como os oradores que nos antecederam, eu gostaria de cumprimentar o nosso jovem e brilhante Deputado Leonardo Picciani. Na verdade, um Deputado de primeiro mandato chegar aqui e ocupar um cargo importante como Relator de uma Comissão importante como esta, sem dúvida, se deve aos méritos de V.Exa., não só à grande votação que V.Exa. teve, à confiança do povo do Rio de Janeiro, mas à capacidade que V.Exa. mostrou desde que chegou a esta Casa. Estou surpreso até com essa sua manifestação, mas todos nós temos que respeitar. Eu vejo como a maior necessidade que este País tem exatamente a geração de emprego e renda, principalmente para o jovem. E V.Exa., jovem que é, tem essa missão e com certeza haverá de levá-la à frente, e nós todos iremos apoiá-la. Então eu quero lamentar, por um lado, V.Exa. não estar mais como Relator, porque, durante todo o tempo se houve como Relator com muita competência, com muita seriedade e com uma parceria muito grande com todos os outros Deputados. Mas nós temos que respeitar a posição de V.Exa. Estamos aqui para apoiá-lo. Conte conosco. Que nós possamos transformar o sonho, então, de milhões e milhões de jovens brasileiros que anseiam pelo primeiro emprego, esse sonho em realidade. V.Exa. com certeza pode contar conosco. Parabéns. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Eu agradeço ao Deputado Canziani e desejo a V.Exa. boa sorte no setor a que tem se dedicado, especialmente no setor de bebidas. Que V.Exa. possa auxiliar o nobre Deputado Josias Quintal e os companheiros da CPI a chegarem a um grande resultado nesse setor muito atingido pela pirataria no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Diga, Robson.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu quero fazer uma questão de ordem sobre a ata, mas depois que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não? Deputado Júlio Lopes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Bom, eu, como todos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros desta audiência, gostaria de externar aqui, enfim, o profundo pesar que tenho de saber que o nosso Relator, Deputado Leonardo Picciani, está deixando a relatoria, em que pese nosso Deputado Josias Quintal tenha toda a capacidade de levar o seu trabalho adiante. Mas, Leonardo, eu gostaria de manifestar, de forma pública, primeiro um agradecimento, porque, se hoje tenho a posição que tenho aqui na CPI, enfim, devo em grande parte a V.Exa., que me ajudou durante todo o tempo, inclusive no ato da instalação. Sempre V.Exa. foi da maior solícitude, me ajudando, enfim, em todos os aspectos. E depois eu tenho aprendido muito com o convívio breve que tivemos nesta CPI. Apesar de muito jovem, bastante mais jovem do que eu inclusive, o senhor tem demonstrado enorme maturidade e capacidade de discernimento, assim como conhecimento, aliás um conhecimento surpreendente, que só pode advir do convívio que teve com o seu pai, grande conhecedor e grande político do nosso Estado, Presidente da nossa Assembléia Legislativa, homem a quem eu admiro muito. Quero registrar aqui, Leonardo, que realmente, em que pese a gente não ter conseguido convencê-lo a ficar, enfim, você sai deixando o melhor dos papéis. E, da minha parte, a minha admiração pessoal pela forma madura, consciente, profissional e equilibrada com que conduziu, porque sabemos todos que houve divergências, sabemos todos que houve dificuldades que o senhor soube superar e até fazer uma coisa que em geral os homens públicos não fazem: no momento em que esta CPI ganha a sua continuidade — provavelmente hoje terá aprovada a sua continuidade pelo Plenário da Câmara dos Deputados —, V.Exa. abriu mão, de certa forma, de estar continuando, em que pese tenha seus projetos pessoais, em função de não concordar ou ter dificuldade com a forma como, enfim, os trabalhos foram conduzidos. Tenho certeza de que isso também pesou na decisão de V.Exa. de abrir mão. Eu admiro muito pessoas, públicas ou não, que possam abrir mão do que quer que seja em função das suas convicções, em função das suas decisões. E, para



terminar, quero dizer que nós estaremos todos sempre desejando a sua participação e precisando da sua participação. Meu sincero muito obrigado por tudo.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Nobre Deputado Júlio Lopes, eu agradeço e retribuo seus cumprimentos, até porque, se há um Deputado aguerrido no combate à pirataria, certamente é V.Exa., talvez um dos mais incansáveis batalhadores no combate à pirataria. Certamente, a decisão política que tomei nada tem a ver com os rumos da CPI. Eu reafirmo aqui a minha convicção de que acredito no caminhar desta Comissão, de que acredito no papel que ela vem prestando ao povo brasileiro, e certamente continuará prestando esse mesmo serviço ao povo brasileiro. No mais, eu tenho convicção de que posso continuar ajudando, mas tenho convicção de que, para o desempenho do meu mandato, dos compromissos que eu tenho a obrigação de cumprir, sobre os quais pautei o meu pedido de voto, aqueles que me levaram a abordar e a olhar nos olhos de cada eleitor, eu teria efetivamente que me afastar, para me dedicar em tempo exclusivo, em tempo total, a esses projetos e ao projeto do nosso partido de construir um PMDB forte, um PMDB pujante em todo o País, que é ao que tenho me dedicado ultimamente. Então, Deputado Júlio Lopes, muito obrigado, e continue firme no combate à pirataria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, meu caro companheiro Léo Picciani, eu quero endossar as palavras dos companheiros que me antecederam e dizer que, ainda que todos aqui neste plenário falassem, ainda que todos aqui nesta Casa, nesta Câmara, falassem, certamente ainda ficaria muito por falar de suas qualidades. Você é tão jovem. Você, que é um fenômeno político, nos surpreende também aqui na convivência, no dia-a-dia, pela maneira inteligente e habilidosa com que você se relaciona. O relacionamento com o Deputado — cada Deputado é uma instituição —, ele não é muito fácil. Os Deputados, de um modo geral, têm posições definidas, têm posições muito fortes, são líderes por excelência, porque o processo faz assim. E a condução dos trabalhos, o exercício da liderança, ele requer daquele que o faz sabedoria, muita sabedoria, a sabedoria que V.Exa. demonstrou ter, apesar da idade, de tão novo. Tenho certeza que o Congresso brasileiro ainda irá ouvir falar muito de V.Exa., que está apenas começando um trabalho. Quanto à relatoria que nós vamos ocupar, nunca passou pela minha



cabeça esse desejo ou imaginar que viesse a ocupar esse cargo. Fazer parte da Comissão já é algo muito interessante, mas o destino nos leva a essa situação. Eu quero dizer a você e a todos os companheiros que eu vou encarar esta missão com a maior naturalidade. Apesar de ter tido uma experiência como profissional de polícia, como Secretário, entendo que a relatoria de uma Comissão desta envergadura, ela é sempre algo muito difícil, é sempre algo muito difícil. Então eu vou procurar interpretar, na verdade, o trabalho como um todo da Comissão, o pensamento de cada um, o trabalho conduzido por cada um, para fazer o melhor. Sei que terei, apesar de toda a experiência, muita dificuldade, e irei recorrer a V.Exa., que vai continuar fazendo parte, com certeza absoluta, desta Comissão. Embora tenha que se dedicar ao seu projeto político, da maior importância, vai continuar aqui conosco. Quanto ao mais, dizer que esta passagem se dá do modo mais harmônico possível, porque eu e o Leonardo somos amigos. Independente de pertencermos à mesma bancada fluminense, somos amigos e conversamos muito no dia-a-dia, então esta passagem do cargo, da função, ela se dá com a maior naturalidade possível. Nós haveremos de seguir todo o seu trabalho, com toda a humildade, com toda a dedicação. Vamos contar muito com você, companheiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Deputado Josias Quintal, como eu disse no meu pronunciamento anterior, é uma grande honra poder ser substituído por V.Exa. Quero aqui consignar a sábia decisão tomada pelo nosso Líder do PMDB quando eu comuniquei a ele que precisaria estar me ausentando dos trabalhos da relatoria: a escolha por ele realizada para a substituição, a escolha de V.Exa. Certamente, V.Exa. prestará ao povo brasileiro nesta relatoria o mesmo bom serviço que prestou ao povo do Estado do Rio de Janeiro como Secretário de Segurança e vem prestando como Deputado Federal. No mais, estarei à disposição para auxiliar nos trabalhos, nas conclusões do relatório e em tudo aquilo que V.Exa. de mim precisar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu estou com a ata que reproduz a 32ª reunião ordinária de audiência pública, e tem algumas falhas graves: primeiro, não tem quem foi ouvido; segundo, eu estive presente, e estou ausente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Perfeito, perfeito. O Sílvio está falando aqui que concorda com V.Exa. Tem erros gravíssimos, inclusive falta uma folha. Então a ata não vai ser posta em votação. Eu estou sendo informado disso agora e assumo a falha, de que me informou o Sílvio. Eu não tinha lido. O Júlio Delgado está inscrito, depois a Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Obrigado, Presidente. Obrigado, Sílvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado a você.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É rápido. As nossas palavras são de endosso às palavras dos colegas que nos antecederam. A convivência com o colega e Deputado Leonardo é que faz com que a gente tenha todo o apreço e carinho não só pelo seu trabalho, mas por estar sendo nosso companheiro nesta Legislatura. Quando todos nós chegamos aqui, os reeleitos, os eleitos de primeiro mandato, tivemos a surpresa de um jovem Deputado com muita garra, denodo e conhecimento. Sabe que nós abrimos mão dos nossos desafios, dos nossos projetos, dos nossos desejos muito em função de causa maiores. Posso aqui testemunhar que o Leonardo foi um companheiro que talvez este ano tenha colocado em suspenso a sua representatividade e o seu eleitorado em função do compromisso com esta CPI. É um reconhecimento que nós fazemos. Em primeiro lugar ficou o seu comprometimento com esta CPI. E, respaldando a palavra do colega Josias, do xará Júlio Lopes e de todos que me antecederam, gostaria de dizer que, com certeza, com certeza, esta CPI deste ano, desta Legislatura, já foi a que surtiu mais efeitos e mais resultados efetivos para esta Casa. E, seja o que vier desta CPI de agora por diante, como também a mesma competência na relatoria por parte do Deputado Josias, nós vamos ter no histórico da biografia desta CPI, do resultado que ela vai apresentar para a sociedade, além dos nomes de todos os companheiros que fazem parte dela, a sua colaboração, a sua competência, a sua capacidade empreendida, que eu tenho certeza também vai ser destinada a todos os desafios que V.Exa. tiver de agora por diante no cumprimento do nosso mandato nesta Legislatura, a honra de termos V.Exa. como companheiro nesta Legislatura. Parabéns. Eu quero dizer que quero continuar contando com a sua contribuição para que possamos surtir um bom trabalho e um bom efeito na CPI da Pirataria.



O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Nobre Deputado Júlio Delgado, nosso vizinho de gabinete, agradeço suas palavras. V.Exa. foi, neste primeiro ano de mandato, talvez um dos Parlamentares com quem mais nós pudemos nos identificar. Tem o nosso respeito. Será um grande prazer de continuar interagindo com V.Exa. nesse assunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Deputada Laura Carneiro, Deputada, por favor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, eu estava na instalação do grupo de trabalho que vai tratar, sugerir, enfim, de opinar sobre a questão da maioria penal aos 16 anos e outras matérias que modificam o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando a assessoria do meu Partido chegou lá e me disse: “*Deputada, o Deputado Picciani está renunciando*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Como é que é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – “*Deputada, o Deputado Picciani está renunciando, vai sair da relatoria*”. Eu levei um susto e saí correndo, por isso cheguei esbaforida — como sempre sou, mas especialmente... — e fui tentar saber os motivos que levavam o Deputado Picciani, meu amigo, a sair desse trabalho que ele fez tão bem até esse momento. Sr. Presidente, são poucas as pessoas nesta Casa que têm a coragem que teve o Deputado Picciani. Esta é uma CPI de visibilidade, uma CPI importante, mas o Deputado Leonardo Picciani, ao contrário das luzes, decidiu, por uma questão de foro íntimo, que a sua atividade Parlamentar no nosso Estado era de maior importância. Sem com isso dizer que vai deixar de participar dos trabalhos da CPI; ele apenas diz que não pode, não se sente com a possibilidade de tempo necessário para continuar com o exercício dessa relatoria. Isso, Sr. Presidente, só uma pessoa de muita coragem, só uma pessoa verdadeira, é capaz de fazer. A maioria de nós faria o contrário: “Não, eu vou dar um jeitinho, a gente enrola daqui, enrola acolá, e eu me mantenho na relatoria.” Então, eu queria agradecer a oportunidade de ter tido o Deputado Picciani como Relator, mas especialmente agradecer ao ser humano, Leonardo Picciani, que teve essa capacidade que poucos têm de viabilizar o que ele vê de mais importante, que neste momento é — e é natural que seja — a questão eleitoral que se dará no Estado do Rio de Janeiro. Queria dizer que eu me senti, se por outro lado, muito triste de



perder essa coordenação, e, ao mesmo tempo — e aí o (*ininteligível*) vai resolver esse problema pra mim, essa dualidade — feliz, porque também tenho como parceiro o Deputado Josias Quintal, com quem já trabalhamos em outras oportunidades, em outras CPIs, na CPI do Narcotráfico; só que naquela época, eu, sub-Relatora do Rio de Janeiro, e ele, Secretário de Segurança. Então, já sei exatamente como ele pensa, e ele, como eu penso, o que fica muito simples para trabalhar. Mas não poderia deixar de agradecer e parabenizar o Deputado Leonardo Picciani por esses meses de trabalho. Não seria possível a prisão do Lobão; os movimento que fizemos a partir da operação Anaconda; a questão específica do cigarro, no caso Lobão; específica da saúde; e tantos outros trabalhos desenvolvidos dos CDs, dos MDs; tantos outros trabalhos já desenvolvidos por esta Comissão, sem o dinamismo e a proficiência do Deputado Leonardo Picciani. Então, em nome do meu Partido, em nome do PFL, eu queria saudá-lo, entendê-lo e parabenizá-lo pela atitude corajosa que toma neste momento.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Deputada Laura Carneiro, essa companheira, amiga, talvez uma das Deputadas mais experientes na representação fluminense nesta Casa, muito nos orientou neste caminho, quero dizer que foi exatamente isso, não diria um ato de coragem, mas de compreensão de que eu precisaria, para o meu mandato, voltar ao caminho que havia planejado ao início do mandato, retomar o seio da origem do mandato. No mais, dizer que não foi uma renúncia, porque eu entendo que o político ele renuncia quando deixa de ter as suas convicções. Eu apenas me afasto, abro espaço a um grande companheiro, e mantenho, como disse anteriormente, a convicção e o compromisso com o combate à pirataria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Eu também, Sras. e Srs. Deputados, eu também queria fazer, na saída do Leonardo, eu também queria fazer uma reflexão. Ouvi bem a palavra de cada um dos Deputados e quero sublinhar uma coisa que disse o Deputado Júlio Delgado: esta é uma Comissão que teve êxito, apesar de todas as dificuldades. Fazendo aqui uma reflexão aberta, talvez até por falta de experiência minha, esta é uma Comissão... O Deputado Josias Quintal estava vendo nossa dificuldade técnica para trabalhar: faltam técnicos para fazer cruzamento de telefones para nós; estamos paralisados, precisamos cruzar os



telefones de alguns policiais e não temos técnicos. Estamos quase sem técnicos para trabalhar, nós temos de sair toda hora implorando. Quem olha de longe, Deputada Laura Carneiro, pensa que nós temos um grande aparato, não é verdade? Nós não temos aparato, nada, nós temos de sair correndo, buscando no Senado, pedindo uma ajuda aqui, outra acolá. As dificuldades são enormes. Apesar disso, eu ontem fui falar com o líder do PFL e disse: *“Líder, eu gostaria de ter seu voto para renovação”*. Ele me respondeu: *“Medeiros, não havia nenhum problema. Vou votar pela renovação desta CPI, porque não havia nenhuma denúncia contra esta CPI”*. Fui falar com o Líder do PMDB, que disse que era indiscutível. Não tive nenhuma, absolutamente nenhuma dificuldade — até parei um pouco de falar. Eu sou Presidente de uma CPI pela primeira vez, ele é Relator pela primeira vez. E eu acho que num trabalho nosso... Aí disseram: *“Não, a CPI quer aparecer”*. É evidente que a CPI quer aparecer; todo mundo quer aparecer. Uma CPI que não é pública, que não queira ser divulgada, não é CPI, e o Deputado que diga que não quer ser divulgado não é Deputado. É evidente que nos falta muita coisa: falta investigar o Rio de Janeiro. Esta CPI tem de ir ao Rio de Janeiro, tem de ir à Minas Gerais. Esta CPI, como disse você, tem de votar. Temos um monte de coisas ainda por fazer, um monte de coisas por conquistar. Mas eu analiso a seguinte questão: uma tarefa, para dar certo, ela tem de começar certo, ela tem de alçar vôo. Se ela, na primeira vez que tenta, não alça vôo nem bica, acabou-se. Então, esta CPI alçou vôo no começo, e a grande dificuldade é o começo de uma tarefa. E eu quero dizer o seguinte: sem nenhuma dúvida, o Deputado Leonardo, com todos os Deputados, mas ele, com a responsabilidade de Relator, foi fundamental para alçarmos vôo, foi fundamental com sua vontade, sua determinação. Lembro-me de que fomos um dia ao Rio de Janeiro, e todas as ações falharam, exceto uma que você tinha programado. Todas falharam — todas —, exceto uma que você tinha programado, que teve grande sucesso. E, graças a Deus, não naufragamos; não podíamos ter naufragado ali, e não naufragamos. V.Exa. deixou um esboço de relatório. E eu acho que se você ficasse aqui também, se estivesse aqui com o projeto, é evidente que não teríamos nenhum problema, mas você tem outra opção. Desejo-lhe êxito, e tenho certeza de que nós não vamos ter problemas de continuidade, porque o PMDB indicou uma pessoa de experiência, que é o Deputado Josias Quintal. Então,



quero te agradecer pelo trabalho, quero te agradece pela paciência que teve — num trabalho como este, às vezes não temos paciência. Por exemplo, a Deputado Laura Carneiro é uma pessoa fundamental para interrogar, mas nem sempre eu tenho paciência com a Laura. Mas reconheço que você é uma pessoa importante para interrogar, como é a nossa querida Deputada Vanessa Grazziotin, a quem eu disse que a juíza e a Janice, procuradora de São Paulo, falou de vocês. A procuradora sabe que tem uma CPI e falou: *“Tem duas mulheres lá na CPI, duas mulheres aguerridas”*. Eu disse que na próxima vez traria as duas mulheres, porque a gente consegue mais... Então, Leonardo, é isso o que eu quero dizer: você é jovem, está começando a vida parlamentar, é de família parlamentar, e tenho certeza de que você é uma pessoa de sucesso e de que sua experiência na CPI vai te ajudar muito a continuar voando alto. Voe sempre alto, viu?

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI – Nobre Deputado Medeiros, primeiramente gostaria de lhe cumprimentar pela condução que tem dado aos trabalhos desta Comissão, pela vontade — principalmente a vontade — que tem de buscar o rumo certo, de atingir os objetivos, que certamente fizeram com que nós, juntos, trilhássemos esta CPI num grande caminho, e certamente continuará fazendo com que esta CPI não seja só um sucesso, mas um sucesso porque apresenta resultados efetivos. Dizia-me um companheiro seu, o Lacerda, que na Zona Franca de Manaus, onde, no auge do ataque da pirataria sobre a indústria nacional, chegou-se a ter apenas 40 mil pessoas empregadas e que hoje eles estão fechando o ano com 72 mil empregados, o que mostra que nós podemos dar uma contribuição dentro do que era o objetivo inicial desta CPI, que era discutir exatamente os efeitos que tinha a pirataria como uma das causas do desemprego. Sr. Presidente, no momento em que lhe cumprimento, estendo os cumprimentos a toda a nossa pequena, mas valente, equipe de técnicos. Ficam aqui meus cumprimentos, agradecimentos e reconhecimento a cada um deles. Quero dizer a V.Exa. que conte comigo, quando julgar que eu tenha alguma contribuição a prestar a esta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Obrigado, Deputado Leonardo Picciani. Um abraço. Convido o Relator, Deputado Josias Quintal a assumir seu



posto. *(Pausa.)* À empresa Conti, então. Isso apenas foi apenas um exercício mental para podermos fazer a oitiva.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sr. Presidente, tive uma informação extra-oficial de que um órgão público estaria realizando uma feira com vários produtos falsificados. Não vou citar o nome do órgão público, mas gostaria que V.Exa. e a Comissão permitissem que eu diligenciasse no local amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Está bem. Concordo com você. Já combinei a diligência ao local e espero conversar com você mais tarde. Está empossado o Deputado Josias Quintal. O Deputado Rubinelli está propondo diligência a órgão público onde tem uma feira de produtos pirateados. Não vamos dizer qual o órgão público...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – É. Mas consulto os Deputados. Os que estão de acordo permaneçam com estão. *(Pausa.)* Vamos fazer a diligência. Estão, abertos os trabalhos, quero saber se o Sr. Gerson Conti Filho está presente. Levante a mão. Obrigado. Sr. Pedro Gimenez Júnior? Obrigado. Sr. Boutros Sarkis Mezher? Obrigado. Sr. Victor Vinicius de Bacelar e Cunha? Obrigado. Sr. Gerson Conti? Obrigado pela presença de todos. Vamos começar pelo Sr. Gerson Conti Filho. O senhor tem advogado? Perdão, vamos começar pelo Sr. Boutros Sarkis Mezher. O senhor tem advogado? Por favor. E nós pediríamos aos outros que aguardassem em local a ser indicado.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Advogado. Eu queria que o advogado declinasse o nome todo, OAB, etc. e tal, que é gravado. Pode tocar aí. Só a OAB.

O SR. RICARDO VITA PORTO - A OAB-SP 183224.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Está bom. Então, nós vamos, nós já ouvimos a Cervejaria Conti, através do Sr. Gerson Conte, então vamos ouvir o Sr. Boutros Sarkis Mezher, responsável pela empresa Lemond Comércio, Importadora Ltda. Com a palavra o Sr. Relator, Sr. Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de iniciarmos a oitiva do Sr. Boutros, eu queria requerer a V.Exa. que as



demais testemunhas, as demais pessoas convidadas ou intimadas fossem convidadas a permanecer nem outro ambiente, de vez que o assunto que vai ser tratado ele deve ser cercado do sigilo para as demais pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Exatamente, eu pedi que a Segurança da Câmara conduzisse os outros que serão ouvidos, convidados, para outra sala.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Se possível, sem televisão nessa outra sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Sílvio, cuida disso, por favor? Verifica para mim. Verifica lá.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Bem, Srs. Deputados, eu vou fazer uma série de perguntas e certamente os senhores depois vão dar seguimento em cima daquilo que a própria Comissão analisou, enfim, e preparou a documentação que os senhores receberam. Eu queria confirmar se o Boutros, qual é o seu nome completo, para que o Serviço de Gravação e Taquigrafia anotem.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Boutros Sarkis Mezher.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Qual a sua atividade profissional?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Comerciante.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Comerciante. O senhor é natural de onde?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não entendi.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Por favor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não entendi.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - A sua naturalidade?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Libanesa.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Libanesa. Atividade profissional.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sou comerciante exportador.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Comerciante. Há quanto tempo o senhor está nessa atividade comercial de importação e exportação? Há quanto tempo o senhor pratica importação e exportação?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Desde 1999.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Nobre Relator, Deputado Josias. Não está acostumado ainda lhe chamar de Relator.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, apenas para saber se o Sr. Boutros Sarkis Mezher está depondo na qualidade de testemunha ou... Depondo na qualidade de testemunha, indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu acho que é indiciado. É indiciado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele está indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Tem denúncia, tem denúncia em cima da empresa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Toda vez nós temos essa discussão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas é porque inicialmente a primeira coisa que se faz é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Toda vez nós temos essa discussão: saber se a pessoa é...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, a pergunta é: ele tem algum indiciamento judicial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Hã?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ele tem algum indiciamento por parte da Polícia ou judicial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O entendimento é que ele está sendo investigado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas investigado é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pois é, mas a nossa consultoria técnica tem outro... Nós vamos... Você perguntou porque sabia. Vamos tirar essa dúvida entre nós, depois a gente reúne e determina.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, é porque ele tem que assinar, porque senão... É obrigado a falar a verdade, sob pena de responder por falso testemunho.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Boutros, o senhor foi convidado para depor na qualidade de quê? De testemunha, de indiciado? O senhor foi intimado? Em que condição o senhor foi solicitado a comparecer nesse plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O senhor vai depor na qualidade de testemunha. E o senhor tem que dizer a verdade. Se o senhor não disser a verdade, o senhor pode ser preso por falso testemunho.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Bem. Então, sanada a dúvida, vamos continuar. Então, repetindo: Sr. Boutros, o senhor trabalha na atividade de exportação, importação desde de 1999, correto?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Qual a sua função ou o seu cargo ou a sua responsabilidade pela empresa Lemond - Comércio, Importação e Exportação?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sou proprietário.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O senhor é proprietário. Por favor, procure falar bem próximo ao microfone, para que fique gravado. Qual o endereço da empresa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Rua Arino Moreira nº 200.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O senhor tem filiais? A empresa tem filiais?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não tem filiais. Tem representação em algum outro país?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Especialmente no Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Só exporta para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Exporta para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Relator, só para colaborar. O senhor perguntou o endereço, mas em que cidade que é?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Ponta Porã — seria a pergunta a seguinte — fica junto à fronteira internacional? O senhor possui outra empresa,



administra outra empresa ou é responsável por alguma outra empresa que pratica importação ou exportação, ou apenas com essa empresa citada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Só essa empresa.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Como é que é a distribuição, a participação do presidente, do proprietário e de demais níveis na exportação, na venda dos produtos? Como é feito o rateio? Sim, vai.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Como funciona?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Isso. Como é que é feita a divisão do lucro? Ela é toda concentrada com o senhor ou algum outro sócio tem participação?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, só comigo. Eu tenho despachante, que faz a papelada e exporta produto para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Cliente no exterior. O senhor pode citar alguns clientes que o senhor tem no exterior ou os principais?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Mônaco.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Mônaco o quê?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Exportadora/Importadora SRL, Paraguai.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Localiza onde?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Paraguai.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - No Paraguai. Alguma outra mais?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Então, ela é uma importadora exclusiva do senhor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Quem fornece os produtos que a Lemond exporta?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Da Cervejaria Conti.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - A Cervejaria Conti fornece para Lemond e a Lemond, por outro lado, exporta. O transporte desses produtos exportados ele é feito por que via, de que modo?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - A gente contrata freteiro, pega mercadoria na Cervejaria Conti até a Receita Federal. Aí, depois, transportada para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Via?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Freteiros.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Freteiros. E produtos que o senhor importa? Que produtos o senhor importa regularmente?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu não importo, só exporto.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Então, a matéria-prima, toda ela é adquirida no território nacional.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Eu vou fazer mais uma pergunta e vou pedir ao Deputado inscrito que dê prosseguimento, para que não concentre muito as perguntas comigo. Quais foram as suas últimas importações?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Quando foi a última?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Importações?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não tem importação.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Está certo. O senhor respondeu anteriormente que não importava, então, não poderia responder essa. Muito obrigado. Eu passo a palavra para o Deputado... Qual o Deputado inscrito, por favor? Laura Carneiro.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Relator principiante tem essas dificuldades. Então, Deputado inscrito é o Julio Semeghini. Não está presente. Alex Canziani é o próximo. O Deputado que preferir passar a vez não há problema, é só comunicar. Mas o inscrito, na ordem, é o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Boutros, qual a constituição societária da sua empresa? O senhor é sócio único, tem mais sócios? Como é essa composição acionária?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu tenho 1 sócio que tem 1% e não tem participação na empresa.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Como é que chama esse seu sócio?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Samanta Rigo.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Tem algum grau de parentesco com o senhor ou não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Samanta Rigos.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - É 1% só que ela tem?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor possui automóvel?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu tenho automóvel.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Que veículo o senhor tem?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Vectra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Obviamente, o senhor possui habilitação para dirigir?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tenho.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor é libanês?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sou.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - E o senhor tem cidadania brasileira também ou não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É Modelo 19.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Senhor? Modelo 19.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor viaja com frequência ao exterior ou não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não. A última viagem foi em 1994, para o Líbano.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor tem representantes no exterior?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Quer dizer, o senhor tem um único fornecedor, que é a Conti, e o senhor tem um único cliente, que é a empresa Mônaco?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - É isso. E que produto que o senhor exporta?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu exporto cerveja, pinga.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Só?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso aí.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Perfeito. O senhor mantém algum comércio na Galeria Pajé, no Shopping 25 de Março, no Mundo Oriental, em São Paulo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Em Ponta Porã, além da importadora/exportadora, o senhor possui outra atividade comercial ou figura no quadro societário de alguma outra empresa, ou mesmo em São Paulo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Atualmente? Se tem agora?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sim.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - E o senhor já teve ou não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Já teve em 1980 até 88.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - De 80 a 88.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Que empresa que o senhor fazia aí?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Confecção.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Confecções. Onde isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - No Brás.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - São Paulo. No Brás.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - E essa empresa fechou ou o senhor saiu da sociedade?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Fechou.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Quais são as empresas que prestam o serviço de transporte para a sua empresa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - São freteiros particulares. Não tem...



O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não são empresas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor conhece a empresa Dinossauro - Comércio, Importação e Exportação?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor nunca ouviu falar.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Nunca foi sua cliente, nada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - E a empresa Búfalo Branco, de São Paulo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não também.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não conhece? Não sabe quem são os diretores, nunca teve contato com eles?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor conhece o Sr. Oswaldo Domingues Dibe? Dom Oswaldo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nunca ouviu falar?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Nunca teve nenhum contato comercial, nada com ele?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - E o senhor sabe quem é o responsável, proprietário da Transportadora Transbalan?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Trans...?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Transbalan.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não conhece a empresa também. E o senhor conhece Laércio José Balan ou não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Também não.



O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor, quando abriu essa exportadora de produtos, o senhor já abriu pensando em exportar a cerveja Conti ou não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O senhor abriu uma empresa e, aí, surgiu a oportunidade de exportar?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Abri e estava exportando pinga.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Pinga da Conti também?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não. Pinga de Paraná, de Jamel. Aí, depois, apareceu a cerveja Conti. Eu fui lá, fiz contato e comecei a trabalhar com eles.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - E, aí, só exclusivamente a Conti agora?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, nós temos mais algumas perguntas, mas como nós temos outros Deputados inscritos também, nós vamos dar oportunidades para quem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Aqui têm outros Deputados inscritos que eu não consigo saber quem é — nenhum dos dois aqui. Tem o Júlio Lopes depois, porque eu não consigo... Quem que é? Você consegue?

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Esse aí sou eu mesmo. *(Risos.)*
Vanessa Grazziotin

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Realmente, para ler Vanessa aqui está...

(Intervenção inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – É a questão da vista talvez minha. Deputada Vanessa Grazziotin.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu também, Sr. Presidente, acho que para a gente fazer um rodízio, vou fazer apenas algumas perguntas. O senhor respondeu que antes de trabalhar com exportação na Lemond, através da Lemond, o senhor trabalhava com... Tinha uma empresa de vestuário e confecção?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o senhor produzia?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Produzia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor produzia o quê?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Calça jeans, camiseta, bermuda.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E vendia para o comércio local?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Interno, tudo interno.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tudo interno. O senhor vendia para comerciantes?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Para comerciante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Onde ficava localizada a sua confecção?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Onde estava?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Na Rua Casemiro de Abreu.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Rua Casemiro de Abreu?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - No Brás.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Número?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu não me lembro ao certo o número.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O Brás é um bairro que tem muitos depósitos, muitas lojas.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Muita confecção.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A Rua Casemiro de Abreu fica próxima à Rua do Bucolismo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Fica uma travessa da Rua Oriente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, eu perguntei se fica próxima do Bucolismo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu não conheço essa rua.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não conhece a Rua do Bucolismo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não conhece?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Nunca ouvi falar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E os comerciantes que o senhor vendia eles se localizavam no Brás ou

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, vendia para o Brasil todo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Para o Brasil inteiro?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - O Brasil inteiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor fabricava.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Só fabricava.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E por que o senhor mudou de ramo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Piorou a situação, não é, na época do Plano Sarney, não é isso? Aí acabei fechando e mudando de ramo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mudando de ramo.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor constituiu a sua empresa Lemond em que ano?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É... 1999 ou 2000, não me lembro a data certa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – 99, 2000?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Hum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas quando foi que o senhor largou o ramo da confecção?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É, parei com o ramo em 1989.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E durante 89, até 99 nós temos aí uma década, o senhor fez o quê nesse período?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Fiquei fazendo bico, trabalhando como representante e trabalhei como gerente de uma exportadora em Ponta Porã também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em Ponta Porã?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Exportadora de quê?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - De bebida também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De bebida?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como se chamava?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É, exportava Belco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Cerveja Belco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Cerveja Berco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Belco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Belco.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas eu não perguntei qual a cerveja que importava. Como era o nome da exportadora?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Platina.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Platina. E essa empresa Lemond... Como se chamava sua empresa de confecção?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Lemond, também, Confecção.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Chamava Lemond Confecção.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor fechou aquela empresa e criou outra? Ou essa aqui sucedeu a outra?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, abri outra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor abriu outra?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O que que significava Lemond? O senhor gosta desse nome?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Palavra em francês; em português é o mundo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - O mundo.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O mundo. Essa a razão de...
E fora essas duas empresas, o senhor teve outra empresa ou participação societária?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De alguma outra empresa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não teve?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor falou que o senhor tem uma sócia: Samanta Rigos. Samanta Rigos é uma pessoa física ou é uma pessoa jurídica?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Como, se é casada ou...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, não. Samanta Rigos é uma empresa ou é uma pessoa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ah, é nome, nome de uma pessoa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É nome de uma pessoa.
Quem é Samanta Rigos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Uma amiga minha de lá de Ponta Porã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela vive onde?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Em Ponta Porã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Em Ponta Porã. O senhor saberia nos dizer o endereço dela?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor trouxe aí o contrato social da sua empresa, da Lemond?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não trouxe?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O contrato social da empresa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor é casado?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tem filhos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tenho.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Maiores de idade?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Maior.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E por que que o senhor escolheu Samanta Rigos para ser sua sócia? O senhor falou de início, sem lhe perguntar, que ela só tem 1%, mas que ela não faz nada.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Estou meio separado, não é? A família mora em São Paulo e eu moro lá em Ponta Porã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, o senhor é muito amigo da Samanta Rigos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Por isso, escolheu ela?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E por que o senhor não podia ter uma empresa só?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu acho limitada sempre a empresa tem mais crédito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, tem que ter mais de uma pessoa, não é, a proprietária. O senhor trabalha somente com a Cervejaria Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Somente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor falou pinga, que também exportava pinga.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Pinga, até hoje também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E quem produz a pinga?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - A fábrica Missiato, em Paraná.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, mas aí eu não estou entendendo. O senhor só não trabalha para a Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Então, trabalho... Eu sou exportador. Exporto Conti e exporto pinga também.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor disse que só trabalhava para a Conti.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu não sou exclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O senhor começou dizendo aqui que só exportava cerveja. Eu até disse: “Que estranho”. Não foi? Foi ou não foi?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, eu exporto pinga, também. Me perguntou o Deputado lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Depois?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Depois.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, não, porque nós entendemos assim: que o senhor já trabalhou no passado exportando pinga e que atualmente, pelo que o senhor falou, atualmente o senhor só trabalhava para a Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - A cerveja, só Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Só Conti. O senhor não tem frota de veículos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não tem, o senhor disse que só trabalhava com freteiros.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Freteiros.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Com pessoas, por exemplo, pessoas que têm 1, 2 caminhões. O senhor não trabalha com empresas transportadoras?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Pode ser um caminhão, eu contrato ele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Certo. O senhor não trabalha com empresas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Transportadoras? Nunca trabalhou?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Só com freteiros?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Só o freteiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Por que isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É o que mais tem lá, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Em Ponta Porã?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É mais barato? O senhor já foi fazer uma pesquisa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, não é mais barato. Sempre o que tem lá é freteiro, nunca vi empresa lá, não é, de transporte.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor conheceu o Seu Marcelo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Lá em Ponta Porã?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Marcelo?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Marcelo.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - O que que ele faz?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Marcelo Stracieri?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não conheceu?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Disse que ele trabalhava nesse mesmo ramo que o senhor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Bebida?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Parece que sim, bebida, também freteiro. Ele era freteiro.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, não conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não conheceu?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nem alguém com nome parecido ou um sobrenome Stracieri?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não conheceu em Ponta Porã?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E Laércio José Balan, o senhor já...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Também não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Já lhe perguntaram isso. O senhor tem certeza que não conhece essa pessoa? O senhor me diz uma coisa. O senhor tem uma empresa de exportação, mas o senhor contrata freteiros. Quem são os clientes para quem o senhor vende o produto, para quem o senhor exporta os produtos da Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Quem é o cliente?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quem são os clientes, que eu imagino sejam...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu tenho cliente no Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Somente no Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Só um cliente no Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ah, só um cliente?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Um cliente, um distribuidor, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é que chama o nome?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Mônaco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mônaco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Exportação e importação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – No Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - No Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E esse seu cliente, essa Mônaco, uma empresa, ela vende... O senhor sabe me dizer se ela vende todas as cervejas no Paraguai ou ela exporta para outro lugar ou...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu acredito só no Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Só no Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu acredito.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E essa empresa fica situada em que cidade no Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Pedro Juan Caballero.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pedro Juan Caballero. Pedro Juan Caballero fica próximo de Ponta Porã?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Fronteira.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Do lado?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Fronteira.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A Deputada Laura me disse que é só atravessar a rua. Eu nunca estive lá.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É isso mesmo. É fronteira seca, mesmo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É fronteira? Só atravessar a rua?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aí o senhor exporta para. E o senhor sabe dali o destino onde é as cervejas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, eu exporto só para eles. Agora, onde eles mandam o produto eu não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não sabe?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor podia nos falar assim como é que se dá essa operação de exportação? Falar passo a passo.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Como assim?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é que ocorre uma... Como que é o contato da... que papéis?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Da exportação?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, exatamente. Como é que acontece. Tente explicar, porque não somos entendidos nisso e nós precisamos saber.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Certo. O caminhão já carrega na fábrica, vem com nota de exportação.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O caminhão?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Onde é que fica a fábrica da Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Fica em Cândido Mota, Estado de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A quantos quilômetros de...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - De Ponta Porã?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De Ponta Porã.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - 700 quilômetros.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – 700 quilômetros?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor contrata esse freteiro aonde?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Lá em Ponta Porã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aí o freteiro vai com o caminhão vazio até Cândido Mota?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, ele leva garrafa junto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Garrafa vazia?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É. E traz cheia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E traz cheia.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aí carrega lá em Cândido...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - E vem para Ponta Porã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ahn.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Aí encosta na Receita Federal. Aí o despachante faz a papelada e passa na Receita, a Receita revisa caminhão e acompanha caminhão para o Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O despachante é o seu despachante?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Nosso despachante.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor tem quantos despachantes que trabalham para o senhor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Um só.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Só tem um despachante?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Um só.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é o nome dele?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Ali.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Ali.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ali? É de origem libanesa também?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, ele é brasileiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É? Ali de quê?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não sei sobrenome.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele tem uma empresa ou é despachante?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, não, é despachante só.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aí o caminhoneiro vai até Cândido, volta com a carga cheia, vai até a sua empresa.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor tem um galpão? O senhor tem um depósito?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tenho um depósito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tem quantos metros quadrados o seu depósito?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Deve dar uns 400, 500 metros quadrados.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E lá o senhor sempre mantém estocadas as cervejas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, as cervejas chegam lá e vão direto para a Receita, porque tem prazo de 48 horas para exportar a mercadoria.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Depois que chegou lá para senhor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Depois que o senhor deu entrada na papelada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso. Na hora ele faz a papelada e leva na Receita. O caminhão tem que estar na Receita.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E aí atravessa a rua e já está em Caballero?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Atravessa... que a aduana do Paraguai fica do outro lado. Ele entra na aduana e fica por conta de lá mesmo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E quanto tempo demora um despacho da Receita? É muita burocracia, muita dificuldade?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não. Um dia, um dia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Um dia já libera a carga?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Um dia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E todas as cervejas que vêm de Cândido Mota, não é isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hum...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Toda a mercadoria...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ...o carregamento de cerveja, vem com nota, tudo sem problema?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tudo com nota.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor já teve algum problema de algum freteiro de ter carga roubada ou parada pela fiscalização?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Até agora não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Nunca.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nenhuma carga roubada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, graças a Deus.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor é um felizardo, hein? Num País como o nosso em que roubam tudo, roubo de carga...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É verdade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ...sempre tem CPI aqui para trabalhar com roubo de carga, não é? É carga de medicamento, é carga de bebida, é carga de tudo. O senhor nunca teve nenhum problema?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, graças a Deus.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor está no ramo desde 1999, não é?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De 1999, ou seja, são 4 ou 5 anos já.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Quatro anos, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca teve “nenhumazinha” carga roubada? Nunca?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não. Já tive carga tombada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Carga tombada.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Também nunca foi parado pela Polícia Rodoviária, a mercadoria apreendida, quando foi verificou, tudo o.k., libera?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor conhece o Sr. Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – O Gerson Conti?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Gerson Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Conhece. Pessoalmente?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor vai sempre até à cervejaria dele?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sempre, sempre, não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quantas vezes assim por mês ou por...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Quando... 2 meses ou 3 meses aí eu vou lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A cada 2 meses?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hein?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A cada 2 ou 3 meses?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor vai lá fazer o quê?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Contato comercial mesmo. Às vezes eu não vejo ele, eu falo com o comercial lá, o pessoal do comércio.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E onde é que o senhor compra as garrafas. O senhor falou que o caminhão não vai vazio, eu lhe perguntei. Não anda 700 quilômetros vazio, ele vai com garrafa.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor adquire as garrafas onde?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – A primeira compra eu fiz na fábrica mesmo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Da Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E as outras?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – As caixas e as garrafas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E as outras?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – E agora ultimamente comprei uma caixaria lá na Fábrica Noveli, no Paraná.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Onde fica a Fábrica Noveli?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Paraná, mas não sei a cidade, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Paraná é um Estado, mas em que cidade fica?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não sei, tem de ver a nota fiscal.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor comprou quantas garrafas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mil. Não é garrafa, mil caixas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mil caixas com 24 garrafas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É isso? Com 24 garrafas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tá, mas aí o senhor exporta?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, vai a cerveja dentro da garrafa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E como é que a garrafa volta?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Com reimportação, o mesmo processo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Reimportação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Reimportação?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De garrafas vazias?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Isso compensa financeiramente?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Compensa, claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É mais barato? É mais barato isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É mais barato, é.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quem são os sócios da importadora no Paraguai, que é a...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não sei.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é o nome que eu já esqueci?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mônaco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mônaco. O senhor não sabe?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não sabe?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não sei quem são os sócios, eu trato...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas quem é o responsável pela empresa que assina?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Assina Juan Carlos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Juan Carlos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu não sei o sobrenome.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor já esteve com o Juan Carlos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Várias vezes?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É fronteira lá, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor é amigo do Juan Carlos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Somos comerciantes, a gente trabalha, somos amigos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Certo. O senhor possui alguma outra empresa, algum outro negócio, alguma outra loja, fora a sua exportadora Lemond?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, só essa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não? Nenhuma? Nem em nome de outras pessoas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não teria deixado...
O senhor separou de sua família, teria deixado alguma empresa para sua ex-esposa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não tenho, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E em São Paulo o senhor trabalhou durante muito tempo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – De 1979 até 1989.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Dez anos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, de 1980 até 1989.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor conheceu o Sr. Law?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Quem?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O Sr. Law Ken Chong?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não? Nunca ouviu falar dessa pessoa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Nunca ouvi falar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca? Nem leu nada sobre essa pessoa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Nada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor vive em Ponta Porã?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Vivo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mora lá desde 1999 ou antes?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Desde 1996

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Desde 1996. Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – O senhor é de Ponta Porã. Uma curiosidade: o senhor conhece uma pessoa chamada Fuad Jamil?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Ainda bem. Imagina se você dissesse que não? (*Risos.*)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quem é Fuad Jamil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Ah! Daqui a pouco ele vai falar?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – E Abud Kalil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Eu vou deixar para outros Deputados. Meus amigos, eu tenho uma audiência no Ministério do Trabalho que eu não posso perder. Então, eu passaria a Presidência para o Deputado Júlio Lopes, mas como é o Júlio Lopes que vai interrogar agora, eu passaria para a outra Vice-Presidência, que é a Deputada Vanessa. Deputada Vanessa, por favor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Eu queria passar a primeira pergunta para o Deputado Alex, que gostaria de...

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – É só se ele conhece Abud Kalil.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Quem?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – Abud Kalil.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Abud Kalil?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não. É de lá?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI – É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Deputado Júlio.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Qual é o seu faturamento nessa exportação que o senhor faz lá para Mônaco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Número exato não tem.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Aproximado.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Vamos dizer 150 para cima. Não tenho o número exato, mas posso relatar para vocês isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Mas é 150... Qual é o parâmetro? É mês, é carga?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É mês.



O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Ele paga como?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Quem?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – A empresa Mônaco.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Para mim?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Tudo à vista.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Em dinheiro?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Em dinheiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Em reais, em dólar, em guaranis?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Em reais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Não é em cheque?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não. Dinheiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – E o dinheiro vem como para o Brasil?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Na fronteira. Ele passa e entrega o dinheiro para mim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Não, espera aí. Mas o senhor manda o caminhão ir lá dentro do Estado, ele tira o dinheiro lá, ele paga o caminhão, não é isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor acompanha o caminhão para...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Para o Paraguai? Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, ele entrega o dinheiro para quem?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Entrega para a gente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Para gente quem?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Para a gente, para mim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Eu estou lhe perguntando. O senhor não vai ao Paraguai, não leva a mercadoria...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, mas não... É fronteira seca, só atravessar a rua e ele está no Brasil.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, o caminhão chega lá, ele sai, vai andando e atravessa a rua e ele vai lá e lhe paga, é isso?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, o caminhão entra numa rua, ele atravessa, vai lá e...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Entra na aduana do Paraguai, na Receita do Paraguai.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Aí, ele sai e vai lá e paga o senhor em dinheiro?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Os senhores não movimentam cheque por que, numa região tão perigosa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Lá a moeda é outra, é guarani, não é?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, por isso é que eu lhe perguntei. Ele não lhe paga em guaranis, ele paga em reais.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Em reais, isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Na primeira vez já foi à vista a compra?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Para mim?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sempre.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Como é que o senhor estabeleceu esse contato comercial com ele? Foi indicação? Como é que foi?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – A gente vive lá, não é? A gente procurou o cliente e fizemos contato e acertamos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Isso foi num crescente ou a primeira carga já teve o mesmo montante, o mesmo valor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, foi crescente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, vamos explicar melhor. Qual é o volume que o senhor fornece a esse comprador em termos de cervejas mensais? Qual é a quantidade?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu não tenho o número certo aqui.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Sim, mas não precisa ser exato, mas pelo menos aproximado. Qual é o volume que o senhor fornece?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Trinta mil caixas mais ou menos, mas não é certinho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Trinta mil caixas/mês?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – E isso o comportamento é uniforme durante o ano todo, mais ou menos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – No frio cai um pouquinho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Mas o senhor está dando uma média de 30 mil caixas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Agora no verão, 30 mil caixas, no calor. Agora, no inverno cai um pouquinho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Por que o senhor decidiu comprar essa cerveja da Conti especificamente?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Fiz contatos, estava procurando uma cerveja e a maioria das marcas já tinha representante lá. A Conti não tinha, aí procurei eles e acertei.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor chegou a ter uma outra cerveja? O senhor chegou a fazer uma tomada de preços, alguma coisa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Foi só lá na Conti e fechou o negócio e, de cara, já saiu com 30 mil caixas? Foi mais ou menos assim?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Automaticamente, pela primeira vez, o senhor já fez uma remessa de 30 mil caixas/mês?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, não. A gente não compra 30 mil caixas. A gente faz negócios diariamente, um dia sim, um dia não. Depende do pedido que vem para mim, eu compro da fábrica.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Qual é a produção da cervejaria?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não tenho idéia.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Nem aproximada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.



O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Esse volume, o senhor sente que é um volume que é crescente, isso está crescendo, está estabilizado?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, está crescendo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Está crescendo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Está crescendo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor não sabe para onde a Mônaco distribui essas cargas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É... Eu acredito, no Paraguai. No Paraguai todo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – No Estado inteiro?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Estado inteiro.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Deputado Júlio Lopes, permite-me um aparte? O senhor falou que dia sim, dia não, o senhor manda uma remessa de carga?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim, dependendo do pedido da Mônaco, a gente faz o pedido na fábrica.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Mas em regra isso ocorre dia sim, dia não, não é?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Às vezes todo dia.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Às vezes todo dia. Então, o senhor tem uma remessa para lá e poderá, certamente, comprovar isso com documentação mensal.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, isso.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Está bom, era só isso que eu queria saber e deixar registrado que ele remete dia sim, dia não e, às vezes, todos os dias uma carga para o Paraguai.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso. Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Como é que é o procedimento, exatamente na Receita? Porque o senhor falou, que a primeira coisa que o senhor falou aí, várias vezes, que o primeiro procedimento é com a Receita. Como é que é o procedimento? O senhor manda o caminhão para lá, o que a Receita faz?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – O caminhão encosta no pátio da Receita, o nosso despachante faz a papelada e leva para a Receita. Aí, o funcionário da Receita fiscaliza o caminhão e acompanha a saída dele para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Isso é isento de imposto, essa exportação?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É isento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Totalmente isento?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É isento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, na realidade, o que que a Receita faz? Só conferir o número...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Peso, produto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Não, eu não sei. Eu estou lhe perguntando o que ela faz? Então, ela confere.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, é isso aí. É o peso...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Número de garrafas...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, quantidade...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O peso, a quantidade.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Aí, ela chancela na nota fiscal.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – E acompanha a papelada toda, o processo e exporta para o outro lado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Perfeito. O interessante, quer dizer, é porque o senhor não faz esses pagamentos em papel-moeda, em meio circulante, não em meio de pagamento. Essa é uma curiosidade.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ordem de pagamento?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Não, chamou minha atenção...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hum.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - ... o fato de o senhor receber tudo em papel-moeda. Não é normal, nessas quantidades...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Então, lá...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - ... tudo ser recebido em dinheiro.



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Em dinheiro, porque outro lado não tem conta no Brasil. Por isso paga em dinheiro. Eu só recebo em dinheiro, porque pago em dinheiro para a fábrica, pago ordem de pagamento. Tudo à vista.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Mas o senhor faz a ordem de pagamento em dinheiro também?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, ordem de pagamento para a fábrica, senão a fábrica não libera caminhão.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Sim, mas aí a sua ordem de pagamento para fábrica já é feita por instrumento bancário, não é?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, bancário.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Só esse recebimento da Mônaco lá é que é em...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Em dinheiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Em dinheiro mesmo. O senhor não acha que é uma venda muito concentrada para um fornecedor só, não lhe preocupa isso, quer dizer?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não. Foi um acordo para não fornecer para outro lá no Paraguai, para não ter concorrência.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Pois é, Sr. Lemond, qual é o nome que o senhor mais usa, de uso mais normal?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Da...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O seu nome?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Boutros, mas me chama de Pedro, pode me chamar de Pedro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Pedro?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pedro é a tradução certa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Está certo. Sr. Pedro, o que me chama a atenção, quer dizer, é que não é usual uma empresa ter somente um comprador e um fornecedor. Normalmente as empresas buscam múltiplos fornecedores e múltiplos clientes, principalmente múltiplos clientes.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Não é usual isso.



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É, mas por enquanto só tem 1.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor está há 4, 5 anos com 1 só.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É, 4 anos. De 99 até...

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - E até hoje ele não atrasou pagamento, está tudo direitinho?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor nunca se interessou em saber quem é que está por trás do Sr. Juan Carlos, o que essa empresa faz, quer dizer, como é que eles distribuem lá dentro, qual e a rentabilidade que eles têm?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não. Eu vejo o produto no Paraguai nas lojas, nos botecos, nos bares. Eu vejo lá o produto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor tem vendedores para fazer esse acompanhamento?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor tem alguma equipe que faça estimulação de vendas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não, não. Eu tenho contato com ele do jeito que chega o caminhão vai para lá.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Quem mais está envolvido nessa operação? É só o senhor? O senhor que toma o pedido, o senhor que recebe o dinheiro? O senhor que vai lá no caminhão contrata o transportador?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Não tem o gerente?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Só tem o despachante, que faz a papelada, que essa eu não mexo, não é?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – E não tem nem o gerente, ninguém? É tudo o senhor mesmo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor carrega todas as informações e...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – É muito trabalho, não é?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não tem muito trabalho, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Não? O senhor manda o caminhão na fábrica, o caminhão enche?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É. E vem até à Receita, o despachante faz a papelada, o caminhão vai para o outro lado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Por que a fábrica precisa tanto do senhor? Por que o senhor...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – De mim?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, eu sou cliente como outros clientes, né?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – É, mas qual é o *spread* que o senhor ganha, a diferença que o senhor ganha entre a fábrica e essa compradora, esse seu cliente?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mônaco?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – A fábrica não tem nada a ver com a Mônaco. Eu é que vendo para a Mônaco. A fábrica vende para mim e eu vendo para a Mônaco.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Sim, veja bem, Sr. Pedro, nós estamos aqui tentando entender um pouco dessa mecânica que tem algumas coisas interessantes nessa fábrica...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – ... que estão nos chamando a atenção. Enfim, para que as pessoas que estão acompanhando a audiência saibam, esta fábrica tem vários contratos de financiamento que nunca são pagos e os financiamentos, ao contrário de serem abatidos, são acrescidos. É uma coisa interessante: o senhor tem alguém que lhe financia, que nunca lhe cobra e ao invés de lhe cobrar, toda vez lhe dá dinheiro novo e cada vez mais dinheiro e mais dinheiro e mais dinheiro e o dinheiro não volta, só aumenta.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hum.



O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, isso tem chamado muito atenção. Nós estamos aqui trabalhando porque também nos chamou a atenção o fato de que um dos maiores contrabandistas do Brasil, o Sr. Lobão, tem ido visitar essa fábrica duas vezes e o seu representante outras várias vezes. E me chama a atenção que os senhores comerciantes, hábeis como são, a fábrica tenha uma pessoa fazendo uma intermediação de uma venda para um mesmo cliente há 4 , 5 anos, sem que, enfim, tenha tentado ampliar o número de clientes ou a fábrica tenha tentado, enfim, melhorar a sua performance nisso.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo. Não tem... Só estamos trabalhando com esse cliente por enquanto, pode ser mais para frente, a gente arruma outro cliente, outra região. Mas, na realidade, naquela região não pode ter outro. Não suporta, né?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, no último ano o senhor remeteu para a fábrica, qual foi o valor que o senhor remeteu para a fábrica?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não tenho o valor assim. Não lembro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Então, vou pedir ao seu advogado para o senhor lembrar, porque nós vamos estar quebrando os seus sigilos bancário, fiscal, telefônico e também vamos pedir ao senhor para nos informar por ofício...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – ... qual foi o valor das vendas que o senhor fez para essa empresa e quanto é que o senhor remeteu...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo. Não há problema.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – ... por ordem de pagamento para a fábrica.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Isso é importante que o senhor nos remeta o quanto antes, para que nós possamos ampliar um pouco o nosso conhecimento sobre essa comercialização.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Tudo bem.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Era isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Júlio Delgado. Mas antes disso, convido o Sr. Deputado



Júlio Lopes para dirigir os trabalhos como 1º Vice-Presidente. Deputado Júlio Delgado pode já iniciar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Rapidamente, Sr. Boutros, o senhor disse que em 1999 o senhor criou essa Comércio, Importação e Exportação, Lemond.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Tinha confecção, caiu o movimento, coisa tradicional, normal de acontecer, e o senhor criou em 99 a Comércio, Importação. Desde quando o senhor trabalha com a Cervejaria Conti? Porque, aí, o senhor falou que estava exportando cachaça, houve um entendimento, que eu lembro, que o senhor falou, no começo, que estava agora exportando cerveja e cachaça.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só que o senhor tinha uma marca de cachaça, e parece que mudou a marca de cachaça, não foi isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não mudou nada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Era Jamel, que o senhor falou?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Então, Jamel, mas o nome da fábrica é Missiato, não mudou nada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Sim.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – A marca é Jamel, mas a fábrica é Missiato.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Mas, então, em 99, quando o senhor criou a Lemond...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Comércio, Importação e Exportação para exportar para o Paraguai bebida?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – E começou só com cachaça ou começou com a cerveja e com a cachaça?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, comecei só com cachaça, primeiro.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Só com cachaça. E quando que entrou a Conti, que o senhor começou a comercializar com a Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu acredito, começou no fim de 99, começo de 2000.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – O senhor começou, então, em 99, quase com 1 ano de atividade e entrou a cervejaria?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É. Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Cervejaria Conti.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O que o Deputado Júlio — e eu vou concluir rapidamente... O que causa surpresa é o seguinte — e queria que o senhor me explicasse isso um pouco para a gente poder entender. Esta é uma CPI e a gente tem que fazer... Como a Câmara dos Deputados quer apurar questões... O senhor veio para cá sabendo o que tem aqui.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – É uma CPI de Pirataria para poder investigar falsificação, contrabando. Então, se o senhor veio aqui na qualidade de testemunha, é para nos... Por que existe uma empresa de importação e exportação para poder exportar para o Paraguai a cerveja quase que exclusivamente, o único produto que o senhor falou é a cachaça? A cervejaria não podia fazer isso diretamente, não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pode também.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Pode?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pode.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – E, aí, ela resolveu instituir o senhor para poder...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – ... fazer essa passagem. Porque a realidade é diferente. Em Brasília, a gente não tem isso. Nos nossos Estados, a gente não tem isso. Eu conheço Ponta Porã. Eu sei que lá a realidade com (*ininteligível*) vocês quando a pessoa pergunta sobre a questão de frete. Não existem empresas. Eu sei que os caminhões são fretados; eu sei que existem



algumas empresas que contam com o senhor para poder fazer alguma exportação para ir para o Paraguai e para vir do Paraguai, mas hoje o senhor tem um produto específico. Já começou a operar com quase 1 ano, quase que com exclusividade. Se eu tenho uma cervejaria, eu sou proprietário de uma cervejaria, e eu quero vender xis caixas de cerveja para o Paraguai, por que eu não faço isso diretamente, eu tenho que passar por um atravessador, se eu vou reduzir a minha margem de lucro? Com qual objetivo o senhor acha que chegou nisso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – De repente, eles não têm o cliente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – O senhor que arrumou o cliente?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – O cliente é meu, não é deles.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – O cliente é seu?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É meu.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – E vai ao Paraguai, o cliente se interessou, o senhor disse que viu o produto lá, com a Mônaco.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Eles não têm contato com a Mônaco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eles não têm.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – A Conti não tem contato com a Mônaco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Quem tem é...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É Lemond que exporta para a Mônaco.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Sim. E se nós falássemos para o senhor que existe a possibilidade — e que nós estamos investigando, porque a gente levanta documentação, nós temos assessoria da polícia, da Receita, de outros órgãos — de que o senhor manda o caminhão já fretado em Ponta Porã para ir ao interior de São Paulo, lá, na cidade buscar a cerveja e voltar para poder ser levada para o Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Se nesse processo pode ter algum tipo de produto contrabandeado ou falsificado, o senhor tem conhecimento ou admite a hipótese de isso estar acontecendo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Como vai ser? Não tem como.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – A cerveja não é falsificada, porque ela é produzida lá.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – A cerveja está encaixada nos engradados e vai. Junto, nesse caminhão fretado, pode ter algum outro tipo de produto?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – O senhor faz essa fiscalização na Aduana, quando chega na Receita? Ou o caminhão vem lacrado, fechado e passa direto para o Paraguai? Ou do Paraguai vem fechado e passa com os engradados direto para o Brasil?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – O caminhão é fiscalizado na entrada e na saída pela Receita.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Todo verificado?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Só transporta cerveja e cachaça?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Cachaça.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Os paraguaios estão gostando da nossa cachaça?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Estão. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Só isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Vanessa Grazziotin) – A próxima inscrita, Deputa Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Boutros, o seu primeiro nome é Pedro?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pedro.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, vou lhe chamar de Sr. Pedro. É mais simples. Primeiro, eu queria entender um pouco a sua atividade em Ponta Porã. O senhor respondeu inicialmente que o senhor não viajava.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Que a última vez que o senhor viajou foi há anos para o Líbano. Não é isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Como?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor viajou há muito tempo atrás. O senhor viajou para fora...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu falei que viajei em 1994 para visitar a família no Líbano.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Isso. Em 1994, o senhor foi ao Líbano. Mas o senhor viaja todos os dias, porque o senhor vai a Pedro Juan. Pedro Juan é outro país. Embora não pareça, é o Paraguai. Não é o Brasil. Então, o senhor...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É. Atravesso para o outro lado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor atravessa para o outro lado a toda hora. Portanto, o senhor viaja a toda hora.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Viajo toda hora lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Só para deixar claro que o senhor viaja toda hora.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Toda hora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Paraguai é do lado. Bom, e aí vamos chegar a Ponta Porã. Qual é o seu relacionamento com Fuad Jamil?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Com quem?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Fuad Jamil.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não tenho relacionamento nenhum.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nenhum?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Só conhecido lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Conhecido, como?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Conhecido. Todo mundo conhece Fuad Jamil lá.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Por que todo mundo conhece Fuad Jamil lá?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É uma cidade pequena. Quem não conhece ninguém lá? Todo mundo se conhece.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim, mas qual é a atividade de Fuad?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – O Fuad Jamil é famoso também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Famoso, por quê?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É um cara antigo lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sim, mas qual é a atividade do Fuad?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Dele?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu acredito que ele é fazendeiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah! Ele é fazendeiro.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu acredito. Ele tem fazenda.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É o seu imóvel, onde fica a sua empresa, quem é o proprietário? É o senhor? O senhor comprou?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Do prédio?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não. É alugado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Alugado de quem?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Roberto Meireles.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Roberto Meireles. Ele tem alguma ligação com Fuad Jamil?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não. Porque a maior parte da cidade, senão me engano, é de Fuad Jamil, não é?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hein?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – A maior parte dos prédios da cidade é de Fuad Jamil, não é?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não sei não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor não sabe?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu sei que tem fazenda.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor sabe que tem fazenda?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Só.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor nunca ouviu falar de nenhum envolvimento de Fuad Jamil em nada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nem na cidade se comenta?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quando da ida da CPI do Narcotráfico não houve nenhuma movimentação na cidade em especial?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor não se lembra?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Tem certeza. *(Risos.)*

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu sou novo na cidade, desde 1996, mas nunca ouvi falar nisso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah! O senhor é novo na cidade, desde 1996. São só 7 anos. Bom, a CPI foi em 2000, só para o senhor se lembrar. O senhor não se lembra. Diga para mim uma coisa: o senhor só faz negócios na área de bebida e especialmente.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Cerveja e cachaça. Nenhuma outra atividade?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Só.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor disse — eu até acredito que seja assim, porque é assim em Ponta Porã, do ponta de vista de prático — que o senhor recebe em dinheiro, em reais, 150 mil reais/mês na fronteira.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É. Mais ou menos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como é isso? No meio da rua?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hein?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como é que funciona isso? No meio da rua? Vão lhe pagar na sua casa. Como é que funciona isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ele vai sempre até a firma. Ele pode colocar, às vezes, no banco, na conta da firma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas o senhor disse que normalmente é em dinheiro, *cash*, na mão.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu recebo em dinheiro. Na realidade, é em dinheiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Em dinheiro. Então, não é na conta?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Em dinheiro na mão, na sua casa. Ele vai, sai da fronteira, lá, do Paraguai com 150 mil reais...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não é 150 mil. Estou falando, eu faço exportação. Um dia, sim, às vezes. Todos os dias, não. Às vezes, um dia sim, um dia não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, quanto é por dia, mais ou menos.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Então, uma carga de cerveja, aproximadamente, 5 mil, 6 mil, 7 mil.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Está bom, que seja 6 mil por dia, mais ou menos.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não é sempre 150 que ele leva para mim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Tudo bem. Então. Ele paga por dia. Melhor ainda. Ele paga 6 mil reais por dia. Ele vai, sai da casa dele, vai na sua e lhe dá 6 mil reais em dinheiro. É assim?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É assim mesmo que acontece.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Vai na fronteira, passa com os 6 mil, vai lá, lhe paga, sai da fronteira. Paga em real?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Paga em real.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Onde é que ele consegue o real?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hein?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Onde é que ele consegue o real?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Lá tem câmbio, no Paraguai. Têm vários câmbios.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah! Ele troca?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Troca.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor confere esse dinheiro? Porque pode ser falso. Tanto dinheiro assim!

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É. O banco confere.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Haja real em Pedro Juan! Haja dinheiro em Pedro Juan! Pedro Juan é um ovinho. Menor ainda que Ponta Porã.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Está certa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Tem dinheiro lá, hein! Por que o senhor acha que tem tanto dinheiro em Pedro Juan?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hein?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Por que o senhor acha que tem tanto dinheiro em Pedro Juan?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Por que tem tanto?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É. Porque, puxa, tudo em dinheiro, *cash!*

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É claro! O cara vende dinheiro, troca e leva para mim.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah! Ele vende em guarani, troca lá. Pedro Juan tem essa capacidade diária de dinheiro. Tem?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Está certo. Só continuando aqui, o senhor conhece bem o Sr. Gerson Conte?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Conheço.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ele diz aqui, no depoimento ao Deputado Rubinelli que efetivamente ele trabalha com o senhor e com a Topázio. O senhor já ouviu falar na Topázio?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Topázio, sim. Uma exportadora lá, em Ponta Porã.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Também em Ponta Porã, quer dizer, na verdade, o Sr. Gerson Conte trabalha com o senhor e com a Topázio?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Na realidade, ele trabalha comigo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E a Topázio? Mas ele diz aqui...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – A Topázio surgiu há 1 mês. O Estado do Mato Grosso do Sul pediu que cada exportadora tem que ter regime especial para exportar. Então, toda exportadora entrou com o pedido...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – De regime especial?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso. Então, tem firma que conseguiu antes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Aí, como o senhor não tinha conseguido ainda, ele trabalhou naquele mês...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu trabalhei um mês com o Topázio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor trabalhou?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Através do Topázio?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Foi isso. Como o senhor não tinha documentação necessária, o senhor se utilizou da Topázio para fazer operação que era sua?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E aí o senhor fez com a Topázio o quê? Um contrato de gaveta?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Como?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor fez com a Topázio um contrato de gaveta? Ou o senhor recebeu um percentual da negociação?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não. Ele fez um serviço para mim e recebeu também.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Que serviço ele fez?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Hein?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – De preposto?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – A Topázio?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – A Topázio fez serviço de preposto?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ele recebeu o serviço dele, a comissão dele sobre essas compras.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Na verdade, preposto. Foi... A Topázio funcionou durante 1 mês. Enquanto o senhor não estava legalizado a fazer aquela atividade, o senhor contratou a Topázio para fazer, pagou um percentual, mas, na verdade, quem fez a operação foi o senhor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Está certo. Ele diz aqui que vocês trabalham nisso há um ano e meio.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Um ano e meio?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Que há um ano e meio, só, a Conti fornece para o Paraguai. Está aqui. O Deputado Rubinelli pergunta: *Então, a Lemond e a Topázio mandam esses produtos, aproximadamente, há um ano e meio para o Paraguai? Olha, eu acredito que seja para o Paraguai, mas é difícil a gente afirmar.* Quer dizer que a Conti não sabe que o senhor manda para o Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Claro que sabe! Deve saber.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, mas é que o...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Porque é fronteira com o Paraguai, tem que ir para o Paraguai.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Claro, vocês...

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Não querendo interromper o seu raciocínio, eu queria tirar uma dúvida que ficou desde o início.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não tem problema, pode ir.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Sr. Pedro, o senhor, quando faz a exportação, o freteiro apanha direto na cervejaria e leva direto para o Paraguai ou ele apanha no seu depósito? O senhor retira da cervejaria, bota no depósito e leva para... vocês liberam no depósito?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Vou explicar a operação: quando o freteiro é cadastrado, ele vai direto na Receita.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Sei.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Quando não é cadastrado, ele descarrega no depósito, a gente contrata outro freteiro só para fazer a exportação. Porque o caminhão tem que estar cadastrado.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Sei. Quer dizer que há uma operação eventual e, com muita freqüência, de uma descarga no próprio depósito?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, isso.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Eu queria que o senhor revisasse, aí, uma resposta que o senhor deu, lá atrás, no início, vamos dar essa oportunidade para o senhor revisar: o senhor falou que o depósito tem 400 metros quadrados?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – De 400 a 500.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – O senhor sabe que 400 metros não dão para manobrar um caminhão. São 20 por 20 metros.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Vinte por vinte?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É. Quatrocentos metros quadrados são vinte metros por vinte metros.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É? Não entra caminhão?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – O senhor imagina o tamanho de um caminhão, para manobrar e, com esse volume de carga que...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – No caminhão cabem 504 caixas.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Está bom, isso é irrelevante. O senhor confirma, então, que são 400, 500 metros quadrados o seu depósito? É só isso basta. Era só essa a dúvida que eu tinha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Vamos continuar. Na verdade, pelo que o senhor disse, o senhor tem um pequeno depósito, é isso?

(Não identificado) – Muito pequeno!



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu não estoco mercadoria lá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Oi?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu não estoco mercadoria.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah! Não dá nem tempo? Como é que funciona?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não! O caminhão vem e vai para a exportação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah! Ele já...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Só... Não! Só com mercadoria no Brasil.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Na verdade, então, vamos... eu quero entender: o senhor é o quê?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Um exportador.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, claro que o senhor é um exportador.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mas não estoco mercadoria.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas, na verdade, o senhor, eu poderia... vamos classificar, assim: o senhor só trabalha para a Conti. O senhor disse, no começo, que só trabalhava para a Conti, não é isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu compro da Conti.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu exporto.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O senhor compra da Conti e exporta para a Mônaco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, o senhor é um intermediário entre a Conti e a Mônaco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, eu faço isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas como é que o senhor conseguiu um negócio bom desse? Eu quero um para mim.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mas tem muitas firmas que fazem isso.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Olha só: o senhor só trabalha com uma empresa e só vende para uma. Então, na verdade, a Conti, que não é burra, venderia direto para a Mônaco. Então, o senhor aparece na história, por quê? Gostam da sua cara? O que é que o Sr. Gerson pode ter com o senhor para querer que o senhor ganhe dinheiro à custa dele? Porque isso é ganhar dinheiro à custa dele. Ele fala do senhor como um empregado, desculpe. Mas ele diz assim: *Hoje, nós temos... hoje, nós temos a Lemond. O senhor Pedro é que tem feito essa parte.* Como se o senhor fosse um empregado dele. Eu estou lendo o texto: *A Topázio faz essa parte.* Aí, o Deputado Rubinelli diz assim: *A Lemond é o quê? Ela é uma empresa distribuidora? É, na verdade, eu nunca fiz a exportação. Eu vendo para as empresas que fazem a exportação. A cervejaria, ela nunca fez exportação.* A sensação que dá — eu não estava presente — é que ele fala do senhor como se fosse uma espécie de empregado, como se o senhor fosse parte deste grupo, que, dentro do grupo, tem uma exportadora, e essa exportadora é coordenada pelo Sr. Pedro. Esse grupo do Gerson. E faz sentido, através da fala — e eu não estava olhando para os olhos dele —, mas até faz sentido, porque, imagine o seguinte: a Conti vende para o senhor, que vende para a Mônaco. Ora, meu Deus, era muito mais fácil ela não vender para o senhor, vender direto para a Mônaco.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mas eu posso exportar qualquer produto, bebida.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Claro que o senhor pode exportar tudo. Eu só quero entender onde é que o senhor está na história.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como é que eles escolheram? Como é que o senhor conheceu o Gerson? Vamos lá, vamos começar do começo.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Como eu conheci Gerson?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu conheci a marca Conti...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Hã.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Através de propaganda. Liguei para a fábrica e fui lá, fiz contato e comecei a trabalhar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Assim?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Fácil assim?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Claro, simples. Qualquer fábrica, eu vejo a propaganda, posso ir lá, conversar e fazer negócio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, o senhor estava num negócio de confecção, fazendo roupa...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – ... um dia, abriu o jornal, viu uma propaganda de uma cervejaria, ligou para o Sr. Gerson, foi lá e montou um negócio novo? Como é que funciona? Diz para mim que mágica é essa, porque eu trabalho, trabalho, trabalho e não consigo montar uma empresa. Vou montar também. Aliás, lá em Ponta Porã, eu não gostaria muito, não, porque eu tenho medo. Mas, enfim... porque é muito perto de Pedro Juan, tem muito contrabando, muita cocaína, muita maconha, muita arma. É complicada a área lá. Mas, enfim, como é que funcionou isso? Eu queria entender. Me faz entender.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – O que você quer entender mesmo?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – A senhora, por favor, porque eu estou lhe chamando de senhor.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – A senhora.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Obrigada.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – O que quer entender?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu quero entender como é que funcionou. Como é que o senhor conheceu o Sr. Gerson?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Gerson Conte?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É. Como é que o senhor o conheceu?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu fui até a fábrica, procurei...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Hum... Foi lá, bateu na porta, se apresentou: eu sou o senhor...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Liguei, primeiro, e falei que tinha interesse na cerveja para exportação para o Paraguai.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Hum, hum.



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Aí, me convidaram. Fui lá, num sábado, visitei a fábrica, conversei, acertei com eles e comecei a trabalhar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Hum, hum. E tem um contrato assinado?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não tem contrato.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Ah! Não?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E como é que acertam?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu acredito que nenhuma cervejaria faz contrato, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não? E por quê?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não sei. Acho que não...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E se, amanhã ou depois, ele desistir do senhor? O senhor quebra?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pode. Pode, de uma hora para outra, podem desistir.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E o senhor quebra?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ué! Vou fazer... procuro outro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas não tem nenhum contrato, não tem nota fiscal, não tem nada formal?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não! Nota fiscal, todo produto tem nota fiscal. Contrato, contrato...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Entre o senhor e a Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não tem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não tem?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, se amanhã, ele resolver dar tchau para o senhor, é tchau?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pode.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, o senhor é empregado dele, desculpe.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pode.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, na verdade, se o senhor só tem ele como cliente, se ele lhe tira o contrato, ou lhe tira o fornecimento, o senhor está desempregado.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pode. Amanhã, pode se ter um cliente...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Então, ele tem razão em falar da maneira como falou.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Amanhã, ele pode mudar. Ele quer exportar direto, ele pode me tirar do ...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E o senhor fala nessa tranquilidade por quê?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ué, não existe... porque não existe contrato. Se você vai fazer contrato para uma cervejaria, sempre do lado deles. Esse é o normal.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E por que o negócio é bom para o senhor e para ele? Tem que ser bom para ele, tem que ter um motivo de ser bom.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Para ele?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É. Ele é menor preço?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Para ele, não sei; para mim, estou trabalhando, estou faturando, não é?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, mas... Não bate, entendeu, Presidente? Nobre Relator Rubinelli, não combina a história, tem que ter alguma coisa a mais. Não existe isso. Não entra na minha cabeça que você pode ter uma empresa só fornecedora e um só cliente, que fatura 150 mil reais por mês, só vendendo cerveja, sem um contrato assinado. Então, se cai, quebra, e, no dia seguinte, acabou. E vive do quê? Não vai pagar o seu advogado, por exemplo, se precisar.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Uma empresa... a Conti tem mais de 70 distribuidoras, não é só eu o cliente deles.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – A Conti tem mais de 70 distribuidores?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Claro.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas exportadores...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Para exportação, só eu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Só o senhor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É. Mas distribuidor tem 70.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E só para o Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Só o Paraguai.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu acho que o Deputado Rubinelli quer fazer pergunta. Depois eu posso continuar.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Obrigada, Deputada. Veja o senhor, quantas caixas de cerveja cabem num caminhão?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Quinhentas e quatro.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quinhentas e quatro. Para 30 mil caixas são necessárias... 500 caixas cada caminhão, quantos caminhões? Quinhentas caixas vezes dez...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Cada um, 60, não?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sessenta caminhões. O senhor trabalha só com frete, o senhor falou. Então, o senhor deve ter um número grande de pessoas que trabalha com o senhor nisso lá.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim, tenho.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Porque, veja o senhor, a situação ficou mais interessante, porque o dono da Cervejaria Conti falou que era o senhor e a Topázio que exportavam 30 mil caixas de cerveja, por mês, para o Paraguai. O senhor falou para nós que não, que é só o senhor.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E manda 30 mil caixas de cerveja, por mês para o Paraguai.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E o senhor quer, no caso, que a gente acredite que, com essa estrutura que o senhor falou, essas 30 mil caixas de cerveja chegam no Paraguai? Eu queria que o senhor explicasse: como o senhor consegue fazer chegar as 30 mil caixas de cerveja no Paraguai? Quantos caminhões o senhor põe, por mês efetivamente trabalhando? Diga os números para nós. Quero saber quantos



caminhões fazem o trajeto para ir buscar a cerveja na fábrica da Conti e para levar no Paraguai; quantos trabalhadores deste ramo de frete o senhor usa por mês?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – O caminhão, ele vai e volta em 2 dias.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor não entendeu. Eu perguntei quantos. Eu não perguntei se ele vai e volta.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tem... tem... Cinqüenta caminhões dá para fazer isso, porque tem carreta que carrega 8, 8, 2, 882, *trucks*.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Então o senhor trabalha com...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Trabalho com os 2.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor trabalha com 50 caminhões/mês?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É, mas não são 50 diferentes. O freteiro vai 3 vezes por semana. O mesmo freteiro, ele vai 3 vezes por semana.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor não tem nenhum contrato com esses caminhoneiros, da carga, se perder, se desaparecer? O senhor não tem nenhum contrato?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas o senhor conhece quem são os freteiros?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Conheço.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor pode fornecer à CPI o nome de todos esses freteiros que trabalham para o senhor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu posso relatar para você aqui.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sim, mas o senhor se compromete, perante a CPI, de mandar o nome completo e o endereço dos freteiros para a CPI?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Prometo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor está se comprometendo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Claro.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Certo. Há quanto tempo o senhor exporta para a Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - A partir de 2000, ano 2000.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas a Conti me parece que... A partir de 2000? Mas em 2000 ela já fabricava cerveja?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor acredita, não!

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É. Porque comecei a trabalhar é porque tem.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Exportava cerveja no ano 2000?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tem, claro.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Ela já exportava cerveja? Já fabricava e exportava no ano 2000? Já tinha cerveja da Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Já tinha cerveja.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor exportava no ano 2000?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Comecei a exportar em 2000.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Qual o nome, que o senhor disse para nós, do principal cliente do senhor no Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Mônaco Exportação e Importação.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E o senhor só vende para a Mônaco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Só.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E a Mônaco, ela se responsabiliza pela distribuição em todo o Paraguai da cerveja depois?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu acredito que sim, ela coloca no Paraguai.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor já trabalhou com cigarros também, exportação de cigarros?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Nunca.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor responde a algum processo judicial, no Brasil ou fora do País?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor falou desse galpão que o senhor tem. O senhor tem um pequeno galpão, onde o senhor... A sede da sua empresa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E, nesse galpão, quantos caminhões, no caso, caberiam?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Quatrocentos, quinhentos metros; cabem 2 caminhões tranqüilo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Eu gostaria também de solicitar para o senhor — com certeza o senhor tem — as cópias das notas fiscais de exportação dos últimos 2 anos.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Porque é muito difícil para nós acreditar que, com essa estrutura que o senhor tem — que o senhor quer que a gente acredite aqui que o senhor tem essa estrutura — , o senhor consiga mandar 30 mil caixas de cerveja para o Paraguai, pegando em Cândido Mota e levando depois para o Paraguai.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – É muito difícil de convencer a gente, todos nós aqui, de que, com essa estrutura, que o senhor falou para nós que o senhor tem, o senhor consiga fazer isso.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Mas não precisa estrutura grande, porque o caminhão não fica no depósito. O caminhão vai direto para a Receita, da Receita para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sim, mas o caminhão tem que ir em Cândido Mota buscar a cerveja.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É, não é problema.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E tem que ir depois ao Paraguai levar.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E tem que mobilizar uma série de motoristas.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - E aí?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor falou para nós que não conhece o Sr. Kalil Fuad Jamil. O senhor disse que não conhece. Eu quero saber se o senhor já conversou com ele ou teve algum contato telefônico com ele.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Com quem?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Com o Sr. Kalil Fuad Jamil.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Nunca.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Nunca? O senhor nunca conversou com ele?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Nunca.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E com a Conti, o senhor tem um contrato? O senhor tem contrato...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não tenho contrato.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Como não tem um contrato? O senhor manda o caminhão lá, pega a cerveja, leva para o Paraguai e não tem nenhum contrato com a Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não tenho contrato de exclusividade.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sim, mas o senhor tem um contrato.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu trabalho com eles, confio neles, mas não tenho contrato de exclusividade.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas é tudo feito verbalmente? Como o senhor paga? O senhor disse que compra da Conti e manda para o Paraguai. Como o senhor paga a Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É tudo ordem de pagamento.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Em conta bancária?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - De banco para banco.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – De banco para banco?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Então o senhor faz os depósitos diretamente na conta do Sr. Conte?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Da Cervejaria Conti.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Da empresa?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E o senhor... Por exemplo, se nós formos checar, todo mês, aproximadamente, há um depósito correspondente a 30 mil caixas de cerveja na conta da Cervejaria Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E esse montante total é efetivamente também o declarado da sua empresa e da Conti?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – A movimentação declarada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E esses pagamentos em dinheiro que o senhor falou que recebe do Paraguai? O senhor acha normal receber esse valor alto em dinheiro? Por que não é feito através de conta bancária também?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Como vai fazer em conta bancária lá? Não tem como.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Como não tem? Uma pessoa paga 100, 150 mil assim, chegar com o dinheiro para o senhor, o senhor não acha estranho?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - E lá em Pedro Juan não tem Banco do Brasil. Se fosse em Assunção, tem, dá para fazer, mas lá não tem.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Uma última pergunta para o senhor. O senhor acha que... O senhor não acha estranho, no Paraguai, consumir... O senhor acha que tem mercado lá, efetivamente, para consumir 30 mil caixas/mês de cervejas Conti? O senhor acha que o mercado é forte assim lá?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu acredito até mais.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – As outras cervejarias do Brasil exportam essa quantidade, ou um pouco menos ou um pouco mais, para o Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu não sei informar sobre isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Só a Conti. Agora, mais uma pergunta. O senhor disse que trabalhava no Brás. Aparentemente, veja o senhor, o Sr. Conte é de Cândido Mota, o senhor é do Brás, coincidentemente uma região próxima onde o Lobão operava ali, onde tinha todos esses problemas aí relacionados à pirataria, que é o Brás. Quer dizer, é uma mera coincidência, é claro. Aí o senhor, do Brás, sai do ramo têxtil, passa para esse trabalho de exportação, e conheceu o Sr. Conte de que forma, que o senhor falou para nós? Alguém apresentou, foi anúncio de jornal, como é que foi?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Através de propaganda.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas qual propaganda?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Propaganda de campo de futebol.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Campo de futebol, como?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu vi a Conti e mais cerveja. Aí entrei na Internet, peguei o telefone, liguei lá, marquei e fui lá.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas é estranho isso! O senhor poderia ter visto tantas empresas e ter ligado, e o senhor ligou justo para a Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Então, eu vi muitas empresas, mas essas empresas...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sabe por quê? Porque nós estamos investigando. Existe uma suspeita de que, nos últimos 2 anos, aproximadamente, o senhor Eleutério teria comprado a Conti — Eleutério é o Lobão —, a cervejaria. E aí, coincidentemente, uma pessoa do Brás se interessa, vê um anúncio num campo de futebol, se interessa em ser distribuidor da Conti. Então, é por isso. A gente acha isso estranho e estamos investigando. Por isso que o senhor está aqui.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Certo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas, veja o senhor. O senhor disse que viu um anúncio no campo de futebol. Mas o senhor já fazia distribuição quando o senhor viu o anúncio? Em que ano que foi?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Mexia já com cachaça.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Em que ano que foi que o senhor viu o anúncio?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Em 1999.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Em 99 o senhor viu o anúncio, num campo de futebol, da Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Em 99 a Conti fazia cerveja, fabricava cerveja?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Fazia, fazia.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Já estava fabricando em 99?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Já, porque estava colocando...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Aí o senhor viu o anúncio lá. Do que era esse anúncio? De cerveja, de Contini, do que era?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, Conti mais cerveja.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Aí o senhor viu um anúncio de Conti e o senhor teve a idéia. Falou: olha, tem um anúncio da Conti lá, eu vou procurar eles para vender cerveja para o Paraguai. Foi isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim, porque já exportava.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Então, o senhor estava lá no campo de futebol, e o senhor falou: eu vou vender cerveja dessas pessoas para o Paraguai.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Na realidade eu estava procurando uma cerveja.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E aí o senhor procurou... Mas como o senhor... Se o senhor viu esse anúncio, como o senhor sabia que o senhor já tinha condição de vender 30 mil caixas de cerveja no Paraguai? Porque deu tudo certinho aí, casou tudo certinho. O senhor foi ver o jogo de futebol, viu o anúncio, aí, de repente, olha, legal, vou exportar. Ao mesmo tempo, o senhor já tinha quem comprasse 30 mil caixas no Paraguai? Como foi isso? Explique para nós.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Quando comecei, não cheguei de vender 30; cheguei de vender 3, 4; foi crescendo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Qual é o preço do frete?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mil cento e cinqüenta o *truck*.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quanto?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mil cento e cinqüenta reais.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E quando o senhor procurou o Sr. Conte, ele recebeu o senhor como se o conhecesse há muito tempo? O senhor teve que preencher um formulário? Porque ele falou para nós que ele é criterioso, que o departamento comercial dele investiga tudo antes de... Como que foi que o senhor conseguiu tão rápido assim?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Procurei o gerente comercial...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quem é o gerente comercial?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Pedro Gimenez Júnior.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sim.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Ele pediu o cadastro da firma, o cadastro social, tudo. Aí me chamaram depois que foi aprovado e comecei a trabalhar.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E aí foi feito tudo na palavra? Não teve nenhum contrato com firma reconhecida em cartório, nada, a respeito disso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Interessante, porque uma empresa com essa tradição da Conti, e o senhor, que também não conhecia a Conti, eu acho estranho vocês fazerem tudo isso na confiança um com o outro. O senhor não acha estranho uma relação comercial de 30 mil caixas por mês? Não tem nenhum documento, nenhum contrato, nada?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - É tudo à vista, no trabalho.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Tudo no dinheiro, ali?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tudo à vista, ordem de pagamento, senão o caminhão não sai de lá.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quanto custa uma caixa de cerveja, na fábrica?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Exportação, 10 e 54.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Dez e 54. O senhor acha que seria difícil para uma empresa...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele vende por quanto?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E o senhor vende por quanto, para o Paraguai?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Mais 3,5%.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mais 3,5%. O senhor acha que seria possível, em tese, uma empresa, de repente... O senhor acha que seria possível essa cerveja, uma empresa fazer isso e essa cerveja não chegar no Paraguai, ficar no mercado aqui? Não a empresa do senhor, uma outra empresa, fazer uma simulação, o senhor acha que seria possível?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Muito possível.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Muito possível.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Muito.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mais é óbvio que, com relação...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu acredito ter muitas empresas lá que faz com outras marcas.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Fazem... Como assim, com outras marcas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Exportação. Compram da fábrica e exportam para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mais aí não vai para o Paraguai, fica no mercado interno?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, não, vende para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Vende para o Paraguai. Essa cerveja que o senhor retira na Conti é com rótulo ou sem rótulo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Com rótulo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Com rótulo. O senhor já retirou alguma cerveja da Conti sem rótulo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Nunca.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Nunca. Tá bom, eu quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Não sei, às vezes, nós ficamos até um pouco confusos, porque são muitas investigações, e investigações que se interpõem. Mas o senhor fez algumas perguntas aqui que, me permita o raciocínio que eu queria dividir aqui com os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, membros desta audiência. O senhor falou que cada caminhão custa 1.150 reais. O senhor precisa de 50 caminhões por mês para transportar a carga, confere?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Em frete, 1.150.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Por caminhão.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - São 50 caminhões por mês para transportar as 30 mil caixas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso. São 50 fretes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - São 50 mil, mais ou menos, por mês.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - São 50 fretes, não é 50 caminhão. O caminhão, como eu expliquei, pode ir 3 vezes por semana.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Sim, mas o caminhão mais barato custa 1.150. O mais caro custa quanto?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mil cento e cinqüenta. A carreta custa 1.800 a 1.900.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Vamos dizer que o senhor, de transporte, o senhor gasta quanto? Cinqüenta mil por mês?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - O senhor falou que fatura, no total, 150 mil por mês.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu estou falando... Não tenho número certo, aproximadamente assim. Tem que ver o número. Eu posso relatar isso para você.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - O senhor não quer conferir um pouquinho essa conta? Porque o senhor disse que compra cada caixa na fábrica por 10 reais e 54 centavos. Se são 30 mil caixas que o senhor compra, o senhor gasta, só comprando as caixas, 300 mil.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Isso. Mas agora no verão aumenta, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Então, o senhor tem que sair preso daqui.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Eu posso relatar isso para o senhor. Eu posso mandar a documentação e tudo, nota fiscal, cópia, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Eu não sei se os meus colegas Deputados estão entendendo aqui o que está se passando. Quer dizer, o senhor está declarando o tempo todo que seu faturamento mensal é em torno de 150 mil. O senhor declarou, inquirido pelo Deputado Rubinelli, que gasta com transporte, quando o caminhão é pequeno, 1.150; quando o caminhão é grande, 1.800. Uma média de 50 mil reais por mês de transporte. Certo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Depois o senhor relatou ao Deputado Rubinelli que cada caixa de cerveja que compra na fábrica o senhor compra por 10 e 54. Se o senhor compra 30 mil caixas, tem que gastar 300 mil e



540 reais. O senhor diz, está alegando desde o início, que o senhor fatura 150 mil reais por mês. Então, o senhor dá, todo mês, para alguém, no Paraguai, 150 mil reais do seu bolso. É isso que o senhor faz?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não, o que que é isso?! Eu não tenho o número certo, mas eu todo o documento, depósito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Faz uma diferença muito grande entre ter um número certo e vir aqui fazer a CPI, os membros desta Comissão, de, enfim, incapazes de fazer contas aritméticas simples. Eu vou até suspender o trabalho aqui, momentaneamente, porque eu acho grave que o senhor venha aqui dizer uma coisa que, em absoluto, não tem coerência. O senhor, o tempo todo, disse que o seu faturamento médio é em torno de 150 mil reais. Agora, o senhor declara que, só para comprar as caixas de cerveja, o senhor gasta 300 mil.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Então, como é que o senhor pode gastar 300 mil por mês para comprar se o senhor paga, se o senhor recebe 150 mil vendendo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mas já falei, no começo, que eu não tenho número certo. Eu falei o valor assim, porque no inverno a gente não puxa 30 mil caixas, não chega a 15.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Todas as declarações do Sr. Conte, fabricante da cerveja, é de que a exportação é de 30 mil caixas/mês, desde o início.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, não falei isso não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Não, o senhor, não, o Sr. Conte. Eu vou suspender inclusive a sessão, porque... Eu peço inclusive que o senhor tenha com o seu advogado uma conversa, para que a gente não tenha que tomar uma atitude mais drástica. Realmente...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. É que está havendo votação nominal. Precisaria verificar se já começou. Se for o caso, V.Exa. poderia suspender, a gente corre lá e volta, enquanto ele se organiza. Se não, se V.Exa. quiser, vai indo um e voltando, para não atrapalhar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Eu acho a proposição de V.Exa. oportuna, inclusive em função do ocorrido aqui, para que possamos até trocar um idéia. Está suspensa a sessão por 10 minutos, senhoras e senhores.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Vamos reiniciar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Pois não, Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Primeiro, quero dizer claramente que concordo com V.Exa. Acho os dados apresentados muito pouco consistentes. Acho que temos a obrigação, realmente — e vamos fazer isso — de apurar, até porque, pela análise que tenho feito aqui, há vários problemas, há vários interesses por trás desse crédito que é colocado com a exportação de cerveja neste País. Eu pediria apenas o seguinte. Temos várias outras pessoas para ouvir ainda hoje. Tenho certeza de que, parte dessas pessoas... Inclusive o senhor deverá estar voltando para a gente poder continuar isso aqui. Tenho certeza de que vai ser importante para esta CPI. Como ele ficou de enviar esses dados, ele disse que não sabe mas tem, antes de a gente discutir sobre suposições, vamos, então, pedir que V.Exa. solicite dados por escrito dos volumes de caminhão, de valores, tudo isso que é transportado por ele. Eu não sei se já está quebrado o sigilo fiscal, mas nós já temos... Parte daqui nós vamos analisar, mas ele pode enviar inicialmente essas informações para a gente avaliar se será ou não necessário tomarmos uma posição depois da quebra do sigilo. E eu queria só fazer uma pergunta, se V.Exa. me permitir antes de ter, mas já de cara encaminhar, que esses dados então sejam encaminhados por escrito para nós, para que a gente possa realmente analisá-los e, se nós não acharmos necessários ou suficientes, vamos então pedir a quebra do sigilo fiscal da sua empresa para que a gente possa ter essas informações que a estamos achando que tem. Então, eu sugiro que o senhor dê informações concretas, informações claras, em períodos mensais, da forma como era feita, o tipo, a quantidade de caminhões; se os caminhões eram próprios, se os caminhões eram terceirizados; de quem o senhor contrata e como é que tem, para que a gente possa ter essas informações. Eu quero também que façam parte documentos como o



senhor paga esses caminhões, se na verdade o senhor arrenda ou não quando o senhor subcontrata, para que a gente possa saber realmente como foi movimentado esse material. Se o senhor conseguir, no prazo em que o Presidente, se acatar a minha sugestão, definir, para que o senhor possa enviar o material à CPI, eu acho que, então, depois a gente poderia continuar realmente, porque há muito coisa em dúvida sendo colocada aqui e a gente teria que realmente ter esses dados. Só peço que os dados sejam claros e objetivos dessa forma, para evitar que a gente fique quebrando sigilo sem ser necessário. Nós queremos volumes, tipos de caminhão, próprios e contratados; se contratados, por período mensal; como é que o senhor fazia; como é que o senhor pagava esses caminhões, para saber se eles são realmente pagos. Eu quero que a gente tenha esses dados aqui. Eu queria só fazer mais uma... A Deputada Vanessa tem mais três perguntas antes de encerrar. Então, faço uma sugestão a V.Exa. Se for, V.Exa. então passaria a palavra à Vanessa para que a gente pudesse depois, com esses dados, pedir que ele voltasse, ou depois também ouvir a família que está aqui, para que a gente possa até, se necessário, fazer a acareação no final, uma vez que ele ficaria aguardando aqui como seriam os outros depoimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Como sempre, são muito bem colocadas as sugestões de V.Exa. Pediria apenas que o nosso depoente pudesse confirmar, para a gravação, se estará ou não enviando, enfim, todos os dados relacionados na solicitação do Deputado Julio Semeghini.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Não entendi a pergunta, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - O Deputado Julio Semeghini acaba de propor que o senhor e a sua assessoria enviem a esta CPI, em função das discordâncias havidas aqui no seu depoimento, ou do mau entendimento, que o senhor envie o número de caminhões, faturamento, pagamentos feitos à Conti, enfim, toda essa relação de documentos que ele acabou de solicitar a V.Sa., a fim de que possamos fazer a confrontação desses dados com os dados que nós já temos.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - É importante, então, que o senhor declare que vai mandar os dados.



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Está declarando que vai. Em que prazo o senhor pode fazer isso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Num mês dá, tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – O senhor não teria como abreviar esse prazo para uns 15 dias mais ou menos?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Pode, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Então nós vamos estar contando... Pediria a atenção ao senhor advogado que trabalhasse nesses dados, por favor, para os próximos 15 dias. De acordo com a solicitação do Deputado Julio Semeghini, a Presidência delibera nesse sentido e passa a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, eu vou ser breve. Nós estamos em sessão no plenário. Mas acho que esses documentos que o Deputado Julio Semeghini requisitou e que o senhor já se dispôs a enviar, penso que são importantes. Entretanto, eu estou com algumas dúvidas aqui. O senhor disse que recebe o dinheiro da empresa. A quem o senhor vende, à Mônaco...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN -... que é uma empresa no Paraguai. O senhor recebe em dinheiro, esse pagamento?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor sabe me dizer se essa é uma operação legal ou ilegal?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É, na fronteira é legal. Não tem banco para fazer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas se o senhor faz... Veja bem. O senhor poderia dizer também: *Mas para eu mandar para lá cerveja, eu poderia mandar sem papel nenhum*”. Mas o senhor passa pela Receita Federal toda a exportação e tudo o mais. Agora, dinheiro, num dia em que lhe pedirem para comprovar o quanto o senhor recebe, será que seria legal esse tipo de operação, receber em dinheiro, ficar sem registro nenhum?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu não conheço outra maneira de trabalhar lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Opa, espera lá. Você recebe em conta bancária...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – É verdade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ...o depósito...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Mas não tem, no Paraguai...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ... câmbio. Enfim, eu só queria saber. Se o senhor acha que é legal, nós vamos verificar se é ou não. Eu, na minha percepção, penso que não. E o senhor recebe deles em dinheiro.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor paga à Conti as cervejas que o senhor compra, como?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ordem de pagamento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ordem de pagamento?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Depósitos bancários?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sempre?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sempre.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sempre. Nunca pagou em dinheiro? Sempre ordem de pagamento?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, ordem de pagamento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor deve ter, então, comprovantes.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Tenho tudo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Se pudesse remeter...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Tenho tudo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ... junto com os outros documentos que o Deputado Julio Semeghini solicitou.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Claro.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor sabe dizer quem é o Sr. Ulisses Calamita?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não conhece?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O Sr. Osvaldo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Zani?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não conheço também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ricardo Coloniese?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nenhuma dessas pessoas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor conhece o Sr. Rildo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Rildo é o supervisor da Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Rildo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Supervisor da Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É o supervisor da Conti. O senhor conhece?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Que tipo de contato o senhor tem com o Sr. Rildo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ele é supervisor em Mato Grosso do Sul. Ele visita todos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele trabalha... ele é funcionário da Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Funcionário da Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Trabalha no Mato Grosso.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – No Mato Grosso do Sul.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Que tipo de trabalho ele faz para a Conti?



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ele visita os distribuidores, o cliente da Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele visita os distribuidores.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Vê o que falta a eles, faz contato com a fábrica. Esse é o serviço dele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor sabe o nome todo dele?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Como?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O nome todo, completo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Só conhece ele por Rildo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Rildo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor disse que começou a negociar com a Conti, como fazer compras, através de uma propaganda que o senhor viu num campo de futebol.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E quem foi a primeira pessoa com quem o senhor fez contato lá na empresa Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Com Pedro Gimenez Júnior, o primeiro contato.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pedro...

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Gimenez Júnior, o gerente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Gimenez Júnior. E há alguma outra pessoa chamada Gilson que trabalha na Conti?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Gilson, conheço de nome. Ele é supervisor, acho que também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Também é supervisor. Trabalha junto com o Júnior, será?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu acredito que sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Foi ele... e contato com o Sr. Rildo, o senhor teve alguma vez?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Com Rildo?



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sim.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Sempre.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sempre, mas para fazer o negócio, não foi com o Rildo, que o senhor teve o primeiro contato.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não, foi com o Pedro Gimenez Júnior.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor tem certeza disso?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Foi com o Pedro Gimenez Júnior, não foi com o Rildo?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu fui até a fábrica. Rildo falou da marca, mas o contato foi com Pedro Gimenez Júnior.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como o Rildo falou da marca?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Ele mexe com cerveja, ele mexe sempre, e foi supervisor de fábrica de cerveja, entendeu?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Certo.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Aliás, ele era supervisor da cerveja Belco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Belco.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Eu mexia com Belco, era gerente de uma exportadora, e ele era supervisor da Belco. Então, eu conheço ele há tempo. Ele falou da marca para mim, e a propaganda eu vi lá. Puxei na Internet e liguei para a fábrica.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então não foi o Gilson, o Júnior, que o senhor teve o primeiro contato?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Gilson, não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não foi com o Júnior, foi com o Rildo o primeiro contato.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – A primeira ligação foi com o Pedro Gimenez Júnior. Rildo falou para mim da marca da Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Antes desse contato.



O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso, mas o primeiro contato com o Pedro Gimenez. Ele não era supervisor da Conti, também, na época. Quando falou da marca, era da Belco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele não era supervisor?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Não era supervisor da Conti quando falou da marca.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Só trabalhava para a Belco.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Só trabalhava para a Belco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Há contradições aí, mas isso a gente vai ver quando ouvir o próximo.

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Bom, então, para encerrar esta sessão, vamos pedir à nossa assessoria que solicite as notas taquigráficas e a transcrição, para que a gente possa estar confrontando.

Eu vou dispensar o senhor. Mas eu só queria chamar a sua atenção e a atenção do seu advogado, assim como a dos presentes, que o senhor, inquirido pelo Deputado Rubinelli, disse que o senhor vende em dinheiro e que recebe, por venda, em torno de 5 mil a 6 mil reais, no máximo. Eu quero dizer que, pelos números que o senhor colocou aqui, que... cada caminhão tem quantas caixas?

O SR. BOUTROS SARKIS MEZHER – Quinhentas e quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Quinhentas e quatro. Então, o senhor só vende com prejuízo, porque, pelo preço que o senhor compra a cerveja, se o senhor recebe 5 mil por cada caminhão, o senhor está subsidiando. Eu peço só ao senhor, junto com o seu advogado, quando vierem aqui da próxima vez, façam um pouco melhor essas contas, porque nós, enfim, não somos inteligências raras, mas pelo menos a aritmética simples nós podemos fazer. O senhor disse que o transporte custa 1.150 reais e que cada caixa custa, na fábrica, 10,54. Ora, o senhor não pode vender por 5 mil cada caminhão, cada venda. O senhor tem que ter, no mínimo, 8, 10 mil reais para que o senhor ganhe alguma coisa. Para o senhor ganhar 10%, 15%, o senhor tem que vender cada caminhão por 7, 8 mil reais, no mínimo. Então, peço ao senhor e ao seu advogado, enfim, que façam melhor essas



contas, para que não caiam em flagrante desencontro de contas aqui. Muito obrigado ao senhor. Peço, então, que a nossa assessoria providencie para que a próxima testemunha seja encaminhada ao plenário. Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sr. Presidente, eu gostaria só de estar informando aos membros da Comissão que conversei com o Presidente Medeiros e aquela diligência que eu estaria fazendo amanhã foi cancelada. Porém, estarei indo até o DEIC de São Paulo para pegar cópia daquele inquérito da última apreensão que fizemos na Casa Verde, em que solicitamos o apoio do DEIC. Então, só quero estar informando aos membros da CPI que estarei, amanhã, junto com o Dr. Artur, do DEIC, de São Paulo, da delegacia de combate a produtos falsificados, para discutir como foi finalizada aquela operação que nós encaminhamos e que contamos também com o apoio do DEIC, considerando que depois daquela apreensão fomos a um outro local, e deixamos o DEIC ali, assumindo as apreensões. Então, só para informar à CPI que, amanhã, este Deputado estará a trabalho da CPI no Estado de São Paulo, juntamente com os integrantes do DEIC, da delegacia de combate à falsificação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Muito obrigado, Deputado Rubinelli. Pediria, então, que fosse encaminhado ao plenário o Sr. Victor Vinicius de Bacelar e Cunha. (*Pausa.*) O Sr. Victor Vinicius de Bacelar e Cunha, representando a Exportadora e Importadora Topázio Ltda., vem ao plenário na condição de testemunha. Passo as perguntas ao Deputado Rubinelli, na relatoria neste momento. O Deputado Rubinelli com a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sr. Victor, não é?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Sim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sr. Victor, por gentileza, qual é o seu nome completo?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Victor Vinicius de Bacelar e Cunha.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Há quanto tempo o senhor trabalha no ramo de exportação?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Há 3 anos, quase 4 anos, mais ou menos.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quais as empresas que o senhor trabalha ligadas à exportação? Quais produtos o senhor exporta?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Quais os produtos que eu exporto?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Isso.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Exporto de tudo, tenho bala, fralda.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Não, não, o senhor não está entendendo. Seja objetivo. A gente quer saber quais as marcas dos produtos que o senhor exporta.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – As marcas?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Isso, de todas, dos principais, pelo menos, Sr. Victor.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Bom, fralda Mille; a Conti trouxe por 15 dias; Funada.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor exporta cerveja?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Cerveja, eu exporto cerveja.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quais marcas?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Tem a Malta.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – A Malta.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Acho que só tem a Malta.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Para onde o senhor exporta cerveja?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Para o Paraguai. Quanto o senhor exporta de cerveja Malta para o Paraguai por mês?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não entendi.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quanto o senhor exporta para o Paraguai de cerveja Malta?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu não tenho em mente isso aí agora, não.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Há quanto tempo o senhor exporta cerveja Malta para o Paraguai?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Um ano, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E o senhor não sabe a quantidade de cerveja que o senhor exporta?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não, de cabeça, assim não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor não tem nem noção para dizer para a gente? O senhor é o dono da empresa. O senhor não sabe, aproximadamente, quanto o senhor exporta?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não, senhor, mas eu tenho tudo contabilizado.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Então veja o senhor. Eu estou aqui solicitando que o senhor encaminhe a esta CPI a relação do quanto o senhor exporta de cerveja Malta para o Paraguai, mensalmente. Qual outra cerveja o senhor exporta?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Que eu me lembre é só essa aí.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor já exportou cerveja Conti também para o Paraguai?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Acho que por um período de 15 ou 20 dias só.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – A pedido de quem o senhor fez esse trabalho?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Ao Sr. Boutros. Eu conheço ele por Sr. Pedro.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Certo. Ele pediu ao senhor que exportasse cerveja para o Paraguai.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – É o seguinte. No meu Estado, existe um regime especial, um negócio que eles inventaram lá de... para exportação, você precisa de ter um regime especial. E o Sr. Pedro é o



representante, o Sr. Boutros, desculpe. O Sr. Boutros é o representante da Exportadora Lemond. Acho que ele é o representante dessa Conti. E aí, como ele não tinha o regime especial nesse período, eu terceirizei para ele, no caso, a minha firma. Ele usou por uns 15, 20 dias. Ele me pagou uma comissão. E só.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor fez contrato dessa operação, desse trabalho que o senhor realizou para ele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Contrato, como assim?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Um contrato, o senhor prestou um serviço para a Lemond.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu prestei um serviço.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor fez um contrato de serviço com a Lemond ou não?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Por qual motivo?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu achei que não era necessário.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor é amigo dele? É por isso que o senhor não achou necessário?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não sou amigo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas se ele não é amigo do senhor, como o senhor faz uma relação comercial com alguém, simplesmente por telefone: “*Olha, vou exportar.*”?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não, não é assim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor não acha isso estranho?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não, é o seguinte, funciona assim, eu tenho um despachante aduaneiro que faz os trâmites para mim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Qual o nome desse despachante aduaneiro?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Valdemir.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Nome completo, por favor.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Valdemir Pereira Flor.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Pois não, pode continuar.



O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – E como ele não tinha, por esses 15 dias ele usou a minha firma, no caso, como ele não tinha, ele pediu para usar. Ele me deu uma comissão de 5%, e aí eu fiz a exportação para ele, por 15 ou 20 dias.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Essa operação foi legal? O senhor emitiu nota fiscal?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Emiti nota fiscal. Tenho todos os documentos. Na hora que os senhores quiserem...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Então, na realidade, não foi o proprietário da Lemond que pediu ao senhor, foi o despachante aduaneiro.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Sim, era meu despachante, mas ele falou para o rapaz que queria usar, entendeu?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sim, mas, então, esse despachante também tem relação com a Lemond e pediu para o senhor fazer um favor para a Lemond, esse despachante aduaneiro.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não, ele não tem relação com a Lemond.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas veja o senhor. O senhor não conhece ninguém da Lemond. O senhor falou que foi o despachante do senhor que solicitou que fosse feita a operação.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não... sim. Ele pediu. Como a nossa empresa, a nossa firma, a nossa exportadora, a Topázio, no caso, foi uma das primeiras que conseguiu registro especial, porque eles pediram 2 meses antes, e, no prazo, nós conseguimos. Como a nossa cidade é muito pequena, todo mundo ficou sabendo que estava pronta a nossa papelada para podermos trabalhar, entendeu? Aí ele pediu, decerto para não ficar parado esses dias. Como o senhor pode ver, a Conti, eu trouxe por uns 15, 20 dias.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Considerando que o senhor fez esse trabalho para ele, onde o senhor pegou e aonde o senhor levou a cerveja? Quantos caminhões o senhor utilizou na operação?



O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Doutor, eu não tenho noção disso aí, mas eu tenho tudo com o meu contador. Eu posso trazer tudo para o senhor.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Nós estamos solicitando que o senhor traga a esta CPI a relação de quantos caminhões o senhor utilizou, onde o senhor buscou a mercadoria, onde o senhor entregou e o nome do cliente que o senhor entregou.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Permita-me um aparte.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor sabe por que o senhor foi convidado para vir a esta CPI?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O seu advogado não se preocupou em saber, também, por que o senhor foi convidado?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Bom, eu sabia, mais ou menos, que era por causa do negócio da Conti. Eu liguei aqui para perguntar.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Mais ou menos, não. Era esse o motivo. E o senhor está dizendo que o senhor não tem nenhuma informação sobre esse período que o senhor prestou serviço à Conti. Veja bem. O senhor prestou por um período pequeno. Nós só estamos querendo entender o que está acontecendo. Agora, não se pode aceitar que o senhor tenha vindo aqui a Brasília prestar um depoimento, dizer só sobre essa prestação da Conti, e o senhor está dizendo que o senhor não tem essa informação. O senhor não trouxe?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não, eu não trouxe.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Por que o senhor não trouxe?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Porque ninguém me pediu nada. Eu não sabia o que era. Falaram que era um negócio, uma CPI da Conti. Eu fiquei assustado, como estou assustado até agora, porque eu nunca conversei na frente de muita gente assim. Mas se isso for o caso, como vocês quiserem, mando fax, SEDEX, como quiser.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Como quiser não. Eu espero que o senhor esclareça aquilo que estiver ao seu alcance. O senhor está com Conti. Só



espero que o senhor não minta e que o senhor possa realmente oferecer as informações que tem. Eu queria que o senhor fosse mais objetivo na resposta ao Deputado Rubinelli. Ele perguntou ao senhor o período, o senhor disse que foi de 15 a 20 dias, ele perguntou quem apresentou, o senhor disse que, na verdade, foi uma pessoa da Lemond que pediu. Depois, o senhor está dizendo que não foi, que foi, na verdade, o despachante quem apresentou e fez o pedido para o pessoal da Lemond.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Mas foi isso o que eu falei.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Está ótimo. Agora, nós queremos saber o seguinte. Pelo que o senhor está me falando, então, na verdade o senhor só emprestou o seu talão de nota. Na verdade, quem fez a operação toda foram eles?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Isso. No caso...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Então, o senhor sabe. Então pronto.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - ...eu fiz um serviço terceirizado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Desculpe. Não é um serviço terceirizado. Eu conheço muito bem exportação, mas sei o que é o serviço terceirizado. O senhor emprestou o seu talão de notas, suas coisas, para que ele fizesse uma operação. Então, se ele me permitir continuar na pergunta, agora eu quero falar. O senhor se preocupou em saber se houve realmente essa exportação? E se ela existiu? O senhor estava dando o nome da sua empresa, o senhor é co-responsável. Então, eu queria que o senhor contasse o que o senhor sabe realmente sobre esse período, aonde ia, foi a pergunta que o Deputado Rubinelli fez. Então, eu queria que o senhor... Não adianta depois. Nós temos mais 3 pessoas para ouvir e dependemos do seu depoimento. Espero que o senhor seja responsável de nos dizer exatamente o que senhor então sabe realmente desse período: aonde pegavam, quem transportava, se era o caminhão. Não é possível que o senhor só tenha dado um talão em branco e mandou alguém usar como queria, alguma informação o senhor tem que ter tido.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Essa observação do Deputado Julio Semeghini é importante, porque se o senhor só emprestou a nota, o talão, é meio caminho andado para a gente resolver uma parte do problema aqui. Agora, se o



senhor realmente fez toda a operação, o senhor vai ter que nos dizer onde o senhor pegou a bebida, aonde o senhor levou e para quem o senhor entregou. Agora, com a palavra o senhor.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - A mercadoria, ela passa, no caso, no porto, no caso, eles fazem aquele termo de verificação, aí ela vai até a Receita Federal. Na Receita Federal, no caso, tem que fazer transportadora internacional, no caso, tem que passar de um caminhão para o outro — entendeu? — na frente da Receita, sai do caminhão brasileiro e passa para o caminhão paraguaio. E aí, no caso, o meu despachante que cuida dessa parte. Aí ele chega, passa para o lado paraguaio e na parte paraguaia quem cuida dessa parte é o despachante paraguaio. A minha parte de exportar, para o Paraguai, está tudo certo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Olha, só um aparte. Responde à pergunta. O senhor cedeu a nota fiscal ou o senhor fez... Foram os caminhões do senhor que transportaram a mercadoria? O senhor tem que responder isso para nós. O senhor cedeu uma nota fiscal para resolver um problema deles ou o senhor fez o transporte ou foram seus caminhões? O senhor contratou o caminhão? Foi através da Topázio ou foi só a questão da nota que o senhor cedeu porque ele não tinha nota?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Se eu só cedi a nota fiscal?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Isso.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - É, no caso é como eu falei para o senhor. Eu acho que sim, acho que foi isso que foi feito, porque ele trouxe a mercadoria, que era da Conti, no nome da minha empresa e ele me pagava uma comissão para isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então não usou nenhum caminhão do senhor? Foi tudo estrutura dele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - O caminhão, é. O caminhão, a estrutura.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, se eventualmente essa mercadoria nem existisse, o senhor não ia ficar sabendo.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não, com certeza sim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas como o senhor iria saber?



O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Mas passa na frente da Receita, tem fiscais conferindo tudo, essa mercadoria. Está tudo certinho ali.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quantas caixas o senhor foi contratado para transportar nesses 15 dias?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Eu não tenho idéia.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas veja. O senhor veio aqui para nos falar sobre a Conti. O senhor não teve a curiosidade de ler nada sobre a Conti, antes de vir para cá?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Eu não sabia, sinceramente.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, o senhor nos falou agora há pouco que o senhor sabia.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não, não sabia que...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Que era relacionada à Conti. E o senhor sabia que o senhor trabalhou para a Conti num período de 15 dias. O senhor não teve a curiosidade de olhar o que o senhor fez para a Conti nesses 15 dias?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Isso ficou tudo com meu despachante. No caso é o seguinte, Doutor, eu trabalho...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Ou o senhor nos esclarece ou senhor vai voltar aqui muitas vezes.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não, eu vou tentar esclarecer. É que às vezes estou um pouco nervoso, é que não consigo, estou vendo tanta gente importante. Não, é o seguinte. Meu pai é meu contador. Eu tenho a exportadora. Eu fico na minha exportadora. Eu faço as minhas compras e minhas vendas. Aí eu tenho esse negócio, chegou uma oportunidade para mim, carregar a Conti e tal, para ganhar uma comissão de 5%. Eu sou um pequeno exportador. Então, para mim, aquilo era uma boa, ganhar 5% de uma comissão.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Cinco por cento de quanto o senhor ganhou?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Cinco por cento em cima da nota.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quanto era a nota? Qual o valor da nota?



O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Mas eu não sei, eu não lembro, não sei falar para o senhor, precisar quantos caminhões foram. Mas eu posso trazer tudo relatado para o senhor.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nem aproximado? Se foi uma, se foram mil, 100 mil?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Foi mais de uma, com certeza. O que é que pode ser? Pode ser uns... não tenho idéia, mas uns 50, 100 mil.

(Intervenção inaudível.)

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Eu não tenho...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Victor, o senhor não precisa ficar nevososo, não. O senhor foi convocado como testemunha para nos ajudar nesta investigação. Então, o senhor pode ficar tranquilo e procure nos ajudar.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - A gente fica muito nervoso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Parece que o senhor não trabalha para ele, o senhor não tem relacionamento com a empresa Conti, mas sim, emprestou as suas notas, a sua empresa, que estava legal, para o Sr. Pedro.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Para o Sr. Pedro. Então, que o senhor procure lembrar. Foram 20 dias, mais ou menos?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Aproximadamente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aproximadamente. De que ano?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Este não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Este ano?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Este ano.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Deste ano?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Deste ano.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E qual era o problema? O senhor conhece o Sr. Pedro de onde? Lá de Ponta Porã?



O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Eu não o conheço assim pessoalmente. Eu o conheço, porque a cidade é muito pequena. Eu sei quem ele é e tudo. Sei que ele é representante da Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Certo.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Sei que ele é uma pessoa, bom... pelo que eu saiba, ele é uma pessoa honesta, que ele traz essa cerveja do Paraguai, que ele é representante da cerveja Conti para o Paraguai. E como decerto ele não tinha a estrutura como a gente tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Ele quem?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Pedro.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - O Sr. Boutros.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Pedro Boutros. Sim, pode continuar.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - E como d certo ele não tinha aquela estrutura, decerto, não, é certeza, que ele não tinha essa estrutura desses 15, 20 dias, para ele não ficar parado...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas que estrutura que lhe faltou? Porque ele já era um representante e ele que já fazia a exportação. O que aconteceu com a empresa dele nesse período? O senhor sabe que ele tem uma empresa, não sabe?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Como é o nome da empresa dele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Acho que é Lemond.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Lemond. Exatamente. Qual foi o problema que aconteceu com a Lemond nesse período aqui, deste ano?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - O Governo do Estado, no caso, ele tinha feito um negócio para as exportações, que tinha um negócio de um regime especial, que quem não tivesse o regime especial não podia exportar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas isso era uma novidade, isso ainda era uma novidade.



O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Era uma novidade para todo o mundo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah! Perfeito.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Para o Estado inteiro, para todo o mundo que tinha essas exportações. Aí, por exemplo, estou dando um exemplo, de junho a julho, vamos supor, que era o prazo para ter o regime especial, nesse prazo ninguém conseguiu esse regime. Mas nós demos entrada antes, porque eles já tinham pedido, porque ninguém pensou que ia adiante aquele negócio. E nós fomos adiante. Ai no outro mês, quando acabou, encerrou o prazo, todo mundo pensou que ia acabar, nós já tínhamos o regime especial.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aí ele pediu sua empresa emprestada para fazer isso?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - E ele, para não ficar parado...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu entendi. Ele continuou trazendo os caminhões dele. O senhor sabe se ele tem caminhões, ele é proprietário de caminhões?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não sei, não. Se ele é proprietário de caminhões? Não sei se explicar, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É. Como é que vem o transporte dele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Bom, ele deve ter os caminhões dele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele tem caminhão?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Tem que ter, acho que sim, porque ele é um representante ali, do lado do Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele é o representante?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Ele é o representante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E além da cerveja Conti, ele é representante de mais alguma coisa?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Olha, que eu saiba, não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Que eu saiba, não, sinceramente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não... Mas a cidade é pequena, o senhor já sabe que ele tem uma empresa que chama Lemond, que é o representante da Conti.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele não exporta outras coisas além da cerveja Conti?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Que eu saiba, não. Que eu saiba, ele é representante dessa cerveja Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Desde que o senhor o conhece, ele representa a Conti?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Eu conheci ele foi este ano.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Com esse negócio que ele foi pedir através de seu despachante?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - É, no caso... que nem eu conheço muita gente aqui por televisão, conheço...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E ele nunca lhe pediu para passar uma carga de pinga? De cachaça?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Para mim, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Só cerveja para o senhor?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Para mim, não, só a cerveja.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Naquele período só foi a cerveja?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Só a cerveja.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Esse regime especial é só para a cerveja ou é para todos os produtos?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Para todos os produtos.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Para todos os produtos. E pinga, ele nunca pediu para o senhor?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Para mim, pelo menos, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E caminhões, o senhor sabe dizer quantos ele tem?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não, não senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. A sua empresa, a empresa... Como é o nome da sua empresa? Topázio.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Exportadora Topázio.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ela só é exportadora?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Ela é exportadora e importadora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o senhor trabalha com importação também?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não, só com exportação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, só com exportação. E o senhor mora lá em Ponta Porã há quanto tempo?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Eu moro desde 1979.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - 1979, o senhor reside lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Tem quantos anos?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Tenho 32.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor sempre trabalhou nesse ramo de exportação?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - É, sempre trabalhei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor tem representantes no Paraguai?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Representantes? Representação de alguma coisa no Paraguai?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não? O senhor conhece o Sr. Roberto Eleutério?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Da Silva?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Conhece alguma pessoa que tem o apelido de Lobão?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Já ouviu falar?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não, bom, na televisão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O que o senhor ouviu dele na televisão?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Bom, vi no *Jornal Nacional*, essas coisas na televisão, mas não conheço e nunca ouvi falar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o que o senhor ouviu dele no *Jornal Nacional*? Que ele é um ator muito famoso?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O que ele é?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Vi negócio de pirataria, não sei que mais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pirataria. Mas o senhor não o conhece?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Agora, Ponta Porã, não conheço Ponta Porã, conheço Paraná, mas Ponta Porã, eu nunca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - E a (*ininteligível*) de Ponta Porã?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não conheço. Pois é. A cidade é pequena, as pessoas devem se conhecer.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Eu conheço. O senhor conhece o Sr. Marcelo Stracieri Barbosa?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quem é esse Marcelo Stracieri? Pode falar; você está aqui para colaborar, para ajudar. O senhor não se



preocupe que nós não estamos querendo achar... o alvo não é o senhor. O que o senhor conhece desse Marcelo Stracieri?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – A senhora... está bem mais fácil de conversar com a senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tá bom, não é, então vamos lá.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Bem mais fácil não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É com mulher. Com mulher, é sempre mais fácil, tem mais sensibilidade. Vamos lá.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Esse Marcelo, pelo que eu sabia, pelo que eu o conheci, o conheci de bar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De bar?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – De bar. Meu pai é contador. Ele tinha algumas empresas que faziam contabilidade para ele, assim coisa de 20, 10 anos atrás.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele era, qual era a profissão dele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Que eu saiba, não sei, eu acho que ele era comerciante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Comerciante?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu acho que ele era comerciante. Eu o conheci sempre assim na rua, eu o cumprimentava.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele era um homem rico?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Ele era o quê?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Um homem rico.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu acho que não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele tinha filhos?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Tem filhos. Acho que tem uns 2, 3 filhos.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É comerciante. Em que ramo ele trabalha?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA- Não sei, não senhora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Ele está solto ou está preso?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Acho que está preso; vi no jornal, vejo televisão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Junto com o Lobão, não é?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não, não sei. Eu vi na televisão. Não sei se ele está junto com o Lobão não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele tinha filhos lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Você disse: aquele eu conheço.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - É. Eu vi que era famoso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não sabe dar nome da empresa que ele tinha, nada, nada?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não sei, não senhora. Eu o conheço assim que nem eu falei para a senhora. Eu tinha um bar na cidade, um barzinho. Fiquei uns 10 dias num barzinho, coisa à toa, de oi, conhecido, não é meu amigo. Qualquer pessoa que a senhora chamar aqui de Ponta Porã vai conhecê-lo, mais ou menos, porque ele morou, acho que a vida toda lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Morou a vida toda? Tinha família lá.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Acho que morou muito tempo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tinha família lá?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Pelo que eu saiba tinha; tinha família.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Eu acho que ele tem filhos da idade sua. O senhor nunca conheceu os filhos dele não, não é?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Conheço também de vista.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é que é o nome do filho dele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu não lembro o nome dele, lembro um.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tomy. Não. Tomy era outro.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu sei de um, acho que é Moisés.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mora lá ainda?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não sei. Não. Acho que não mora mais lá não. Nunca mais vi na cidade, pelo menos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas é Moisés, o nome do filho do Marcelo. O senhor tem certeza de que é Moisés?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Ele tem, acho que uns quatro filhos. Acho que ele tem uns 3, 4 filhos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Que trabalhavam com ele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Quem?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Os filhos?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Se eu trabalhava?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não. Os filhos trabalhavam com o pai, o Marcelo?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não sei explicar. Eu não sei de nada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tá. O senhor sabe que ele era comerciante, o conhecia do bairro, mas não sabia em que ramo ele trabalhava.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não. Não sabia, sinceramente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não sabia que era com cigarro?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não sabia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não sabia. Ele tinha caminhões, transportadoras?



O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não sei explicar. Porque eu acho que ele foi embora fazia muito tempo de Ponta Porã, não sei. Porque ele morava em Ponta Porã, mas eu...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Era caminhoneiro?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Acho que não, pelo menos, que eu saiba, acho que ele não era caminhoneiro, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Diga-me uma coisa: o senhor já ouvir falar no Sr. Conte, como é o nome do Sr. Conte todo, Gerson Conte?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Conheci agora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Agora.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Na salinha.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor estava junto com ele. Era para ter botado separado. Vocês ficaram conversando lá, foi?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Na salinha.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ficaram conversando lá na salinha, foi?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Foi lá que eu o conheci.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não pode, Sr. Presidente. Olha aí uma falha. O senhor o conheceu agora?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Conheci agora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Agora?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Agora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca falou com ele, antes dessa data de hoje?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Nunca.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca teve relacionamento algum com ele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Nenhum, zero.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nenhum.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Zero.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas, legalmente, o senhor teve negócios com ele, não teve?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Tive. Que nem eu falei para a senhora, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Legalmente, o senhor comprou muita cerveja dele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Comprei cerveja dele, nesse período de 15, 20 dias.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Comprou cerveja, pelo menos uns 15, 20 dias?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor sabe que ele fala assim da sua empresa com uma desenvoltura, como se o senhor fosse um dos seus maiores clientes?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Ele falou?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não sabe disso não?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Por causa desses 15 dias que o senhor foi prestar um favor. Prestar um favor, não, o senhor ganhou dinheiro, o senhor ganhou um percentual...

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Ganhei a minha comissão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pois é, não é Deputado Rubinelli, aí ele fala da sua empresa com uma desenvoltura! O senhor não o conhecia?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Decerto, a minha empresa foi boa para ele, nesses 15 dias, para mim não foi não. (*Risos.*)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nesses 15 dias, está aí, olha, qual era a carga que vinha diariamente?



O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu não sei precisar direito para a senhora, mas semanalmente tinha certeza de que sempre vinha alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Ele ainda está trabalhando para a Conti?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não. Ele prestou serviços, Sr. Presidente. Houve um período aí em que a empresa desse senhor que nós ouvimos anteriormente, o qual chamam de Pedro, lá, que é a empresa Lemond, que é quem compra da Conti e vende para o Paraguai. Então, houve um período em que a empresa não pôde funcionar por conta de um regime especial que o Governo do Estado adotou, aí ele usou a empresa do Sr. Victor, a Topázio para fazer. Mas era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Ele só trabalhou 15 dias lá?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Segundo ele, de 15 a 20 dias.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não deu um mês; de 15 a 20 dias.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Era muita mercadoria?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Olha, eu não sei precisar direito para a senhora, vamos supor que seja uns 50 mil reais — se eu tiver falando 50 mil reais, se não for, eu não estou querendo mentir para a senhora. Mas eu posso apresentar tudo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ao todo? Nesses dias foram...

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – De 50 a 80 mil reais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Cada carga ou total?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Total. Eu não tenho certeza do que eu estou falando para a senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor vai mandar todos o documentos para nós, não vai?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – O que a senhora pedir, eu vou trazer para a senhora. Isso aí está tudo comprovado, a exportação, isso aqui, na Receita Federal, pode ir à Receita Federal a hora em que quiser puxar tudo.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor nunca viu nada de estranho naquela carga de cerveja?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não. Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor olhava a carga, também não, só a Receita Federal?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Só a Receita Federal. Porque aí, no que chegava a carga, como baldeava num caminhão para o outro, eu não via, porque eu tinha o meu despachante, o meu despachante...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor já tomou cerveja Conti?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não conhece?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não, não conheço, não. Conheço a cerveja Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Conhece? Ela é muito vendida em Ponta Porã?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Ela vende, mas eu nunca cheguei a tomar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, mas em Ponta Porã se vende Conti.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Se vende.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Se vende, no Mato Grosso do Sul?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Vende. No Mato Grosso do Sul, vende.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Vende bastante. É uma marca conhecida lá?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Para mim, é conhecida, por causa de ter trabalhado com ela nesses 15 dias.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas fora esse trabalho?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Aqui, ninguém conhecia, não é, todo mundo aqui, acho que ninguém conhece.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin. Não havendo mais Deputados que queiram fazer perguntas ao senhor...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Presidente, é muito rápido. Só uma pergunta que eu queria fazer, na verdade, sobre a pessoa que antecedeu aqui, como é que da Lemond. O senhor disse que ele deve ter caminhões, tal. Eu queria só fazer outra pergunta. Ele poderia estar exportando alguma coisa antes de ter exportado a bebida, algum outro tipo de bebida. Esse regime que o senhor diz que tem no seu Estado, ele é especial só para cerveja ou é para várias coisas que ele fosse exportar?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Para todos os produtos que constam no contrato; tem o contrato social, para todos os produtos.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Tá, se ele quisesse exportar refrigerante, pinga, outra coisa, ele também não poderia, ele teria que ter tido essa licença primeiro.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Mas é para qualquer exportadora, entendeu. Se quiser mandar, por exemplo, desde bala, fralda, qualquer coisa.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Qualquer coisa; então, se ele o procurou, naquele período, para que exportasse cerveja, através do seu contrato, provavelmente, ele também não poderia exportar outro tipo de bebida, nesse período em que o senhor estava exportando a cerveja para ele.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Obrigado Deputado Júlio Semeghini. Muito obrigado Sr. Victor Vinicius. O senhor trabalha em que agora?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Exportação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Exportação de quê?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Dessa Exportadora e Importadora Topázio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Mais uma coisa. O senhor é o dono da Topázio?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu sou um dos sócios.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – O senhor exporta o quê?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Desde bebida, tudo que... gênero alimentício, papel, bala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Sempre para o Paraguai?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Sempre do Paraguai. E tudo que nem eu falei para o senhor, tudo certinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – O senhor conhece o Sr. Fuad Jamil?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Ah, não valeu, então, o seu depoimento. O senhor é de Ponta Porã?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Sou de Ponta Porã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – E você diz... Eu estava acreditando em tudo o que você dizia, até agora, juro, por Deus. Mas no momento em que o senhor é de Ponta Porã e diz que não conhece o Sr. Fuad Jamil, o seu depoimento caiu por terra.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Conheço mais o senhor do que ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Hã?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Conheço o senhor mais do que ele. Nunca sentei do lado dele, que nem eu estou com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Eu vou perguntar novamente. Você é de Ponta Porã, certo?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Você diz que conhece o Sr. Marcelo... e você... Já terminamos. Então, pode fazer, depois eu termino.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – É o seguinte. O seu pai não teria sido contador do Marcelo. O senhor falou que encontrava só no bar com o Marcelo, mas por acaso o seu pai não foi contador do Marcelo?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Poderia ter sido contador há muitos anos; assim que eu o conheci, coisa de 15, 10 anos atrás.



O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES – Pois é. Mas esse caso é um caso muito importante. Então, o senhor verifique lá se o seu pai não foi contador do Marcelo, e se foi, o senhor, por favor, inclua nas informações que o senhor vai fazer à CPI, porque esse dado é relevante.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Com licença, um pouquinho. O que vocês vão pedir para mim, vocês vão me dar em papel para eu saber o que eu vou mandar para vocês ou ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Nós podemos fazer isso. A secretária vai fazer.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Porque aí fica mais fácil para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Senão você não vai lembrar, não é? Olha, só me diga uma coisa. Eu nem assisti ao seu depoimento todo, mas eu falei aqui: eu acho que o rapaz está falando a verdade; é uma pessoa simples, trabalhadora; você passou credibilidade para mim. Mas o Sr. Fuad Jamil é muito conhecido, o senhor é de Ponta Porã?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Sou de Ponta Porã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Ele é muito conhecido em Ponta Porã e nas fronteiras de Ponta Porã. Aí eu pergunto: o senhor conhece o Sr. Fuad Jamil? O senhor diz que não me conhece.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Mas conhecer, doutor, não sei como que o senhor está querendo falar. Conhecer, eu conheço assim. Eu sei que o Fuad Jamil mora lá na minha cidade, mas conhecer, eu não conheço. Eu nunca conversei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Não?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sr. Presidente, eu queria dizer, até se o senhor me permite a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – O senhor tem medo de dizer?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não. Eu nunca conversei com ele.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Dentro dessa linha que o senhor está falando, que ele, aparentemente, fala a verdade, pode até ser que ele fale a



verdade; porém, eu acredito que ele não colaborou, por falta de vontade, com esta CPI. Ele veio aqui sabendo, hoje, que ia tratar do assunto Conti; ele sequer teve o interesse de trazer a cópia da nota, dos 15 dias em que ele trabalhou com esse produto. Seria extremamente, digamos assim, natural que ele viesse com as notas e dissesse: “Olha, eu fiz isso daqui, Presidente, está aqui, só fiz isso aqui durante 15 dias”. Ele veio aqui e disse que não sabe qual o valor, não sabe quanto foi, não sabe quando foi, não sabe que quantidade, só sabe que foi de 50 a 80 mil reais. Então, na minha opinião, foi de uma má vontade muito grande que ele apareceu nesta CPI, hoje, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Victor, deixa-me dizer uma coisa para você. Sabe que quando a Polícia Federal prendeu o Lobão, que a gente ia interrogar os policiais de São Paulo — o Lobão é muito conhecido em São Paulo —, e os policiais que a gente sabia que tinha um compromisso com o Lobão, sabe qual era o primeiro sintoma que a gente sabia que ele tinha alguma coisa com o Lobão? A gente perguntava para ele “Venha cá, o senhor conhece o Lobão”, e ele dizia: “Não, não, não conheço não”. Não tem como não conhecer o Lobão em São Paulo. Entendeu? Então, quando o policial dizia “Não, não, eu não conheço não”, aí nós já sabíamos que ele tinha algum comprometimento. Porque conhecer não é ter amizade. Você mora em Ponta Porã, você conhece o Marcelo, certo? e conhece normalmente de rua, viu o Marcelo para lá e para cá, do mesmo jeito o senhor tem que conhecer o Sr. Fuad Jamil; você o viu para lá e para cá, sabe que ele é um contrabandista importante, conhecido, está certo? Quem não conhece? Qual o policial, qual o comerciante, qual o exportador que não conhece o Sr. Fuad Jamil? Isso aqui não é brincadeira. Então, se o senhor disser que não conhece é uma agressão que o senhor está fazendo a ele.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Evidente. Agora, o senhor vai conhecer, quer ver?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não doutor, sabe o que é. É o seguinte. Conhecer, eu não conheço. Nunca conversei com ele. Nunca tive contato com ele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Não estou.... você é surdo ou eu falo chinês?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Eu perguntei se o senhor fala com ele?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Não. Conheço sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – O que eu perguntei?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Eu não sei, que nem o senhor tinha perguntado do Marcelo. O Marcelo, eu já tinha conversado com ele uma vez ou outra, entendeu? com ele não. É isso. Eu não tinha entendido direito a pergunta, porque o senhor falou se eu conhecia o Marcelo, eu falei que conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Tá bom. Obrigado pelo seu testemunho.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA - Vocês não vão me dar um papel para eu mandar as cópias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O seu advogado está dizendo que anotou; então, se ele anotou, é melhor para nós, não é ?

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Está tudo certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Se está tudo certo eu não sei, vamos dizer lá na frente.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Até mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Sei que você está livre.

O SR. VICTOR VINICIUS DE BACELAR E CUNHA – Desculpa alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Tá certo? Pedro Gimenez. O senhor tem advogado? Doutor Ricardo Porto, eminente advogado de São Paulo, dos mais conhecidos e dos mais caros. Mas o que tem de caro tem de competente na praça de São Paulo. Eu o conheço, portanto. O senhor é o Pedro Gimenez Júnior? O senhor está na CPI da Pirataria. O senhor está aqui, não quer dizer que o senhor seja culpado. O senhor fique à vontade para responder. O senhor está depondo como testemunha e como testemunha o senhor tem que falar a verdade. O senhor não pode fazer falso testemunho, porque o senhor pode ser preso em flagrante por falso testemunho. Então, antes de responder, pediria ao senhor que pensasse bem,



mas o senhor fique à vontade. Vir a uma CPI não quer dizer que a pessoa seja culpada, seja bandido ou qualquer coisa — Está certo? — apenas está sendo investigado e nós vamos investigar. Então, eu passo a palavra para o Relator.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Júnior, qual o seu nome completo, por gentileza.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Pedro Gimenez Júnior.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quais são as suas atribuições junto à empresa, Cervejaria Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu tomo conta da área comercial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – O quê?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Área comercial.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Poderia explicar, resumidamente, em que consiste essa parte?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu tomo conta da venda da cerveja no Brasil e fora do Brasil.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Certo. Qual é o seu nível de responsabilidade junto à empresa? O senhor tem, digamos assim, autonomia ou o senhor tem que pedir autorização para diretores. Ou o senhor tem plena autonomia?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – A gente tem autonomia, mas a gente está muito ligado à Diretoria.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quem são os proprietários da Cervejaria Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Gerson Conte Filho, Suzana Conte, a mulher do Gerson, e o Gerson.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Há quanto tempo o senhor trabalha nas empresas do Grupo Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Trabalho há 5 anos, antes de montar a cervejaria.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Antes de montar a cervejaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Só retificando aqui. O Secretário da CPI disse que o senhor não é testemunha. O senhor é uma pessoa investigada.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Correto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – O senhor fique à vontade. Se o senhor quiser, o senhor responde; se o senhor não quiser, o senhor não responde. O senhor é investigado. O senhor tem o direito de não depor contra o senhor mesmo, de não depor contra a empresa.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não, eu quero depor. Não tem por que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Depor, você vai depor. Isso, não tenho dúvida disso não. O que eu estou dizendo é uma coisa. Há a testemunha e há o acusado.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – No seu caso, o senhor é acusado, é investigado.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Correto. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) – Está bom? Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Quais são as filiais da empresa e onde estão localizadas?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Filiais, você fala fábrica ou revendedores?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Tanto a fábrica como as revendas.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Fábrica é em Cândido Mota.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E as revendas?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – As revendas estão espalhadas no território do Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Minas, Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso, que é Rondonópolis, e Paraguai.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Vocês da Cervejaria Conti possuem alguma representação no exterior?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Nós temos um distribuidor direto lá em Assunción.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Distribuidor direto.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Isso.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas veja o senhor. O Conte, o Sr. Conte falou para nós que tudo era feito através das duas distribuidoras: da Topázio e da Lemond.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E agora o senhor está dizendo que tem um distribuidor direto no Paraguai.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu tenho duas exportadoras em Ponta Porã e uma exportação direta, que é em Assunción, exportação direta e exportação indireta. Nós vendemos para a exportadora de Ponta Porã e...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sim, mas veja você. O Sr. Júnior não falou para nós que tinha um representante no Paraguai. Ele falou que tudo que ia para o Paraguai era Topázio e era Lemond. E era o senhor que era o contato da Topázio e da Lemond. Agora o senhor está dizendo que tem uma representação no Paraguai, da cervejaria.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu acho que o senhor não está entendendo. Deixa eu explicar. Ponta Porã é Brasil; Paraguai é Assunción. Nós enviamos para Ponta Porã, que é o exportador. Ele vende para o Paraguai e nós também vendemos para Assunción, que é uma exportação direta.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Eu vou repetir a pergunta. Eu quero saber se o senhor tem alguma pessoa que representa a Conti no exterior.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Em Assunción.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Qual o nome dessa pessoa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A empresa chama Proctec.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Qual o proprietário da empresa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Olha, no momento, no contrato social...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Deixa eu falar para o senhor. Essa informação... o proprietário da empresa, ele não nos deu essa informação. Ele falou para nós que tudo que era vendido era através da Topázio e da Lemond. Esse representante no exterior, o proprietário da empresa omitiu esse fato. Há quanto tempo vocês têm esse representante lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele começou há cerca aí de 15 ou 20 dias aí.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Recentemente, agora?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Recentemente.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E como vocês optaram agora em colocar essa pessoa de 15 a 20 dias, agora, diretamente lá no Paraguai?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Porque Assunción é uma Capital. Então...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Deixa eu falar uma coisa para o senhor. Acho interessante. Eu falei aqui que o proprietário omitiu essa informação, em seguida o senhor falou que ele começou há 15 ou 20 dias. Isso vai ser checado pela CPI, se realmente ele começou há 15 ou 20 dias, ou se ele está há mais tempo. O senhor quer corrigir ou mantém que ele começou há 15 ou 20 dias?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu mantenho, que fui eu que fiz a operação.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Que ele começou há 15 ou 20 dias?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Pois não. Então, pode continuar explicando para nós.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A gente optou por vender lá em Assunción, porque o Paraguai é um país extenso, e fazer o interior do Paraguai, através do pessoal da fronteira.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E o senhor... esse representante, ele já trabalhava lá ou vocês arrumaram ele aqui e mandaram para lá, alguém indicou ele, como surgiu esse representante?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele já trabalha, ele já tem uma empresa constituída algum tempo dentro de Assunción, aí mandou o cadastro para a empresa e passou pelo trâmite normal da empresa e foi aprovado. Daí, então, foram feitas as operações de venda.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor tem participação acionária na empresa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor é ou foi proprietário de alguma empresa do ramo?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Qual é a marca e tecnologia dos equipamentos utilizados na fabricação dos produtos da Cervejaria Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Olha, tem Kronas, tem Steinecker, tem bastante...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O Sr. Júnior, aliás o proprietário da Conti, ele falou para nós que as 2 distribuidoras são responsáveis por 30 mil caixas de cerveja que vão todos os meses para o Paraguai; que toda essa negociação, em momento algum, passou por ele, que foi tudo feito através do senhor e que ele desconhecia qualquer coisa relacionada à venda para o Paraguai. O senhor confirma essa afirmação dele, ou o senhor quer fazer alguma reparação nessa... algum reparo nessa afirmação dele?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A operação feita em Ponta Porã, tem várias exportadoras e a gente tem um cliente lá, que é o Boutros, que a gente vende para ele e ele vende para uma empresa dentro do Paraguai.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor não está entendendo. O proprietário da empresa nos falou que o senhor é responsável por toda essa operação. Disse que ele desconhece qualquer transação comercial no sentido de estar exportando cerveja para o Paraguai, que é tudo o senhor, o senhor que faz tudo.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, o senhor assume que o senhor é o responsável pelas exportações?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Eu gostaria que o senhor explicasse para nós se foi o senhor que contratou a distribuidora Topázio.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Foi também.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas veja o senhor. Como o senhor contratou a Topázio, se o rapaz acabou de depor aqui na CPI e falou para nós que foi quebrar um galho pelo pedido de um contador lá do... de um contador aduaneiro, fazer um favor para outra transportadora, que ele não conhecia ninguém da empresa do senhor. Agora, o senhor fala que foi o senhor que contratou ele?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Se a documentação veio para mim na fábrica, foi eu que contratei, independente de eu conhecê-lo ou não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor está brincando com a CPI.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor está levando isso na brincadeira.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu estou relatando simplesmente a verdade.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor já entrou em uma contradição, que o senhor disse que foi o senhor e foi tudo feito através da própria Transportadora Lemond, que é a verdadeira, aparentemente — porque nessa altura não se sabe mais o que é verdadeiro —, que aparentemente é a que o senhor trabalha diretamente. Gostaria que o senhor explicasse para nós como foi contratada a Lemond.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Deixa eu explicar. Lá no Mato Grosso do Sul, as exportadoras não são todas que podem exportar para dentro do Paraguai. Elas precisam de um regime especial. E como o Pedro era o nosso representante em Ponta Porã, ele contratou o serviço do pessoal da Topázio para fazer exportação para empresa dentro do Paraguai. É isso que eu te relatei.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Há quanto tempo o senhor trabalha com a Lemond?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Perto de 2 anos, quase o início da cervejaria.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Aproximadamente quantos caixas ele exporta para o Paraguai, por mês?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Por volta de 30 mil caixas.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quanto ele paga em cada cerveja, que ele compra de vocês, à Lemond?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Você quer saber o preço da fábrica para ele?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Isso.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - 10,54.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - 10,54. E ele paga de que forma para vocês?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele paga em ordem de pagamento, da exportadora para a fábrica, com um depósito certinho lá.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Qual é a logística de transporte da cervejaria?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É tudo responsabilidade dele. Ele freta o caminhão, vai até a fábrica, passa a ordem de pagamento, a gente carrega o caminhão e envia a cerveja para ele.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Existem parcerias com relação à questão do transporte ou não?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Em algum momento vocês...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A maioria das cervejarias do País... todo distribuidor, fica por conta dele a retirada da cerveja na fábrica.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor tem a relação das transportadoras que vão até a fábrica?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Olha, cada cliente tem o seu caminhão próprio.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sim, mas com certeza, se chegar um caminhão lá, o senhor sabe se ele é ou não é contratado da empresa? Você deve ter uma relação lá de todos os particulares que vão lá retirar cerveja.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quantos caminhões são cadastrados lá para retirar cerveja?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Olha, Deputado, são muitos. Eu não posso te falar assim, por que eu preciso...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Engraçado que ele falou para nós que não são muitos. Ele falou para nós que é uma quantidade pequena de caminhões.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Mas deixa eu explicar. Você está falando da distribuição geral da cervejaria no Estado de São Paulo?



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, a que vai para o Paraguai, o que é exportado. A Lemond só faz para o Paraguai. Não adianta o senhor... Eu perguntei da Lemond.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Agora eu entendi a sua pergunta. Depende da carreta. Tem carreta que leva mil caixas e tem carreta que leva 920 caixas.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, quantas carretas são?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Por volta de 30 carretas.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor pode fornecer para a CPI a relação dos proprietários das carretas?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Posso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, nós estamos aguardando. Solicito que o seu advogado anote também. A CPI quer a relação, o nome e endereço de todos os proprietários das carretas. Quem é a pessoa de contato da Búfalo Branco?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Búfalo Branco? Essa Búfalo Branco foi um cadastro enviado para a fábrica, que nós analisamos e não obtive o crédito.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas ela chegou a ser representante comercial ou transportadora de vocês?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Cerveja não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O que então?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não sei, porque tem tanta coisa que se retira na fábrica lá.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Veja você, veja o senhor, a informação que nós temos é que o senhor é que teria tratado com pessoas da Empresa Búfalo Branco? Isso procede?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Procede.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, poderia explicar para nós como que foi essas conversas entre a Conti e a empresa Búfalo Branco, qual era o objetivo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele mandou um cadastro para a fábrica para montar um depósito de bebida em São Paulo. Esse cadastro passou por um ritual dentro da empresa, que é análise de crédito, uma série de detalhes. E esse



cadastro não foi aprovado e eu reportei que o cadastro não foi aprovado. Aí ele me falou se teria condições de se comprar à vista.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas o senhor foi até esse galpão, que ele teria construído, fazer uma vistoria?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Engraçado que me parece, precisa checar, o dono da empresa parece que teria dito no outro depoimento — solicito que seja checado, pode ser que a minha memória esteja falhando —, mas ele disse que vocês foram lá fazer uma vistoria, sim.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu propriamente não fui, Deputado. Eu tenho pessoas que trabalham comigo, supervisores que fazem o serviço.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Mas o senhor mandou alguém?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu enviei alguém lá.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quem o senhor mandou para lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Mandei o Gilson lá.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nobre Deputado, me perdoe só uma coisa, eu queria o seguinte, que o senhor realmente fosse mais objetivo nas suas respostas. O Deputado fez uma pergunta muito clara sobre a visita, essa vistoria do galpão. O senhor foi muito contundente dizendo que não tinha feito. Então, se o senhor não foi, mas mandou alguém, eu esperava, como Deputado, outra resposta. Então, eu não queria que o Deputado precisasse fazer mais 2 ou 3 perguntas para que o senhor respondesse aquilo que a gente espera que o senhor responda, com transparência, para essa CPI. Então, eu gostaria de sugerir que o senhor realmente respondesse às perguntas à altura que a gente espera que elas estejam sendo respondidas, com o mesmo respeito que nós estamos tendo com o senhor nesta Comissão.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Então, Deputado, deixa eu explicar. Eu sou gerente comercial da empresa. Eu não consigo estar em todos os lugares. Então, tenho gente que trabalha para mim, que são os supervisores. Por isso, eu respondi assim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Veja o senhor. Essas pessoas da Búfalo Branco estiveram também lá em Cândido Mota visitando o senhor?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Estiveram.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quantas vezes?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Uma vez só.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Qual o nome da pessoa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Marcelo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Nome completo, o senhor se lembra?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Em algum momento, esse Marcelo falou em nome do Eleutério?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor recebeu o Lobão Eleutério lá em Cândido Mota?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Em visita à empresa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não... eu sei que o Marcelo foi lá na fábrica, lá, saber do cadastro e tudo, mas... que eu tenha recebido, não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Do Eleutério, o senhor nunca recebeu?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Nunca recebi.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Foi o senhor que estabeleceu contato com o Marcelo Stracieri Barbosa, da empresa Búfalo Branco. Sr. Gerson Conte afirmou que foi o Júnior que teria tido contato com o Marcelo. O senhor confirma isso?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Confirmando.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E de onde surgiu o Marcelo? Ele procurou o senhor e fez um cadastro, só, pronto? Ou alguém indicou...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele... o que aconteceu foi o seguinte. Ele mandou um cadastro por fax, para a empresa, depois entrou em contato, que queria abrir uma revenda em São Paulo, e eu falei para ele que o cadastro ia passar pelo trâmite de crédito, uma série de detalhes que tem a empresa, e, assim que fosse aprovado, a gente iria entrar em contato.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E, aí, o senhor rejeitou o cadastro?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - O cadastro foi rejeitado para crédito.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Por que foi rejeitado?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Porque tinha restrições, cheque sem fundo, umas coisas assim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor sabe informar quantos veículos a empresa possui?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A minha empresa?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - É, a Conti. A sua empresa, a Conti, a que o senhor trabalha, não é?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - O senhor fala veículos, como?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Veículos em nome da empresa — caminhões, carro, o senhor sabe?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, eu... tecnicamente, assim, eu teria que levantar e passar.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor sabe que a empresa adquiriu um automóvel, da marca Maserati, modelo cupê, 3.200, no valor de 215 mil reais?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu não vi, não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - É... então, mas me parece que está no nome da empresa esse veículo. É um Maserati, no valor de 215 mil reais. O senhor não tem essa informação?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quantos imóveis o senhor possui?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu possuo a minha casa própria.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor tem mais algum bem em seu nome?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Qual é a sua remuneração?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Por volta, aí, de 5 mil reais.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor tem outras fontes de renda?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Foi o senhor que estabeleceu os primeiros contatos com o Marcelo ou com o Lobão, na tentativa de vender a Cervejaria Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Em algum momento, o senhor estabeleceu contatos para que fosse feita a venda da Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Engraçado, parece-me também — precisamos checar — que, no depoimento anterior, parece-me que foi citado, sim, que o senhor teria dito alguma coisa relacionada que haveria pessoas interessadas em comprar a cervejaria. Precisamos checar. O senhor não se lembra, realmente?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, o único contato que eu tive com ele é que ele queria comprar a cerveja para vender.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A cervejaria, em momento algum.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Em momento algum.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor nunca procurou o dono da cervejaria e falou que havia pessoas que queriam comprar a cervejaria?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Nunca.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Que nós vamos checar. Parece-me, se minha memória não falha, parece-me que ele teria dito que o senhor teria dito que pessoas estariam interessadas em comprar a cervejaria. Nós vamos checar isso, para conferir com o que o senhor está dizendo agora.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Correto.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Consta das investigações do Ministério Público Federal que o senhor Roberto Eleutério teria adquirido a Cervejaria Conti. O senhor sabe alguma coisa a respeito?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quem é o representante da cervejaria em Fortaleza?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Nós não temos representante da cervejaria em Fortaleza.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Ninguém?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ninguém.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E no Ceará?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Também ninguém.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Afirmou o Sr. Gerson Conte que foi o senhor quem estabeleceu os contatos iniciais, com vistas à transferência da cervejaria para o Lobão. O que o senhor tem a dizer a respeito disso?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Nunca... nunca... eu nunca tive contato com esse Lobão; tive contato com o Marcelo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, essa afirmativa do proprietário, do Sr. Gerson Conte é falsa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não... não...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Ou é falsa...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu tive contato com o Marcelo...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Eu vou repetir para o senhor: afirmou o Sr. Gerson Conte que foi o senhor quem estabeleceu os contatos iniciais, com vistas à transferência da cervejaria para o Lobão. Essa afirmação é verdadeira ou falsa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.. não... eu não tenho poder nem para isso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, é falsa. Gostaria que o senhor respondesse.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não sei, se você está falando, eu...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, não estou falando nada, eu estou perguntando para o senhor.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - O único contato que eu tive com esse pessoal, aí, Marcelo, foi para vender cerveja; não a fábrica de cerveja.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, o senhor responda: afirmou o Sr. Gerson Conte que foi o senhor quem estabeleceu os contatos iniciais, com vistas à transferência da cervejaria para o Lobão. Então, não foi?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não fui eu, não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Está o.k. Como são feitas as parcelas de pagamentos das dívidas da empresa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A empresa, ela fez um financiamento do BNDES e, depois, fez um financiamento na Krones, uma empresa alemã.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sim. E esse pagamento está sendo feito...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Feito da Casa Di Conti para...



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E está sendo feito... estão sendo pagos...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - As prestações da Casa Di Conti...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Corretamente? Tem alguma em atraso?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Nenhuma em atraso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Oi?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Nenhuma em atraso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Nenhuma. Está tudo sendo pago corretamente.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Graças a Deus.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quem é o principal agente financiador da empresa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu não entendi a sua pergunta. Financiador, como?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Qual é o principal agente financiador da empresa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Que financiou o equipamento?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, que financia tudo, lá

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu não entendi a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Qual é o principal agente financiador da empresa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Que financiou o equipamento?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Que financia tudo lá. Que injeta recursos, dinheiro. Quem que é?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Foi feito um financiamento das máquinas e a gente está colocando a cerveja no mercado, vendendo e pagando as prestações.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Tá. O senhor, como diretor comercial, o senhor tem informação se o proprietário, seu Gérson, teria pego dinheiro dele e injetado na empresa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele, quando iniciou a cerveja, ele iniciou...



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, não, não. Isso. Agora, quando iniciou a cerveja.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele iniciou a cerveja com o dinheiro dele.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Quanto ele injetou?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu não tenho esse número. Não é do meu acesso.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Tá o.k. Eu gostaria, Sr. Presidente Júlio Lopes, de agora passar para os demais Deputados as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Tendo feito as perguntas, o Deputado Rubinelli, na condição de Relator, nesta tarde, passo, então, para perguntas, ao Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, queria entender um pouco melhor aqui o relacionamento do que foi dito aqui, primeiro nas perguntas que foram feitas direto pelo Rubinelli, porque acho que não foram muito claras. Qual foi o seu relacionamento, realmente, e com quem o senhor tratou com a Búfalo Branco?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Olha, Deputado, eu recebi um cadastro por *fax* da Búfalo Branco. Essa pessoa me ligou, eu falei que ia passar o cadastro para o trâmite da empresa, que é crédito e uma série de detalhes, e daí alguns dias esse cadastro voltou para mim e eu só comuniquei que o cadastro não tinha sido aprovado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Essa pessoa falou com o senhor por telefone?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É por telefone.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Quem era essa pessoa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - O Marcelo. Eu apenas o comuniquei que... Quando a gente fala que o cadastro passa por um trâmite é que, se há aprovação para que ele compre com prazo ou à vista. Então, eu comuniquei que a operação só podia ser feita à vista, porque existia um monte de restrição: cheque sem fundo e uma série de detalhes.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E qual era o pedido que ele estava fazendo?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele não fez pedido, né? Estava só na tramitação.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Ele consultou depois para comprar à vista. Não foi isso que ele...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É, depois que eu conversei e falei para ele que o cadastro não tinha sido aprovado por restrições, ele falou: “E se for à vista?” Eu falei: “Olha, geralmente, quando é assim, a gente vende só à vista.”

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Tá. E o que ele queria comprar?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Cerveja.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sei. Mas ele queria comprar uma caixa, mil caixas? Ele queria comprar para consumir? Ele queria distribuir onde? O que ele estava propondo para o senhor?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele queria comprar para distribuir ali na zona leste.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Distribuição na zona leste da Capital?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Outra coisa. Ele chegou a ter contato quantas vezes com o senhor? O Marcelo, depois.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu conversei com ele duas vezes.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E ele foi acompanhado de alguém, em alguma dessas...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Lá na fábrica? Estava ele e mais uma pessoa.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Quem era essa pessoa, o senhor se lembra?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não me recordo o nome, não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Foi a mesma pessoa nas duas vezes?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não. O contato que eu tive, uma vez fisicamente e a outra por telefone.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Mas a vez que ele foi lá, ele estava acompanhado de uma pessoa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Estava acompanhado de uma pessoa.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor não sabe quem é.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Era um baixinho, bem moreno.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E ele participou das conversas, participou das negociações?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não participou?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não participou. Ficou só eu e o Marcelo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Depois ele voltou a falar alguma outra vez com o senhor, sobre outra parceria dessa empresa? Ele buscou alguma informação com o senhor sobre o mercado, o volume, coisas que seriam mais do que para esse relacionamento dele comprar e distribuir essa cerveja?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Entendi. Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não teve esse tipo de contato nem esses interesses com o senhor.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não. Essas coisas não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Houve alguma outra pessoa que o procurou para ter essa representação no Nordeste, para tentar abrir alguma representação com o senhor, que o Marcelo tivesse indicado ou fosse algum amigo do Marcelo, para distribuir sua cerveja em algum Estado do Nordeste?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não. O único cadastro que eu recebi foi esse da Búfalo Branco.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor disse que ele podia estar pegando outras coisas lá na fábrica que não fosse cerveja. Que outras coisas ele poderia ter pego lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Bebida quente, né? A gente trabalha com bebida quente também.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Mas o cadastro é outro?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não. Sofre a mesma... Se não for aprovado pela cerveja, já não aprova...



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Então, o senhor sabe se ele já era seu cliente. Ele comprava bebida quente, antes de ter feito o pedido para comprar cerveja?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Então, o senhor sabe se ele retirava coisas lá ou não.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É. A transportadora, pode até ser que retire, né?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Mas ele não comprava com frequência outras bebidas suas? Antes disso não tinha esse relacionamento lá dentro?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, não. Nós nunca fizemos nenhum faturamento para a Búfalo Branco, porque não era cliente nosso.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor, como um diretor comercial, o senhor participou dessas negociações com a Kronos ou com o BNDES, desses contratos?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor sabe do que é o financiamento da Kronos, se estavam precisando... Era só para começar a fábrica? Para ampliar? A máquina? Como é que foi esse...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - São as máquinas que fazem a cerveja.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor estava lá há 5 anos, então o senhor estava com eles antes da fábrica de cerveja?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Com certeza.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E o senhor ajudou a escolher essas máquinas, a dimensionar, a participar dessa máquinas?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, não, porque tecnicamente eu só sei vender.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Certo. Só mais uma coisa. O senhor participou de alguma outra conversa ou teve alguma informação de intenção dos donos, da família, estarem querendo vender a cervejaria ou estar querendo buscar



um sócio para ampliar, essas coisas, esse foi um processo de outros, isso estava existindo, o senhor estava informado disso?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu participo muito e essa possibilidade não existe. Não existe essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não existe?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nunca foi comentado. Não está se buscando um parceiro para ampliar, não está se buscando nada disso daí?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor diz que não tem nenhuma outra fonte, o senhor. A sua esposa tem, por acaso, a sua família tem alguma outra fonte de receita?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A minha esposa, sou divorciado e sou juntado. Ela é fisioterapeuta.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Ela é fisioterapeuta. O senhor tem algum parente seu que tenha algum comércio aqui na Capital, ligado a qualquer outra coisa que seja, aqui na Galeria Pajé, alguma outra coisa nesse lado?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor disse que não conhecia o Lobão, não é isso? Não conheceu o Lobão.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não conheço.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor viu o Lobão, ficou sabendo se o Lobão teve, ou algum representante dele esteve lá na cervejaria em algum outro momento ou qualquer outra coisa ou não?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - O Lobão, eu conheci pela televisão. E o único que teve na cervejaria foi o Marcelo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Em relação à Fortaleza, que o senhor disse que não tem nada, o Marcelo falou do Lobão para o senhor quando ele esteve lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nada, nada, o senhor não sabia nada disso?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nada. O senhor sabe ou depois o senhor procurou saber qual relação que o Marcelo tinha com o Lobão, se realmente ele tinha ou não, depois que o senhor viu na televisão essas coisas?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Pela televisão eu vi.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Mas aí o senhor, depois da televisão, teve alguma outra informação que não fosse pela televisão? O senhor procurou saber alguma informação para saber se poderia ter algum problema para vocês, alguma coisa ou não?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, eu venho acompanhando pela televisão.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só pela televisão?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Só pela televisão.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E o senhor continua tendo negócios com o Marcelo depois que saiu a primeira notícia pela televisão?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Deputado, nós nunca vendemos para ele. Ele mandou um cadastro para a empresa só que não chegou nem a se concretizar.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nem à vista, ele estava comprando?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não houve nenhuma venda, não chegou nem a se concretizar.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Muito bem. Eu, na verdade, paro por aqui. Acho que, depois nós vamos ter que, eventualmente, tirar algumas outras dúvidas, depois que a gente ouvir a família aqui. Da minha parte, estou atendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Agradecendo ao Deputado Julio Semeghini. Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Gimenez, o seu trabalho, vou lhe repetir algumas perguntas mas o senhor pode responder rápido porque eu não estava aqui na hora, para eu poder organizar uma seqüência. O senhor trabalha há quanto tempo na Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Cinco anos.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Cinco anos. O senhor é o que lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Sou diretor comercial.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Diretor comercial. Qual é o seu salário?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Cinco mil reais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Cinco mil reais. Bruto?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Bruto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Registrado em carteira?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Registrado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Cinco mil reais registrado.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Carteira de trabalho.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quem é o Sr. Ulisses Calamita?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele é o gerente de compras da empresa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Gerente de compras?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele faz as compras...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Compras de suprimentos, uma série de detalhes aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quem é Osvaldo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Faz parte de contabilidade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Zani?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É Osvaldo Zani, né.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É Osvaldo Zani, é uma pessoa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Hã, hã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele é o contador?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É, faz parte da contabilidade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Da empresa Conti?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Isso. Da Casa Di Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Como?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Casa Di Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Da Casa Di Conti, não da cervejaria?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É um grupo só.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ricardo Coloniesi.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ricardo Coloniesi faz parte da área financeira.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Área financeira?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eles são sócios da Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, são funcionários.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - São funcionários.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Correto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas eles assinam pela empresa? Têm procuração?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Algumas coisas sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que coisas?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Contabilidade, né.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, mas assinar contabilidade é uma coisa. Estou perguntando se eles representam, legalmente, a empresa em alguns negócios?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Aí fica junto com a parte jurídica.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor é diretor comercial?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - De vendas?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quem é Rildo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Rildo?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Rildo.



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Rildo é um supervisor meu do Mato Grosso do Sul.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Do Mato Grosso do Sul. Os senhores têm quantos supervisores?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Por volta aí de 6 a 7.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em que Estados?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Estado de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quantos em São Paulo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Estado de São Paulo... 4 aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quatro em São Paulo. Onde mais?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Um no Paraná e o Rildo lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Um no Paraná.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - E o Rildo no Mato Grosso do Sul.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o Rildo no Mato Grosso. Quem que trabalha no Paraná?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – O Borela.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Borela. Qual cidade?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Londrina.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Londrina. E qual o relacionamento dos senhores com o Sr. Pedro?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Sr. Pedro?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pedro.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Pedro Lemond.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Boutros?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Ele é distribuidor nosso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele é funcionário de vocês?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Pedro Lemond?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não. Pedro Boutros.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Há, o Boutros. Ele é cliente nosso, de Ponta Porã.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele é cliente? Ele não é funcionário?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não. Ele é cliente nosso de Ponta Porã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele é cliente desde quando?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Aí, há cerca de 2 anos, aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Qual é o volume de mercadoria que ele compra dos senhores, por mês?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Por volta de 30 mil caixas de cerveja.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quantas? Trinta mil caixas de cerveja por mês? Deputado Júlio, as contas ficam com V.Exa. Trinta mil, por mês? Essa é a média...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – ...que ele compra?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Aí, varia, às vezes 25, 30.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E ele compra para vender no Paraná...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – No Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...a mercadoria? Para vender no Paraguai?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Ele exporta para o Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E por que os senhores não vendem diretamente para o Paraguai, a mercadoria?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Porque a gente vende direto para o Paraguai. Começamos aí há 15 dias, aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Nós começamos a vender, em Assunción, há 15 dias. Só que aqueles interiores do Paraguai, ali, é tudo feito por empresas ali no interior.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – No interior do Paraguai?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Do Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E por que os senhores não vendem direto para empresas do interior do Paraguai?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – A gente vende. Vende uma para... ele exporta para a Mônaco, que é de Pedro Juan.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, senhor. O senhor vende para quem? O senhor vende para Pedro Juan, que é uma empresa...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – O Lemond... O Lemond é

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... Pedro Juan Caballero, ou o senhor vende para Lemond?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – ...uma exportadora do Brasil.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Certo.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Ele vende para uma empresa dentro do Paraguai.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas eu estou lhe perguntando por que vocês não fazem a comercialização direta para o Paraguai?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Porque a gente vende para o Pedro. Ele é o distribuidor nosso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Por que vocês vendem para ele?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É, é uma...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Vocês poderiam ganhar mais se vendesse direto para... se exportasse direto.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não. Não vejo dessa forma. Falando de vendas, assim, não vejo dessa forma.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quer dizer que é mais... é mais negócio ter intermediário?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – A gente vende para ele, como vender para o Paraguai é a mesma coisa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mesma... mesmo preço. E ele ganha aonde?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – A empresa não deixa de ganhar, não deixa de...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E ele ganha aonde, se é a mesma coisa?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Ele deve ter a margem dele para vender para a exportadora, lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, se ele tem a margem, ele tem lucro, não tem?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E por que os senhores, então, não vendem direto? Os senhores não ganhariam mais dinheiro?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Porque é uma opção, né? Não é, não somos só nós que fazemos isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quantas cargas de cerveja vocês tiveram roubadas, já?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Nenhuma.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Que eu saiba, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o Sr. Boutros teve roubada alguma carga?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não sabe?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca teve?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca teve ou o senhor não sabe?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Nunca teve.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nunca teve? E o senhor falou que os senhores são bons pagadores, que a empresa fez um grande empreendimento, não foi isso?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Hã, hã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela modernizou o seu parque produtivo. Pelo que a gente sabe são maquinários modernos, não é isso?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o dinheiro veio de onde mesmo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Foi feito... uma parte financiamento do BNDES, e a outra parte financiamento da Krones.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E quais foram as garantias dadas à Krones?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Olha, eu não participei dessa negociação. Não posso te falar, porque a gente participa mais da área de vendas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor falou com uma desenvoltura que paga tudo em dia, que não deve nada...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Porque a gente tem um contato com a diretoria, né?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, paga em dia, o senhor reconfirma isso?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Com certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O seu patrão diz isso também, que paga em dia?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Com certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E se eu lhe disser que ele diz diferente, e os papéis mostram diferente?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Olha, é o que eu te falei, eu tenho contato com ele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É? E se nós dissermos para o senhor que ele tem cotas atrasadas, tanto que no último mês do ano de 2002 ele teve que fazer uma... teve que fazer uma declaração de débito, que devia, porque deixou de pagar várias parcelas?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É, eu não participo, assim, da... totalmente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas, se o senhor não participa, como é que o senhor chega aqui e diz que paga tudo em dia, se o senhor não participa?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu tenho que defender minha empresa, né?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas, por que o senhor... A sua empresa, não, o senhor trabalha lá. Ela é sua empresa, o senhor é sócio dela?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu não sou sócio, mas é como se fosse minha, né?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não acha que isso, falar para os Deputados, num fórum, onde o senhor se encontra, agora, não é, no mínimo, leviandade?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Falar de uma coisa que o senhor está... primeiro o senhor disse, com muita desenvoltura “Não, paga tudo em dia.”

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu acho que...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aí, quando a gente volta a questionar, o senhor diz “Ó, não sei, porque não é minha área.”

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu acho que quando a gente trabalha numa empresa que a gente é bem sucedido e gosta, que nem eu, fui uma pessoa que comecei por baixo lá, a gente se sente como se participasse.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é o nome da esposa do Sr. Gerson Conte?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Maria de Lourdes.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Maria de Lourdes. Qual é a função dela lá na fábrica?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Ela não participa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Na Casa Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não, não participa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nada?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nada? Mas ela é sócia?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É sócia, mas não participa.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qual é o percentual dela na sociedade?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não sei te dizer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não sabe. Só sabe dizer, sem saber que paga tudo em dia?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor está como testemunha aqui. O senhor sabe que o senhor não pode mentir.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu sei, eu sei, eu sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A gente poderia interpretar isso como uma mentira.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Se ele atrasou, se ele atrasou...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não vamos interpretar, mas nós poderíamos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO SEMEGHINI - Ele é acusado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah! É acusado.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Se ele atrasou, ou não atrasou, Deputada, aí ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Me diz uma coisa. O senhor esteve com o Sr. Marcelo quantas vezes?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu estive uma vez na fábrica e a outra vez foi um contato por telefone.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E a outra vez que ele foi à fábrica, qual foi o contato dele?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Quando ele foi à fábrica?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele queria comprar cerveja.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Uma vez o senhor esteve com ele, o senhor já falou, respondeu aos Deputados. E a outra vez que ele esteve na fábrica — não foi com o senhor —, foi com quem que ele esteve?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Ele só esteve uma vez na fábrica falando comigo, só. Ele mandou um cadastro e foi à fábrica. Depois eu retornei para ele, por telefone, e falei que o cadastro não tinha sido aprovado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É Cândido Mariano, o nome da cidade?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Cândido Mota.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Cândido Mota. Fica a quantos quilômetros da Capital?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Quatrocentos e quarenta.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quatrocentos e quarenta. O senhor sabe se ele foi de avião, se ele foi de ônibus, se ele foi de carro?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, porque a gente fica dentro do escritório, num ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas quando ele chegou lá no recinto, ele estava de carro, estava de táxi?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não percebi, Deputada, porque eu estava dentro do escritório, né?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não percebeu?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E como é esse Sr. Marcelo fisicamente?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É um moreno, cearense, pelo que eu vi, a gente percebe. Um moreno, cearense, magro. Não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele é moreno, cearense. Ele é tudo o contrário do que o senhor está dizendo.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não sei. Ele se apresentou como Marcelo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah! Ele se apresentou como Marcelo? Um moreno cearense.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E se eu lhe dizer que o Sr. Marcelo é um branco, um sulista, mais branco do que o senhor, mais magro e mais alto. Esse moreno cearense é o Lobão, não é o Marcelo.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A identidade dele está na portaria lá, como...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor trouxe a cópia aí?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não. Todas as pessoas que entram na empresa, elas passam por um pente fino, identidade e tal.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Até amanhã o senhor envia esse documento, a cópia desse documento, por *fax*?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A gente vai ter que procurar um.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Por *fax*. Chegou lá e mandar por *fax*, até amanhã?

O SR. RICARDO VITA PORTO - Às vezes tem esse registro.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, ele está dizendo que tem. Não fui eu quem disse.

O SR. RICARDO VITA PORTO - Não, se a ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Doutor, o senhor não pode fazer...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A gente vai ter que fazer uma pesquisa, não é Deputada? Já faz alguns dias ou meses aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Mas o senhor acabou de confirmar que tem identidade dele na portaria. Então, Sr. Presidente, que nós requisitemos, o mais rapidamente,... Pois não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Me perdoe, Deputada. Só para a gente esclarecer. Primeiro o senhor disse que verificou a identidade dele. Quero que o senhor seja claro. O senhor chegou a ver a cópia dessa identidade que está lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não. Não, porque eu fico dentro do escritório, não é Deputado. Isso é o guarda que faz.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Eu sei. Mas então, não verdade, o que a Deputada está pedindo é que realmente, imediatamente, aqui seja mandado



uma consulta, para que a gente saiba realmente se é possível identificar quem está lá ou não e tal. E agora vou fazer numa pergunta ao senhor. O senhor se lembra de mais algum detalhe desse Marcelo, alguma coisa desse tipo, alguma outra coisa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - No cadastro que ele enviou para senhor, tinha dados dele? Da firma?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR -Tinha.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Tinha sócios da firma?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não me recordo, mas o nome dele...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor tem cópia desse cadastro com o senhor?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Tenho, tenho.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O senhor pode, então, ver junto com as informações que tiver lá no registro da portaria e os cadastros que foram enviados para o senhor com sócios? Todas as documentações que foram enviadas para o senhor aprovar o cadastro, providenciar para que a gente tenha cópia, por favor.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quer dizer que o Marcelo é um senhor moreno, cearense?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Olha, a gente fala com tanta gente, Deputada, lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, mas esse, em especial, o senhor lembra.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Para mim todas as pessoas...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor falou assim, com muita naturalidade, é um moreno, cearense.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Para mim, todas a pessoas que vão lá falar comigo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Sr. Marcelo é um branco, muito alto, magro.



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Eu não me lembro. Todas as pessoas que vão conversar comigo lá, entendeu? são especiais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É a mesma coisa se o senhor dissesse, amanhã: Ah! tinha uma Deputada lá morena, baixa e gordinha, se referindo a mim.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Você está me perguntando um negócio...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Completamente diferente.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Mas gostaria só de falar para você que você está perguntando um negócio que aconteceu para trás, e a gente fala com tanta gente lá, que falo para você que se eu falar que eu falei com o cara lá, eu vou conhecer ele, não conheço. Eu sou uma pessoa que sou comercial e falo com muitas pessoas. Às vezes atendo 50 pessoas num dia lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. Mas o senhor está aqui numa CPI.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Tudo bem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor sabe quem é esse Marcelo, o senhor sabe quem é esse Lobão, enfim. Quando vocês inauguraram essa planta, essa nova planta de produção da Conti, teve uma festa, não teve?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Teve uma festa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Uma festa grande?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Teve.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Teve.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Foi uma festa assim... Tinha música ao vivo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Tinha. Para todos os funcionários da cervejaria.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Funcionários e quem mais?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Só tinha funcionários lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Clientes...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Alguns clientes, autoridades da cidade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Família.



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não. Mais para os funcionários, né? autoridades da cidade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Tinha Deputado?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Vereador?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Prefeito?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Tinha Prefeito. Prefeito não sei se tinha, tinha Vice-Prefeito, tinha advogados.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Delegado?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não sei, tinha tanta gente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah, então não eram só os funcionários, agora já começou a aparecer um monte de gente.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Mas a empresa tem bastante funcionário.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Lobão estava lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não. Que eu saiba não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Marcelo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Também não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Só estava o Sr. Gerson com a família...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - E os funcionários.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A família, tudo bonitinho lá, comemorando, não teve, assim, aquele brinde?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Teve o brinde?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - A gente tomou cerveja, brindou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E quem era que recebia os convidados?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Éramos nós.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Junto com o proprietário.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não teve tanto convidado, Deputada, porque a cidade é uma cidade pequena.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Uma cidade pequena... quantos habitantes tem?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Vinte e cinco mil habitantes.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Vinte e cinco mil habitantes. E ele levou todos os filhos, as filhas, parece que são filhas que ele tem, lá para a festa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Geralmente, eu posso te falar que quem estava na festa, a maioria era tudo funcionário da empresa. Não tinha tanta gente lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, eu estou dizendo, a família dele, estavam os filhos todos lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Ah, estavam, certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A esposa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A esposa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – A esposa, o filho.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A esposa estava lá?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Hã.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Era uma festa de gala?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não. Normal.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Foi durante o dia ou durante a noite?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Durante o dia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Foi durante o dia?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É, a gente faz churrasco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quantos filhos ele tem, o Sr. Gerson?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Dois.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Dois. E estavam os 2 filhos?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Estavam.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A esposa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Estava.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A esposa disse que não estava.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É como eu te falei, tinha tanta gente lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Lembra, Deputado Rubinelli?

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Disse que não sabia nem da festa, uma festa de inauguração, esquisito.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Só um detalhe, a gente tem tanta gente lá, que a gente não sabe.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sim, sim, isso é importante.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Tá bom.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pois é, eu também acho que não haveria razão nenhuma. Acho que o senhor está falando a verdade, não haveria por ué um empreendimento tão pesado quanto aquele, é um grande empreendimento, afinal de contas são 37 milhões de um lado, 20 e poucos milhões do BNDES, é óbvio, se fosse eu, teria trazido minha família do Brasil inteiro, tem gente espalhada no Brasil inteiro, teria trazido do Brasil inteiro para a inauguração. Então é óbvio que a esposa estava, que os filhos...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Mas a festa foi feita para as pessoas que trabalham lá.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tá. E o senhor cuida dessa parte, o senhor já esteve em Ponta Porã?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Já. Muitas vezes.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Já?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Já.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor já esteve na empresa lá do Sr. Boutros?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Sempre.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sempre? É um local grande?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É. É um barracão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Um barracão. Quantos metros mais ou menos tem?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Seiscentos metros, por aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Seiscentos metros. E ele trabalha só com os senhores ou tem outros clientes?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não, ele distribui outros produtos, pinga, não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Que mais?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – O que eu vi lá foi pinga. Pinga e outras coisas lá, né? Eu só vou lá para ver o meu produto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E foi o senhor que fez a visita na Búfalo Branco?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quem foi?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Foi um funcionário meu.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quem é o seu funcionário?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Gilson.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Gilson?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - É.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele é subordinado ao senhor?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Com certeza.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E ele é um desses supervisores de São Paulo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E onde fica a Búfalo Branco, ele lhe falou?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Ela fica na Zona Leste ali, o endereço que está no cadastro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Zona Leste.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Hum.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E é verdade que estava pintado já, com Cervejaria Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Pode até estar, mas nós não concretizamos nenhum negócio com eles.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E por que está ali se não houve negócio?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não sei, porque às vezes ele iria comprar...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele lhe falou isso, o Sr. Gilson?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Hã?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O Sr. Gilson falou que estava pintado já, com Cervejaria Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR - Não, eu não vi se estava pintado, estou falando que...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, mas o quê o seu supervisor falou para o senhor quando voltou da visita?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Meu supervisor só foi lá e conversou com eles para reforçar que eu falei por telefone, que o cadastro não tinha sido aprovado e as operações podiam sofrer...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E ele falou que já estava pintado lá na transportadora?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não, não me comunicou isso não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não comunicou?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado Júlio Delgado. Bom, então eu gostaria de fazer algumas perguntas ao senhor com relação à questão do preço de comercialização. Qual era o custo que o senhor comercializava a garrafa lá para o Sr. Pedro Boutros?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – O senhor fala preço, hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – É.



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Hoje 10,54. Antes era 9,40, só que sofreu um reajuste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes)– Ah, era 9,40, durante o ano todo?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É. Aí sofreu um reajuste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Então qual o faturamento mensal que o senhor tinha do Sr. Pedro em relação à Conti?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Por volta de 30 mil caixas, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Que representava quanto em dinheiro?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não sei. Teria que fazer conta aí, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Não, mas mais ou menos. O senhor é comerciário, pelo amor de Deus, essa conta aí não precisa fazer...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A dez reais a caixa.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Dez e cinquenta e quatro, hoje vai dar 80 mil caixas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Trezentos mil reais, não precisa fazer essa conta, pelo amor de Deus, é diretor comercial da cervejaria ou não é?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu sei, é que eu estou um pouco cansado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Então o seguinte: como é que eram feitos esses pagamentos?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Ele me faz uma ordem de pagamento de Ponta Porã, da exportadora dele para a fábrica, para a Casa Di Conti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Sempre em dinheiro?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Sempre em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Dividido em quantas parcelas, como é que era feito?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não, deposita em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Depositava em dinheiro, por venda?



O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É, por exemplo, ele marcava uma carga, ele vai tirar uma carreta, ele depositava para pagar essa carreta. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Certo. No caso, qual era a margem que ele revendia lá para o Paraguai?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não sei te informar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – O senhor não tem nem idéia?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não tenho idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Qual é a margem que os seus representantes, de uma forma geral, praticam?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Quando ele vende para o Paraguai, eu não sei. Aqui dentro da região nossa lá, qualquer distribuidor trabalha com uma margem de 30, 35%. Aí depende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Quer dizer, o normal então é a distribuidora trabalhar com uma margem de 30, 35%.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Quando ela está aqui dentro do Brasil, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Trinta, trinta e cinco por cento do preço que ele compra do senhor, mais o custo de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Mais o frete e aí ele coloca a margem dele. Quer dizer, então, se ele lhe compra uma cerveja em média a 10 reais, ele tem que vender, para ganhar 30, 35%, mais o frete, pelo menos por 15, mais ou menos.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É. Tem que computar o frete e colocar sua margem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Sim, o frete quanto é que custa?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não sei, um frete, aí tem que fazer um cálculo. Calculo aí em 80, 2 reais por caixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Cada caminhão?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – A quantidade? Tem caminhão que leva 1008 caixas, tem caminhão que leva 924, tem *truck* que leva 504.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Certo. Mas então dá uma média de mil reais por cada caminhão, é isso? Mil, mil e duzentos reais por ...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Gera assim o frete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Está certo. No caso, o senhor, quando vende para ele, o senhor tira uma nota, como é que é o recolhimento de imposto dessa nota que o senhor vende para ele?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Você fala em exportação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Essa nota que o senhor vende para ele, o senhor...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Eu tiro a nota para ele e ele exporta para mim lá e manda a documentação da Receita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Sim, mas como é que o senhor lança o imposto, porque tem isenção para exportação?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Tem isenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Mas o senhor lança já com isenção para exportação, o senhor já vende com a isenção feita?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Já é feito com a isenção feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Já é feito a isenção...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Esperando a documentação da Receita para anexar junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Quer dizer, o senhor lança o imposto e quando vem a documentação da Receita é que o senhor dá baixa na...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Não, não é lançado o imposto, Deputado. É feita a operação e a documentação vem. É feito sem imposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – O senhor lança lá na sua contabilidade zero de imposto.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – É, zero de imposto. A exportação, ela não tem imposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - E aí vem a nota, o senhor anexa na contabilidade e ...

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Isso. Junto com a documentação da Receita.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Está certo. É necessário que o senhor, então, depois envie para nós a sua movimentação de vendas junto ao Sr. Pedro Boutros, para que a gente possa estar acompanhando com as informações que ele vai nos mandar.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – E eu agradeço o seu depoimento.

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E a carteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – E a carteira que a Deputada Vanessa Grazziotin lhe pediu?

O SR. PEDRO GIMENEZ JÚNIOR – Será enviado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Uma boa tarde, muito obrigado ao senhor. Boa tarde. Então, senhoras e senhores, terminando esta audiência, nosso próximo, nós ainda temos uma outra testemunha. Quem é o próximo?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Então eu gostaria de pedir à nossa assessoria que encaminhasse a este plenário o Sr. Gerson Conte Filho, a fim de que déssemos prosseguimento à audiência pública desta CPI. *(Pausa.)*

Dando início ao prosseguimento desta audiência pública, vamos agora inquirir o Sr. Gerson Conte Filho, na condição de indiciado. Comparece, então, nesta audiência pública, na condição de investigado. Tem o direito de, em desejando, se manter em silêncio e não produzir prova contra si mesmo. Vamos dar início ao trabalho, dando a palavra ao Deputado Relator, Josias Quintal. Com a palavra o Relator, Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Gerson, uma boa tarde. Eu quero lhe dizer que nós vamos começar o seu interrogatório. E sempre nós começamos qualificando, para que fique gravado, para que fique registrado aí na documentação da Casa e da CPI. Eu queria que o senhor repetisse seu nome completo, naturalidade, filiação, por favor.



O SR. GERSON CONTE FILHO – Boa-tarde a todos. Meu nome é Gerson Conte Filho, brasileiro, filho de Gerson Conte e Maria de Lourdes Silva Conte.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Casado?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Solteiro.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Endereço residencial e endereço comercial.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Residencial é Alameda Itu, 1.329, 6º andar, São Paulo, Capital. E comercial é Avenida Maria Pagote Conte, 888, Cândido Mota, São Paulo.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Seu Gerson, quem são os verdadeiros proprietários da Cervejaria Conti? Os verdadeiros proprietários.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Meu pai.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Seu pai, nome?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Gerson Conte.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Gerson Conte. A Cervejaria Conti tem filiais? E onde estão localizadas as filiais?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, é em Cândido Mota mesmo a Cervejaria. Tem a cervejaria e a Casa Di Conti.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Qual a sua participação na empresa? O senhor tem alguma participação societária? O senhor é um funcionário? Qual é a sua posição junto à empresa?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu sou um dos sócios...

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Funcional.

O SR. GERSON CONTE FILHO - É, eu sou um dos sócios, mas eu não sou, vamos dizer assim, eu não tenho um cargo fixo. Porque eu me formei agora, no final de 2001, e estou começando agora na empresa, aprendendo um pouco, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sócio com que participação?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É minoritária, né? Eu não sei muito bem dessa... Eu não tenho os números assim.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Como é que surgiu a empresa, a Cervejaria Conti, Seu Gerson?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Como surgiu?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - É.

O SR. GERSON CONTE FILHO - A cervejaria começou pelo fato do, como o meu pai já vinha com a bebida quente, ele, há muito tempo, ele falava que o mercado era um mercado que não estava se renovando muito, não com uma tendência de alta. Então, ele sempre teve interesse em trabalhar nesse ramo de cervejaria e, no fim, ele puxou um financiamento do BNDES, e aí começou a história da cervejaria em 2001.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Ele contraiu um financiamento com o BNDES, mas teve também um financiamento direto, né? Da...

O SR. GERSON CONTE FILHO – Steinecker/Krones?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - É, da empresa alemã, né?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É, isso foi... Isso, depois, nas ampliações.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sei.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Começou com o BNDES.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Com o BNDES. Esse financiamento direto com a fabricante, com a Krones, que garantias foram dadas para a empresa, hein?

O SR. GERSON CONTE FILHO - As garantias, do pouco que eu sei sobre isso, parece que é os próprios equipamentos, né? Está saindo?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - A Conti tem alguma representação no exterior?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Representação no exterior, não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Alguma empresa que a representa no exterior?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Representante no exterior, do que eu sei, essa informação eu não tenho.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não tem. É, por favor, o senhor tem de cabeça o CPF?

O SR. GERSON CONTE FILHO - 272.334.558-05.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O senhor tem participação acionária em alguma outra empresa que não a Conti?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não tem nenhuma outra empresa também?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Acho que não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Acho que não? Mas isso é tão... É sim ou não.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não. Não tenho.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não tem.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Porque tem a Casa Di Conti, a cervejaria e tem a Velotran, que é uma transportadora.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - A Conti, a Cervejaria Conti exporta comumente seus produtos para o exterior. Lógico: exporta, né? O senhor pode dizer que países são destinatários dessa exportação?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Ela vende pra exportadores, né?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Hã.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Que acho que o principal seria o... acho que o Paraguai. Mas ela não exporta diretamente.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Ela não faz exportação direta.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Ela vende para exportadores.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Como é que é a logística de transporte da cervejaria? Ela tem uma frota própria, ela tem carros de entrega direta, tem carros de puxada, como é que é isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não. Os próprios distribuidores que vão retirar na fábrica.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não tem sociedade com nenhuma transportadora, a fábrica?

O SR. GERSON CONTE FILHO - A fábrica não tem entrega. Vamos dizer assim, é tudo SIF. É FOB, quer dizer.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - A relação da Cervejaria Conti com a empresa Búfalo Branco. Como é que é essa relação?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu... A Búfalo Branco, eu desconheço.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Desconhece. Não tem nenhum negócio com a Búfalo Branco?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Que eu saiba, não. Eu não tenho essa... Eu não posso... Isso aí eu não tenho informação.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Eu queria que o senhor repetisse novamente, pra me lembrar, o seu papel, a sua função na Cervejaria. Que função o senhor desempenha na empresa, independentemente da sua participação societária? Que cargo o senhor exerce na empresa?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não tenho cargo fixo. É como se fosse um *trainee* na empresa. Eu estou começando agora. Eu me formei em 2001, final de 2001, e estou começando a... aprendendo um pouco, seguindo o meu pai, vendo um pouco de cada coisa e, do lado dele, tentando aprender um pouco mais.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - E, nessa convivência, o senhor sequer não percebeu que tem uma relação com a Búfalo Branco? A empresa Búfalo Branco trabalha com...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não, né? O senhor conhece o Lobão, Roberto Eleutério Lobão?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não conheço.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não conhece? Tem notícias que, na cidade, ou até mesmo junto aos empregados, rola uma notícia de que o Seu Roberto Eleutério, ele é o verdadeiro dono da empresa? O senhor já ouviu algum comentário nesse sentido?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu ouvi...

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Na cidade ou, então, no meio mesmo da...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu ouvi falar num jornal, saiu no *Estado de S. Paulo*, que foi até a primeira notícia a respeito do assunto, que ele tinha interesse. E, depois disso, foi quando o meu pai veio depor na CPI.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Tem notícia de que o Seu Lobão, ele teria visitado a empresa algumas vezes, ou pelo menos uma vez?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Do Lobão, eu não tenho notícia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Sr. Relator, só pra comunicar. O Silvio me pede pra avisar a todos os membros desta audiência, Sras. e Srs. Deputados, que acaba de ser aprovada a prorrogação da CPI da Pirataria por mais 60 dias, adentrando então o próximo...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sessenta ou 90?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Sessenta. Mais 60 dias, até o próximo exercício.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O senhor possui algum imóvel em seu nome, algum imóvel?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Imóvel em meu nome?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Casa, apartamento, sítio.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Casa, apartamento. Eu tenho uma... acredito que uma parte de uma fazenda.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sei. Onde?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Acho que em Teodoro Sampaio.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Tá. Casa, apartamento?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Tem algum imóvel em São Paulo?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Tem esse apartamento na Alameda Itu, mas não está no meu nome.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Qual a sua retirada na empresa, sua retirada mensal, hein?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Retirada mensal, o pró-labore acho que é mil e poucos reais, 1.300, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Mas, com uma retirada dessa, isso permite que o senhor possa ter uma participação numa fazenda?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, a fazenda parece que é uma doação, e tal. É pouca coisa, não é uma fazenda em si. É um pedacinho e tal e tal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - A cervejaria, ela exporta, ela vende, além da exportação dela pra outros países, ela vende pra outras regiões do País, não apenas o Estado onde ela se localiza? Por exemplo, ela vende cerveja para o Nordeste?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Hoje, não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Hoje, não. Mas já vendeu?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Acho que logo no começo.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não tem nenhuma representação lá no Nordeste?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Está bom. Eu queria passar para os Deputados. Deputada Vanessa, Julio, algum dos senhores desejam continuar o interrogatório? Então...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Eu gostaria de perguntar o seguinte: quando que foi feito esse empréstimo do BNDES, da Krones? Na época, o senhor se lembra disso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - A data certa do BNDES, eu não...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não, ordem de grandeza.

O SR. GERSON CONTE FILHO - O valor?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não, quando, quando, mais ou menos, quando que foi concluído. Conta um pouco da história da família, assim, de forma rápida.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Está jóia.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Vocês tinham uma fábrica de bebidas...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - ... e quiseram fazer cerveja.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Foi, tinha a Conti...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Foram feitos dois empréstimos pra poder viabilizar esse processo. É isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É, começou com o BNDES e, depois, a mobiliação foi via Krones.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Tá. Em que pé já estava o BNDES quando entrou a Krones? Já tinha recebido o dinheiro, já tinha gasto todo o dinheiro do BNDES, aí que precisou entrar a Krones, estava num... Ou o dinheiro do BNDES não estava dando pra construir... Como é que foi mais ou menos esse processo?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, o BNDES, ele fez, vamos dizer assim, seria a primeira etapa da cervejaria, né?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O projeto já foi construído pra ter dois financiamentos: o do BNDES e mais outro.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, é que não tinha, vamos dizer assim, o limite, ou seja, chegou no BNDES, o valor da cervejaria, o que daria pra fazer era uma cervejaria com um tamanho reduzido. Depois, a Krones veio pra uma ampliação dessa cervejaria.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E aí foi alterado o projeto do BNDES, mantido o recurso do BNDES e entrado um outro. É isso? Porque o BNDES não te dá um dinheiro pra você gastar. Te dá um dinheiro para você executar um projeto.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso. Se executou o projeto...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Isso.

O SR. GERSON CONTE FILHO - ... e nós estamos pagando o BNDES.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Então, aí veio o dinheiro da Krones pra fazer o quê?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não veio dinheiro.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não, veio equipamento... Por que foi-se buscar, ou veio investimento através do financiamento da Krones pra que, na verdade?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Ah, foi pra uma ampliação de produção.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Foi ampliação de produção?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Ampliação.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Quando que foi mais ou menos essa ampliação?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Foi o ano passado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Quem que conheceu a Krones? Alguém da sua família? Quem que indicou a Krones para vocês?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, a Krones é uma antiga empresa fornecedora de equipamentos para o mercado de bebida.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sim, mas ela é brasileira?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, ela é uma empresa alemã.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Isso. E, na verdade, essa empresa alemã, vocês que foram procurá-la, ela procurou vocês? Como é que foi, como começou mais ou menos essa parceria?

O SR. GERSON CONTE FILHO - O contato iniciou, eu não tenho muito bem, mas ela é uma empresa que vende equipamentos. Então, ela sempre está buscando novos clientes, né? E como nós já éramos do ramo, já existia um contato.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Tá. Agora, vocês estavam acabando de fazer um contrato com o BNDES. No contrato com o BNDES, vocês devem ter dado garantia para o BNDES. Provavelmente...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Deu tudo que tinha de garantia.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - ... era parte da própria fábrica, que deve ter entrado na garantia.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Deu parte da fábrica. Meu pai acho que deu quase tudo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Tá. E como é que vocês contrataram aí a Krones? Que garantia foi dada pra Krones pra poder fazer um investimento desse porte com vocês?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Ela mesmo pegou de garantia os próprios equipamentos dela.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Na verdade, a garantia da Krones foi o próprio equipamento que ela colocou lá.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso, isso. É.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Houve alguma entrada? Vocês deram algum pagamento significativo pra Krones? Esse contrato da Krones, nós já temos aqui? Então, eu sugiro que a gente, Presidente, realmente solicite os dois contratos. O contrato do BNDES não é grande, a gente pode pedir o contrato resumido, que diz pra que o objetivo e o período dos investimentos, cronograma físico-financeiro. E gostaria de ter também esse contrato da Krones, que a empresa detém. Eu quero saber qual é a forma de pagamento, qual é a garantia, o que a Krones deu, na verdade, pra ter. Eu sugiro que realmente fique solicitado esses dois projetos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Com certeza, Deputado Julio Semeghini. É da maior propriedade o requerimento de V.Exa. Vamos determinar que assim seja atendido.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Eu queria só mais uma pergunta, Presidente, pra poder encerrar. Essa parte da Krones, há alguém da Krones que acompanha lá dentro esse faturamento pra ver se está indo bem? Qual a relação com a Krones? A Krones indicou alguma pessoa que fica dentro da sua empresa, que acompanha lá?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não. Agora, em relação, então, ao Seu Lobão. Por que tanta gente tem falado na parceria com o Lobão? O senhor já conversou com o seu pai a respeito disso? Por que é que está tanta dúvida em relação a esse Lobão com a sua empresa, com a empresa da sua família? Vocês chegaram a se preocupar com isso, a tentar imaginar de onde está vindo, por que pode estar acontecendo isso tudo?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu acredito que isso foi um grande mal-entendido esse caso do Lobão, porque eu não conheço, nunca vi, nunca tinha ouvido falar dele. E no fim surgiu essa notícia no jornal. Aí nós ficamos... Olhamos aquilo lá, não deu para entender muito bem, né?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E vocês foram tentar saber por que esta notícia existia? Se havia alguma acusação contra a família?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Daí nós chegamos na própria fábrica, depois de ter visto o jornal, aí fomos perguntar se o departamento comercial estava sabendo de alguma coisa a respeito dessas pessoas.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E o contrato, na verdade, o contato era só comercial...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - ...com esse Lobão? Como é que era? O que vocês conseguiram descobrir ali depois, quando vocês chegaram na fábrica, nesse outro dia?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Depois que nós chegamos, nós ficamos sabendo que, acho que não era... não é Lobão, acho que o Marcelo tinha entrado em contato com a firma pra abrir uma distribuidora de cerveja em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só em São Paulo?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não teve ninguém da família do Lobão que estava tentando no Sul, no Rio, no Nordeste? Não tinha um outro lugar assim?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Disso aí eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Vocês não conseguiram levantar ali naquele dia isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Disso aí eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Vocês depois desse problema todo que está acontecendo com o Lobão, vocês tentaram contratar alguém para tentar esclarecer alguma coisa ou não, ficou restrito ali?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Depois que nós vimos no jornal, ficou restrito porque foi... Pra família foi um negócio tão absurdo que não sabíamos o que fazer. Tinha aquilo lá, não tinha nada a ver uma coisa, daí nós ficamos quietos, na nossa, porque não... Sei lá, foi... Não deu pra correr atrás de nada, ficamos... Lemos aquilo, vimos que não tinha nada a ver, por isso que nós não fizemos nada.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Vocês tiveram que pegar dinheiro emprestado de alguém, alguma coisa no começo, nessa transição com a Krones, alguma coisa? Houve algum dinheiro de alguém que acabou... Vocês tiveram que pegar algum empréstimo? Há algum depósito feito nas contas bancárias de alguém da família ou da empresa, nesse período, para fortalecer, para conseguir pagar ou a Krones, ou aumentar o capital de giro, alguma coisa desse tipo?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não foi comentado?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, isso não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Ninguém comentou dessas coisas com vocês?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, eu não tenho disso aí conhecimento.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Pra mim é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Obrigado, Deputado Julio Semeghini. Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Gerson, os Deputados estão fazendo essas perguntas para a gente poder esclarecer algumas coisas, algumas dúvidas que estão aí. Porque foi levantado esse motivo.

O SR. GERSON CONTE FILHO - É, estamos aqui para ajudar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É lógico. Seu pai tinha, já da tradição da sua família, a bebida quente Contini.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Contini, isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Tem tradição.

O SR. GERSON CONTE FILHO - É bem antiga.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É um produto bastante comercializado e conhecido em todo o Brasil. Você disse que, pra poder diversificar um pouco o mercado, vocês resolveram entrar para o ramo da cerveja, é isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso aí, desde o começo da vida dele, meu avô tinha uma idéia de montar alguma... de ter uma concessão de... não uma cervejaria, mas uma distribuição, na época, e no fim ele até morreu vindo pra São Paulo para mexer com isso. Daí meu pai deu continuidade e, com isso, foi... está no ramo, diversificando, né?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E vocês chegaram no ramo de cerveja, que é uma cerveja que, basicamente, é hoje comercializada no interior de São Paulo.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso. É.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Surge dúvida para a gente porque ela é comercializada no interior de São Paulo e exportada no Paraguai.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Ela tem no interior de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Paraná também?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E Mato Grosso do Sul. Basicamente no caminho do... Vamos dizer, ela é comercializada no caminho do Paraguai. Vai ou



por Mato Grosso do Sul ou pelo Paraná, mas chega ou em Ponta Porã e, agora, pelo que a gente pode estar sabendo, vocês estão fazendo uma outra rota também de exportação, ou só essa via a Lemond?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Que eu tenho conhecimento é a Lemond.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só a Lemond?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Que eu tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não existe um outro tipo de venda de bebida hoje, da cerveja, para outro lugar que não seja via Lemond?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E vocês estão comercializando a cerveja... E aí eu quero lhe fazer uma pergunta. Você falou que estava como *trainee* na empresa, começando a trabalhar com o seu pai...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Como? (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Lógico, ajudando o seu pai. E entra depois de um empréstimo do BNDES, essa empresa Kronos. Você conhece o pessoal dela?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Conheço.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eles têm, como disse o Júlio, uma fiscalização constante lá? Tem gente que vai lá de vez em quando?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, eles não ficam... Não tem ninguém dentro da empresa, né? Existe assim: às vezes tem um problema de um equipamento, você precisa chamar alguém lá pra manutenção.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Essa Kronos é a proprietária então do equipamento, dos equipamentos? E ela tem o conhecimento, *know-how* dos equipamentos? Essa é a...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso, isso. Ela é fornecedora dos equipamentos de cervejaria e outros ramos de bebida.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Você conhece o representante da Kronos, quando ele conversa no Brasil, dessa empresa? É alemã, né? Alemã. Você conhece?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eles têm uma central no Brasil.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Como é que chama o representante que fala, o senhor sabe?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Tem o Rogério.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Rogério?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Você sabe o nome dele todo?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, o sobrenome não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Rogério ou representante da Krones, quem quer que seja, fez com a Conti, com vocês, com o seu pai, uma coisa que nem pai faz pra filho. Eu não sei se o meu pai faria pra mim, ou se eu faria pra você. Ela doou 27 milhões de material pra poder botar, incrementar uma cervejaria, dando como garantia o próprio material. E aí eu te pergunto: você acha isso uma coisa normal?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Diante do caso que aconteceu, eu acho, porque...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pois é, eu quero saber isso explicado.

O SR. GERSON CONTE FILHO - ... a cervejaria, ela foi a primeira Cervejaria Steinecker da Krones, no Brasil, vamos dizer assim, porque ela forneceu tanto cozinha como envase. Então, eles viam isso como um modelo, eles queriam tirar disso o quê? Proveito pra poder vender outras cervejarias, outros equipamentos para outras pessoas do ramo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E o seu pai foi o sorteado da Mega-Sena, então?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É, ele começou...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque ele resolveu achar na Conti, que distribui no interior de São Paulo pra poder fazer esse...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Ele que já tinha começado...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... desenvolver essa experiência pra poder sair do Brasil justamente com a Cervejaria Conti.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não. Acredito que, como, no início, ela teve um sucesso, a cervejaria, a Krones vestiu a camisa e entrou junto no projeto.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque ela vestiu a camisa com um empréstimo que já tinha combinado com a cervejaria, com o empréstimo do BNDES, ou não?

O SR. GERSON CONTE FILHO - A cervejaria já estava andando, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Já estava andando.

O SR. GERSON CONTE FILHO - É. Ela viu que o sucesso foi grande, a cervejaria, assim, estava vendendo bem e ela fez esse financiamento dos equipamentos novos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O financiamento do equipamento que aí a Cervejaria Conti, hoje vocês estão administrando lá e pagando...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Pagando pra Krones.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ...pra Krones. Regularmente? Como é que está o processo de pagamento, você está sabendo? Você acompanha isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não tenho, eu não sei muito certinho disso aí, porque eu estou correndo ainda, não tenho fechado tudo na fábrica.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas, foi feito um financiamento...

O SR. GERSON CONTE FILHO - É pago todo mês.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Você sabe em que condições foi feito esse financiamento? Em quantas parcelas, em que valor, quantas prestações, quando começou a ser pago isso? Você sabe, você pode dar uma informação a esse respeito?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É. O valor é esse que o senhor falou, em base de 27 milhões. É cinqüenta e poucas parcelas. Eu não tenho o número exato.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Cinqüenta e poucas parcelas?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E se for 27 milhões, vamos colocar, em torno de 54 parcelas, vai dar em torno de 500 mil por parcelas.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não tenho o número, não senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Se você fizer uma conta nesse sentido, a gente pode chegar a 500 mil reais por parcela. E você sabe quantas



vocês estão pagando, a Conti tem pago regularmente, tem cumprido com os pagamentos? Como é que está esse movimento? Você sabe disso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não tenho a informação dessa movimentação toda assim, de pagamento, tudo certinho, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A sua mãe, você falou que ela tem participação acionária na empresa. A sua mãe tem participação acionária na empresa. Mas nenhuma participação efetiva? Não vai lá participar de nenhuma...?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não, minha mãe, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas acionária, tem?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E, supostamente, como acionária, ela é fiadora desses empréstimos todos.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Acredito que sim. Eu não tenho conhecimento, mas acredito que sim.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Deputado Júlio, me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O senhor fez uma pergunta aí acerca dessa operação que é feita com a Krones, o senhor estimou assim, de uma maneira aleatória, sem considerar o serviço dessa dívida, em torno de 500 mil reais seria a amortização. Qual a produção da cervejaria, a produção mensal, em torno de quantas mil caixas?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Em torno de 270, 280 mil caixas.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Qual o preço que uma caixa que sai, o preço de venda?

O SR. GERSON CONTE FILHO - O preço de venda pra uma caixa hoje, no Estado de São Paulo, 19 reais.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Dezenove reais?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Dezenove e pouco, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A caixa, 19 reais? Um engradado?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Bem, nós vamos fazer uma continha. O senhor, por favor continue. Eu vou fazer uma continha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Pela ordem só aqui, pra esclarecer. Alguém precisa combinar melhor isso, porque a informação do diretor comercial é de que a caixa é vendida a 10,54 reais, o senhor está falando em 19 reais. **O SR. GERSON CONTE FILHO** - No Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não, mas espera aí, ele falou que a comercialização da caixa é 10,54 reais.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não, é isento de imposto. É isso, a diferença é essa?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso, isso. Eu falei Estado de São Paulo. É o único número que eu tenho, mais ou menos, na cabeça é o do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Mas qual é o imposto que a cerveja paga? Quantos por cento, então, é de imposto?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Tem bastante coisa, o IPI, é bastante coisa.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Mas, e o total?

(Não identificado) - Deve ser uns 50%

O SR. GERSON CONTE FILHO - Deve ser daí pra cima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Se os juros for de 50%, é 15, não dá 20, né?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É daí para cima.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Eu gostaria que ficasse registrado a sua resposta sobre a quantidade, sobre a produção da empresa, o preço de cada unidade, de cada caixa, cada vasilhame, não é? E a amortização estimada dessa dívida.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Posso só tentar esclarecer? Me perdoe...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E pedir à assessoria que faça essas contas aí porque...



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Me perdoe. Só uma coisa até pra esclarecer. Porque acho que os Deputados Júlio e Josias levantaram um ponto importante. Quando vocês exportam, vendem pra essa pessoa que exporta para o Paraguai, vocês ganham algum crédito com isso, ou esse crédito fica com o exportador?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não tenho conhecimento dessa parte de crédito tributário, essas coisas, eu não sei.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Nada disso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Você conhece o Sr. Boutros?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso. Conheço.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Conhece? Você já foi a Ponta Porã, lá na Lemond Comércio, você conhece lá?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ele vai regularmente lá na... Ele vai com regularidade, regularmente ele vai lá na fábrica de vocês?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não sei a frequência que ele vai, mas ele, algumas vezes, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E quando vocês fizeram um evento pra comemorar o lançamento da cervejaria e tudo, o Sr. Boutros estava lá? Você lembra se ele estava lá?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É, não teve evento de lançamento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Uma festa, vocês fizeram uma festa de lançamento...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... que você estava presente, sua família.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Que sempre tem, na abertura de vendas, eles pegam os vendedores...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Faz uma promoção. Isso é normal, isso é normal.



O SR. GERSON CONTE FILHO - e levam pra cervejaria, para os bares, então faz... Pra conhecer o empreendimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E quando foi feito esse relançamento com todo esse maquinário e tudo, o representante da Lemond, o Sr. Boutros, estava lá?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não se lembra. O senhor lembra que se, por acaso, o Roberto ou esse Marcelo estavam nesse lançamento novo da empresa?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não. Não me lembro, porque acho que não teve um lançamento em si. Tem esses vários eventos de...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não houve uma festa pra comemorar essa conquista desse novo empreendimento? Quer dizer...

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque, de qualquer forma, você está fazendo um empreendimento qualquer, e você consegue um incremento de 20 e tantos, não interessa, 20 e alguns milhões, que você moderniza, praticamente você troca totalmente o seu parque industrial e passa pra nova tecnologia. Não houve uma festa para comemorar isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Específica assim não tem. O que teve é uma festa de comemoração de um ano na cervejaria.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eventos.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eventos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - De final de ano, essas coisas que você fala.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Final de ano ou de vendas que eu falei pra você, pra fazer o conhecimento da fábrica, né? Que eles até chamam alguns donos de bares, né?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Certo. O seu pai, você sabe que essa prestação que é feita, que você não sabe o nome, você sabe se, nessa negociação, foi feito com a Kronas algum parcelamento, se houve um embutimento de algum juros, correção?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E nem a frequência de pagamento dessas parcelas, também você não sabe? Você não sabe, dessas 50 e poucas parcelas, quantas já foram pagas?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É mensal. O pagamento acredito que é mensal, mas o...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim. Você não sabe nem quantas foram pagas? Ou sabe?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não tenho número, não tenho número. Não sei.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, Sr. Presidente, vou deixar a Deputada Vanessa porque, tenho certeza, ela quer continuar as perguntas e pode nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Obrigado, Deputado Júlio Delgado. Deputada Vanessa Grazziotin, por favor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor formou recentemente?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso. No final de 2001, na PUC, em São Paulo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O que é que o senhor formou?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Administração.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Administração de Empresas?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Aí o senhor trabalha na cervejaria de seu pai.

O SR. GERSON CONTE FILHO - Estamos lá começando.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor trabalha na mesma sala que ele?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É um sala próxima?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não tinha sala. Depois, agora, eu estou sentando numa sala ao lado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ao lado da sala do seu pai?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E você, como próprio falou, está tomando conhecimento da empresa, porque pretende tocar os negócios da família?

O SR. GERSON CONTE FILHO - É. Isso, isso. Dar uma mão para o meu pai que ele trabalhou a vida inteira sozinho aí, e estou querendo dar uma ajuda.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A sua irmã trabalha lá também?

O SR. GERSON CONTE FILHO - A minha irmã, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não? Você tem algum problema de saúde?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não? Nenhum problema de saúde?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Problema...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, de saúde. Nunca teve?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor esteve doente recentemente? Não?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não. É sua mãe disse que você estava doente dia 30 do mês passado e, por isso, não foi depor à CPI. Porque sua mãe diria isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Eu não sei. Eu não...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ela esqueceu de combinar com você?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, por que ela diria que você estava doente? Sua mãe não foi ouvida na CPI em São Paulo?



O SR. GERSON CONTE FILHO - Foi

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Seu pai?

O SR. GERSON CONTE FILHO - Também.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E você sabia que tinha sido convocado?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Eu fiquei sabendo no dia que meu pai estava indo viajar. Ele estava indo para São Paulo. Daí, ele ficou sabendo que ia ser convocado. Foi um aviso, vamos dizer assim. Nada foi, nós não recebemos a intimação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Hum?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Daí, no dia mesmo, a hora que meu pai chegou à noite, estava tudo convocado, eu não pude comparecer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pois é. A sua mãe disse que o senhor não estava lá porque estava doente, enfermo. Por que será — eu volto a repetir —, por que será que a sua mãe diria isso para os Deputados?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Eu não tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor acha que ela queria lhe poupar de alguma coisa?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, eu não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não sabe? A sua mãe, tem alguma atividade que ela desenvolve dentro da empresa?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Vocês viajam muito para o exterior?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, dificilmente viajo, porque meu pai e minha mãe têm medo de avião.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Têm medo de avião.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Têm.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É? E você?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Eu também faz muito tempo que eu não viajo.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor, desculpa. O senhor também não viaja?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Hã? Não, pode chamar de você, não tem problema.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor... Mas é que nós temos problema aqui. Não é por causa de... O senhor não viaja para o exterior?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Frequentemente, não. Algumas vezes eu viajo em julho, para esquiar com os amigos. Só. Mas...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Aonde é que o senhor costuma esquiar?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Aqui na América... No Chile.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – No Chile. Há quanto tempo foi a última vez que o senhor foi esquiar?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Faz uns 2 anos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Dois anos. A sua mãe, eu acho que estava muito nervosa lá, porque ela falou tudo muito diferente do que você está falando aqui. Mas, enfim... O senhor falou que, além da empresa Conti, o seu pai é proprietário de uma outra empresa. Como é o nome?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Casa Di Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Casa Di Conti. Além dessa, além da Casa Di Conti?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Tem a Velotran.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Velotran. O que é a Velotran?

O SR. GERSON CONTE FILHO – A Velotran presta serviço de aluguel de carros, essas coisas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas o senhor falou de forma diferente, agora, quando respondeu ao colega Parlamentar. Como é que o senhor falou? Transportadora?

O SR. GERSON CONTE FILHO – A Velotran é transportadora de veículos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Transportadora. O que a Velotran transporta?



O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, ela não transporta. Ela faz um aluguel de...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, você falou Transportadora Velotran, eu ouvi.

O SR. GERSON CONTE FILHO – É o nome, a razão social, né?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Porque é locadora e transportadora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E ela faz locação de automóveis?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Do que eu tenho conhecimento, não. Para os representantes.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Que tipo de automóveis?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Palio.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Hã?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Automóvel, carro de uso de representante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Carros pequenos?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso, é isso, Palio.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Palio, Fiat Palio.

O SR. GERSON CONTE FILHO – É. Palio, Fiat.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quantos carros tem a Velotran?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Eu não sei a quantidade. Não é muita coisa. Eu não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ela, a empresa, tem caminhões também?

O SR. GERSON CONTE FILHO – A empresa tem... Não tenho conhecimento de caminhões.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não tem conhecimento. Vocês fazem venda direta de cervejas?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Só na cidade da cervejaria, na regional da cervejaria.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Na região. Com que veículo vocês fazem isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Ali é feito com caminhões.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Caminhões de quem? Da própria empresa Conti?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A Conti tem caminhões?

O SR. GERSON CONTE FILHO – É. Isso. Eu não sei o nome se está na Cervejaria ou na Casa Di Conti.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Vocês têm escritório em São Paulo?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Tem, tem o escritório comercial.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Fica onde?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Na Alameda Santos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Alameda Santos? Você pode dar o endereço, assim, número?

O SR. GERSON CONTE FILHO – O número da Alameda Santos é... Eu sei que é em frente ao América, depois da Campinas. Ele tem frente também para Paulista. Nove, quatro, nove.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, tem 2 escritórios ou tem 1?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, ele... O prédio é faceado, não é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Dá frente para a Avenida Paulista e para a Alameda Santos.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso, isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Essa Lemond, que o senhor falou... O senhor já esteve em Ponta Porã?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não esteve em Ponta Porã. Nunca?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Já estive quando era criança.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Depois, nunca mais?



O SR. GERSON CONTE FILHO – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E a Lemond é a que faz a venda das mercadorias que os senhores produzem para o Paraguai?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele é sócio de seu pai, o Sr. Pedro?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não é sócio? Ele é o representante?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso, ele faz a exportação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele faz a exportação. E como é que ele, como é o relacionamento comercial da empresa Conti com a empresa Lemond?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não entendi, como assim?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é que se dá o relacionamento? Ela faz a exportação de que forma? Como é que adquire a mercadoria, como é que leva?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Ela compra a mercadoria na fábrica. Da exportação, eu não sei que forma ela faz essa exportação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E qual é o volume de mercadoria que ela compra, o senhor sabe?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, eu não tenho conhecimento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não tem conhecimento? Vocês têm representantes? Os senhores têm representantes das empresas no Brasil inteiro? Ou não?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Da Cervejaria?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Da Cervejaria, todas as empresas. Não tem a Casa Conti e a Cervejaria Conti?

O SR. GERSON CONTE FILHO – A Contini tem representantes comerciais que trabalham em quase tudo, mas não tem... acho que não dá todo o País, não. Não sei se é de Estado por Estado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – No Norte tem representante?



O SR. GERSON CONTE FILHO – Do Contini, acredito que sim; cerveja, acho que não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Contini, cerveja não. E Nordeste?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Também acho que no Contini.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Foi perguntado para o senhor sobre esse Sr. Marcelo e o Sr. Lobão.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor podia explicar? Vocês ficaram sabendo disso pela imprensa?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso, pelo *Estado de S.Paulo*.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pelo *Estado de S.Paulo*. Como foi? O senhor pode contar para a gente?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Um amigo nosso ligou, falou que tinha saído, nós fomos checar. Daí, nós lemos a notícia no *Estado*.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o que é que dizia a notícia?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Eu não sei certinho. Eu sei que falava sobre o Lobão, que tinha o interesse de compra de uma cervejaria numa cidade de Cândido Mota, no interior do Estado de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o seu pai teve contato com esse Sr. Lobão?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é que o senhor sabe que não?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Ele posicionou para mim que não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele falou que não, que nunca teve contato?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o contato dele foi com quem, para vender? Ele falou, em algum período que você se lembra, do interesse dele em vender a fábrica?



O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, não. Não conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor nunca ouviu essa conversa?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – De vender a fábrica? O senhor Gilson, ele ... qual é a função dele?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Ele é representante comercial.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Gilson? Ele é representante comercial?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso, do Contini. E ele faz um apoio também na cerveja.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E como é o nome do Diretor Comercial dos senhores?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Tem um gerente comercial, que é o Pedro Gimenez Júnior.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Gimenez?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Ele é diretor?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Gerente comercial.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Gerente comercial. E qual é o relacionamento dele? Ele é uma pessoa poderosa lá dentro da fábrica?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não. A empresa, acho que é uma empresa familiar, não tem ninguém muito poderoso não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E, depois, os senhores foram, depois que souberam dessa matéria pela imprensa, que tomaram conhecimento, foram procurar saber. Ele falou alguma coisa para vocês, o Gimenez?

O SR. GERSON CONTE FILHO – O Pedro Gimenez?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Hã.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Ele só posicionou que ele teve um contato com o Sr. Marcelo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quantas vezes?



O SR. GERSON CONTE FILHO – Ah, eu não sei. A quantidade eu não sei. Que queria abrir uma distribuidora... Foi nesse ponto só.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não falou nada de proposta de compra?

O SR. GERSON CONTE FILHO – De compra, não, não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nada?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Não falou nada. E o senhor chegou a ver o cadastro da empresa que queria ser representante comercial?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, não vi o cadastro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor não viu o cadastro? Mas diz que tem a carteira de identidade lá, dessa pessoa que foi propor, desse que saiu no jornal, lá na portaria. Como é que é? As pessoas chegam na fábrica têm que deixar identidade? Como é que é? Se apresentar?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não. Elas chegam, se apresentam. Daí, se vai falar no Departamento comercial, é liberada para o Departamento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Deixa o número do documento, tudo lá?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Aí não sei certinho se deixa algum documento e tal, porque eu não...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Número, para copiar o número do documento.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Eu não tenho informação se...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas você não teve a curiosidade de ver, o senhor não teve a curiosidade de ver o cadastro da empresa que envolveu a cervejaria de propriedade do seu pai?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não. O cadastro estava na empresa, mas eu não tive oportunidade de parar e olhar o cadastro em si. Eu não parei para ler o cadastro, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor conheceu esse Marcelo?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o Roberto Eleutério?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Também não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tem aeroporto lá em Cândido Mota? É uma cidade pequena, né, Cândido Mota?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Tem perto de 30 mil habitantes. É pequena.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Tem aeroporto?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Cândido Mota, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nem aeroporto pequeno para aviões pequenos?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Na cidade vizinha de Assis tem aeroporto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Quantos quilômetros dão de Assis até lá?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Ah, uns 13, 10 quilômetros.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Então, quem quiser chegar rápido a Cândido Mota vai de avião até Assis e de lá vai de carro?

O SR. GERSON CONTE FILHO – É, mas não é aeroporto de linha....

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Sim, de linha comercial. É de aviões, para aviões pequenos, táxis aéreos, monomotor, essas coisas.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor também não sabe se essa pessoa que foi visitar lá a fábrica não foi de avião?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, não tenho informação do que ele foi.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Está. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin. Para encerrar essa audiência e podermos então chamar o Sr. Gerson Conte. Gostaria de, enfim, deixar de público aqui que a audiência se realiza muito em função das investigações da CPI, que chama atenção ao fato... Aliás, antes disso eu queria colocar... Qual é o seu carro?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Cargo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Carro, automóvel, o seu?



O SR. GERSON CONTE FILHO – Carro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes.) – É.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Eu uso uma Mercedes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Qual é o modelo da Mercedes?

O SR. GERSON CONTE FILHO – É uma série C.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – E o do seu pai?

O SR. GERSON CONTE FILHO – É uma 540, BMW.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – E a Mazerati é de quem? Quem usa a Mazerati cupê, 320.

O SR. GERSON CONTE FILHO – A Mazerati já foi vendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Foi vendida. Os carros... O carro da sua mãe qual é?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Uma Cherokee 97.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – E o carro da sua irmã?

O SR. GERSON CONTE FILHO – É uma 330. O ano eu não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Mercedes também?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, é BMW.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – BMW também? Essas 2 BMWs, a Mercedes e a Cherokee são da empresa?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Eu não sei em nome de quem estão os veículos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Ué, você usa o carro e não sabe em nome de quem? Você não tem os documentos do carro para o seu uso?

O SR. GERSON CONTE FILHO – É, o carro ou deve estar em nome da empresa ou em nome do meu pai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Olha, eu, enfim, eu lhe agradeço a forma como você está comparecendo. Você é um jovem formado em Administração de Empresas. Deveria saber pelo menos em nome de quem estão os automóveis que você está usando.

O SR. GERSON CONTE FILHO – É que eu não tenho a certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Mas é estranho. Quer dizer...



O SR. GERSON CONTE FILHO – Acredito que esteja em nome da empresa.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Me permite um aparte, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse automóvel é o do seu uso pessoal?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Oi?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse automóvel é o automóvel do seu uso pessoal, é o automóvel que o senhor usa no seu dia-a-dia?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso. Em casa eu uso o carro. Tem o meu...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E os documentos ficam no carro, ficam com o senhor?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Oi?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Os documentos ficam...

O SR. GERSON CONTE FILHO – No carro.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E o senhor nunca abriu o documento, não se lembra de ter aberto, de ter lido?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, o documento desse está no nome, desse que eu estou usando, quase certeza, está no nome da Casa Di Conti. Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – A curiosidade que nós manifestamos nesse sentido é porque nós temos a informação de um automóvel subfaturado, da marca Maserati, que teria sido comprado por um valor inferior àquele que, enfim, é considerado o valor de mercado do automóvel. Pela análise que fizemos, rápida, disso, o valor seria um bem superior —100 mil reais — àquilo que ele foi manifestadamente faturado. Uma outra coisa que chama a atenção da CPI, que eu gostaria que o senhor nos desse algum esclarecimento, se é que pode, porque o primeiro contato entre a Krones e a fábrica Conti era no valor de R\$ 1.853.661,53. Foi elaborado para pagamento de 15 de julho de 2000, 15/07/2000, sendo que a última paga em 15/12. Só que a Conti não honrou esses financiamentos. O senhor tem alguma informação com relação a isso?



O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, disso aí eu não tenho conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Então eu vou lhe dar uma informação de que a CPI dispõe. Que, mesmo não tendo a dívida quitada em nenhuma das parcelas avençadas até 15/9/2002, foi feita uma confissão de dívida no valor de R\$ 3.184.518,00, referente à dívida vencida do contrato anterior, para agora um novo repagamento em 54 parcelas, sendo a primeira parcela em 20/12/2002 e a última em 20/05/2007. Desses fatos o senhor tem conhecimento?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, não. Isso aí eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Então, para que fique público e registrado, a maior estranheza que têm os Deputados desta CPI, enfim, é que um fato interessante e muito relevante, e para que fique consignado, é que o objeto de prestação de serviço do primeiro contato de readequação de *lay-out* entre a Krones e a Cervejaria Conti é de junho de 2000. E o que é interessante é que a empresa nem sequer fabricava esse produto ainda. O senhor declarou aqui que a Krones teria vindo para uma ampliação depois da bem-sucedida operação...

O SR. GERSON CONTE FILHO – Ela começou do início....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Veja bem... Só um minutinho. O senhor disse que Krones veio porque os senhores tinham começado uma cervejaria. A cervejaria estava indo muito bem. Então, ela veio para fazer uma operação *turn-key* no valor de 20 milhões. Não é verdade, porque ela primeiro fez um financiamento no valor de R\$ 1.850.000,00, que não foi pago. Foi convertido num financiamento de R\$ 3.184.000,00, que também não foi pago, que foi convertido num outro financiamento, no valor de 20 milhões.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Só vou expor melhor esse fato da Krones ter vindo depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Pois não. Por favor.

O SR. GERSON CONTE FILHO – No início, ela estava junto, porque ela forneceu todos os equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Bom, tudo bem, mas os contratos em cima dos quais a CPI está se baseando...Quer dizer, o contrato inicial é de R\$ 1.853.000,00; o outro contrato, que também não foi pago, é R\$



3.184.000,00. E isto o fato, então, relevante: é que a readequação do *lay-out* da cervejaria... ninguém pode fazer a readequação de alguma coisa que nem sequer foi feita ainda. Esse é o fato que realmente nos chama a atenção. E ainda, para terminar, o fato que causa ainda realmente uma curiosidade muito grande é que, mesmo estando inadimplente com todos esses contratos — e, aí, com as prestações já vencidas dos contratos anteriores —, a Conti vai e celebra um novo Contrato *Silver*, superior a 20 milhões, mesmo estando os outros contratos não pagos, enfim, e tendo sido repactuado por 2 vezes. Era isso. O senhor não tem nenhuma outra informação com relação a isso?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Não, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Pois não, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Só uma pergunta rápida. Pelo seu conhecimento, você... o senhor demonstra, Gerson, que conhece alguma coisa do aprendizado que o senhor está tendo dentro da empresa, trabalhando com o seu pai.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Outra: com relação ao seu carro, essas coisas, o senhor tem um desconhecimento. Eu gostaria de fazer uma pergunta. A sua família aí, pelo seu conhecimento — seu pai, sua mãe, você e sua irmã — sobrevive exclusivamente da renda atribuída da Conti, Casa Conti e Cervejaria Conti, ou vocês têm alguma outra fonte de renda?

O SR. GERSON CONTE FILHO – Tem. Meu pai também mexe com agricultura.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Agricultura.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Isso, porque tem uma fazenda em Teodoro Sampaio, que eu citei no começo...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Ah, isso eu não... Eu não estava aqui.

O SR. GERSON CONTE FILHO – É. E desse ponto dessa fazenda também, né.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Então ele tem o rendimento da fazenda e das outras duas...

O SR. GERSON CONTE FILHO – É. Isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Obrigado, Deputado Júlio. Vamos encerrar então, esta audiência, e pedir à nossa assessoria que encaminhe à sala o Sr. Gerson Conte, a fim de que possamos dar início à próxima audiência. Obrigado ao senhor.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Uma boa noite.

O SR. GERSON CONTE FILHO – Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Sras. e Srs. Deputados, membros desta audiência pública, com a presença do Sr. Gerson Conte, vamos dar início, então, a esta nova audiência. O senhor comparece na condição de indiciado. Tem o direito de permanecer em silêncio e de não produzir prova contra si mesmo. Nós vamos iniciar a audiência dando a palavra ao Deputado Relator, Deputado Josias Quintal. Com a palavra o Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Sr. Gerson, uma boa tarde.

O SR. GERSON CONTE – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – O senhor já está qualificado, já foi ouvido anteriormente. Eu creio que o seu interrogatório não deva ser muito longo, porquanto uma série de análises de depoimentos, de documentos serão feitas. Então, eu penso que não será muito longo. Mas, da parte do Relator, eu queria só que o senhor explicasse, assim, com detalhes tanto quanto possível, essa questão dessa operação de financiamento da empresa. Como é que a empresa consegue, ainda estando inadimplente, ainda havendo contratado empréstimo a título de algo que não estava ainda sendo realizado, que era a fabricação de cerveja e, ainda que estivesse inadimplente, não tivesse coberto essa prestação da dívida, como é que ela consegue apanhar ainda mais um empréstimo vultoso? Como é que o senhor explica essa operação? Porque, à primeira vista, salta aos nossos olhos uma suspeita, nos parece uma operação complicada, confusa. O senhor entendeu as colocações que eu fiz?



O SR. GERSON CONTE – Entendi.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – O senhor pode fazer um relato aos Deputados acerca disso aí, esclarecer melhor para que se dissipem essas dúvidas que estão tomando conta de nosso pensamento. Por favor, então, o senhor faça uma abordagem bastante explicativa acerca dessas questões que eu coloquei.

O SR. GERSON CONTE – Está legal. Na montagem da cervejaria, a Casa Di Conti, que já vinha num trabalho depois de todos os anos... como já foi dito, desde 1947 é que vem vindo esse trabalho familiar, e eu dei a continuidade nessa mudança de rota que foi da Casa Di Conti de bebidas quentes e para cervejaria. Foi o momento em que a Casa Di Conti viu uma possibilidade dessa mudança. Até então, o BNDES nos financiou a parte necessária para dar início à primeira etapa da cervejaria. Assim o fez dentro de planilhas viáveis à cervejaria, e a Casa Di Conti apoiando, que é a empresa que detém a marca Contini, que tinha um faturamento, tinha um faturamento da ordem de 2,5 milhões a 3,5 milhões, na época, que nos levou a buscar novos horizontes no mercado. Mesmo tendo um compromisso com o BNDES, nunca tendo atrasado com esse compromisso junto ao BNDES, conseguimos junto à Krones-Steinecker um novo financiamento em razão de que nós seríamos praticamente a primeira cervejaria montada pela Steinecker e Krones completamente deles, o que era de grande interesse do grupo alemão hoje estabelecido aqui no Brasil. Praticamente, nós estaríamos sendo quase como uma cobaia nessa nova etapa junto a eles. Houve um interesse inicial, vendo que o processo vinha vindo muito bem, a cerveja saiu de uma qualidade acima do esperado, como ela está acontecendo no mercado. Ela nos financiou na quantia de 20 e poucos milhões, quase 27 milhões, num prazo de 50 e poucos meses, no crédito, pelo tempo, pelo currículo dessa empresa, que já havia passado por outros projetos de financiamento junto ao BNDES e junto ao próprio mercado. Acredito que em cima disso, eu acho que o nosso currículo foi o maior aval desse processo desse financiamento.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Esse financiamento na Krones, em torno de 27 milhões, esse financiamento foi dividido em quantas parcelas? Qual foi o valor de cada uma dessas parcelas? Qual seria o desembolso mensal para cobrir esse empréstimo?



O SR. GERSON CONTE - Hoje eu tenho um número total, eu não tenho o número separado, porque são vários, cada máquina tem o seu valor de financiamento. Mas o total hoje que a empresa tem de responsabilidade no mês de novembro é de 1 milhão, 300 e alguma coisa, mensais.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Um milhão e 300 mensais. Isso com a Krones.

O SR. GERSON CONTE – Não, junto à Krones, o BNDES, o FINAME, todo o processo hoje que a empresa tem. Compromisso de pagamento parcelas de financiamento.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL – Deputado, da minha parte está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Com a palavra o Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor está há muitos anos no ramo de bebida. A Krones está há quanto tempo no Brasil?

O SR. GERSON CONTE– Olha, pelo que sei, a Krones está no Brasil acho que há mais de 20 anos.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Quando o senhor começou a conversar, qual foi...Com quem e quando o senhor começou a tratativa desse financiamento com a Krones?

O SR. GERSON CONTE – O financiamento direto feito com a Krones é com o próprio Presidente, uma pessoa...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor lembra o nome do Presidente?

O SR. GERSON CONTE – Lembro. O Sr. Hoyer, que é o Presidente, Rogério, que é um diretor comercial da Krones, o Sílvio, que é um gerente da área de vendas. São as pessoas de maior contato.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Está ótimo. Ou seja, essas são as pessoas. Quanto tempo, mais ou menos, começou esse contato, essa negociação da sua empresa com a Krones?

O SR. GERSON CONTE – Olha, mais de 6 meses.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esses 6 meses foi o período de negociação?



O SR. GERSON CONTE – Período de negociação até fazer a segunda implantação.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E aí eles fizeram a implantação total no Brasil?

O SR. GERSON CONTE – Do meu financiamento.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Do seu financiamento. Quanto tempo demorou o período de implantação dessas linhas de máquinas da Krones na sua empresa?

O SR. GERSON CONTE – A segunda etapa?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – A primeira etapa, pelo que vejo, foi uma coisa muito pequena, o papel da Krones. Na verdade foi contratada uma compra, na verdade. Nessa segunda etapa, onde o investimento é maior, a ampliação e essa parte toda que ele teve?

O SR. GERSON CONTE – Por volta de 5 meses, acredito.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E, no início, antes de o senhor começar essa implantação dos 5 meses, quando foi que o senhor concluiu, que o senhor começou essa implantação da Krones? Qual foi a data mais ou menos?

O SR. GERSON CONTE – O início da cervejaria?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não, quando o senhor começou a implantar essa segunda linha que a Krones instalou na sua empresa?

O SR. GERSON CONTE – Terminamos de implantar há cerca de 3 a 4 meses.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Então, mais ou menos uns 8, 10 meses que o senhor começou essa negociação com eles, é isso?

O SR. GERSON CONTE – Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Só uma coisa com relação a isso aí. Quando o senhor, na verdade, então, estava começando a implantar essa instalação, qual foi o estudo que a sua empresa deu? Que documentos o senhor entregou? Qual a análise de viabilidade a Krones fez?

O SR. GERSON CONTE – Na verdade, é o currículo da própria empresa e o próprio sucesso do produto no mercado que deu a maior confiabilidade para que ela pudesse investir.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Qual era a produção do senhor 10 meses atrás quando o senhor teve a aprovação da Krones? Qual era o volume de caixas ou de vasilhame que o senhor produzia?

O SR. GERSON CONTE – Nós já vínhamos trabalhando na ordem de 150 mil caixas.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor deu um salto de 150 mil para 230 mil com a implantação da Krones?

O SR. GERSON CONTE – Sim, quase 300 mil caixas.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E qual foi a garantia ou o que houve nessa negociação que o senhor fez com a Krones para poder fazer...?

O SR. GERSON CONTE – A garantia que existe é do próprio equipamento, não existe outra garantia, simplesmente o equipamento.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O próprio equipamento?

O SR. GERSON CONTE – Exato.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – É comum uma empresa que vende equipamento dar o equipamento que depois de anos já usado em garantia sem nenhuma outra garantia? É razoável isso?

O SR. GERSON CONTE – Olha, é meu primeiro negócio nesse sistema, não conheço outro igual, na verdade.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Nem eu, também realmente não lembro de alguém que pudesse fazer isso.

O SR. GERSON CONTE – Acho que o que esclarece muito aí é exatamente o sucesso do produto, a confiança que eles tiveram e o interesse de nos usar também como cobaia nesse processo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Está certo. Desses últimos 5 meses para cá, como a Krones está usando, na verdade, essa linha que o senhor implantou?

O SR. GERSON CONTE – Não, nós estamos utilizando a linha...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não, é claro que o senhor está produzindo. Como ela está explorando o fato de ter implantado uma linha completa na sua fábrica?



O SR. GERSON CONTE – Bom, ela tem conseguido alcançar outros negócios no Brasil, que até então tinha certas dificuldades. Com a implantação da cervejaria e a qualidade do produto, outras cervejarias se interessaram e é sabido que já estão adquirindo esse mesmo equipamento, o mesmo equipamento colocado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E essas empresas têm ido visitar essas linha na sua empresa? A Krones leva essas empresas lá?

O SR. GERSON CONTE – Leva, a Krones tem levado...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Quem da Krones tem feito esses acompanhamentos, tem feito essas visitas?

O SR. GERSON CONTE – Sílvio, Airton, que são as 2 pessoas da área comercial que trabalham, é uma rotina quase constante, mensal, visitas, entendeu? Às vezes...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor tem a cópia do contrato que o senhor assinou com a Krones na sua empresa?

O SR. GERSON CONTE – Tenho, claro. Tem tudo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse contrato é registrado em algum lugar?

O SR. GERSON CONTE – Registrado em cartório.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – É um contrato de cartório?

O SR. GERSON CONTE – De cartório.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse cartório...qual é o cartório?

O SR. GERSON CONTE – De Cândido Mota.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Tá, nós já pedimos e eu só gostaria, então, que estivéssemos com a cópia registrada quando o senhor enviasse para a gente, por favor.

O SR. GERSON CONTE – Tenho 3. Tá.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse contrato, ele pediu alguma entrada? Ele teve algum pagamento fora do Brasil? Teve algum contato do senhor com alguma pessoa lá fora?

O SR. GERSON CONTE – Não, nada, nada.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Alguma coisa desse tipo?

O SR. GERSON CONTE – Não, somente aqui, no Brasil.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não houve garantia, a garantia foi o próprio equipamento, somente aqui no Brasil que foi feito esse pagamento?

O SR. GERSON CONTE – Exato. Correto.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Nesse período, quando o senhor estava acabando o BNDES até aqui, o senhor contraiu algum empréstimo pessoalmente no mercado, de alguma outra pessoa, banco, agiota, alguma coisa desse tipo, que seja significativo ou relevante para esse processo que o senhor queira citar?

O SR. GERSON CONTE – Não, empréstimo... Não sei... Não, não me recordo de algum empréstimo vultoso.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Nenhum empréstimo que seja vultoso que o senhor tenha que ter colocado nessas coisas? Como o senhor começou o processo de exportação da sua cerveja?

O SR. GERSON CONTE – O processo de exportação começou através dessa exportadora Lemond.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor conhece pessoalmente o pessoal da Lemond?

O SR. GERSON CONTE – Conheço, o Sr. Pedro, que esteve aqui presente.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Como começou, na verdade, esse processo? O senhor teve algum contato nesses dias que passou para tratar desse assunto com o Sr. Pedro?

O SR. GERSON CONTE – Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sobre o dia de hoje?

O SR. GERSON CONTE – Sobre o dia de hoje?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Do que o senhor falaria aqui ou do que o senhor estaria falando?

O SR. GERSON CONTE – Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O Sr. Pedro não fez nenhuma pergunta para o senhor? Não pegou nenhuma informação? Não esclareceu nenhuma dúvida?

O SR. GERSON CONTE – Não. A dúvida é até nossa de por que estamos aqui?



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Depois acho que o Presidente ou nós mesmos podemos tentar colocar um pouco mais essa dúvida que o senhor tem aí. E o senhor há quanto já exporta para o Paraguai?

O SR. GERSON CONTE – Já faz muitos anos que eu exporto; fazia exportação na linha de bebidas quentes, da Contini...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor exportava na linha de bebidas quentes com quem?

O SR. GERSON CONTE – Olha, são várias e pequenas empresas que faziam a reexportação. Na verdade, nós vendemos para o exportador e o exportador faz a exportação, volumosa, uma parte de volume veio agora com a cervejaria.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – A Lemond entrou só na hora da cerveja?

O SR. GERSON CONTE – Da cerveja.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Ela usou alguma empresa nesse período para iniciar o processo de exportação antes de que ela mesma pudesse exercer a exportação diretamente? O senhor chegou a faturar contra alguma outra empresa?

O SR. GERSON CONTE – Foi faturado para, se não me falha a memória, Topázio. Estou recordando aqui e poderia averiguar se tem outras.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Quem indicou a Topázio para o senhor?

O SR. GERSON CONTE – O próprio Sr. Pedro.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor sabe se o Sr. Pedro... Bom, só 1 minutinho, foi o próprio Sr. Pedro quem indicou essa... Qual o benefício que o senhor tem quando o senhor exporta esses produtos para o Paraguai?

O SR. GERSON CONTE – O mesmo, o mesmo que eu tenho quando vendo no mercado interno.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor tem crédito de IPI? O senhor tem crédito de alguma coisa que na verdade traga algum benefício?

O SR. GERSON CONTE – Temos a isenção do IPI quando é feita essa...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Mas o senhor se credita de algum valor desse benefício também quando faz a exportação, não?



O SR. GERSON CONTE – Não, nenhum.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não há nenhum benefício para o senhor exportar, apenas a isenção dos impostos?

O SR. GERSON CONTE – Só a isenção dos impostos e ganhamos o mesmo que ganhamos no mercado interno.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Só tirando os impostos por se tratar de exportação?

O SR. GERSON CONTE – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor alguma vez acompanhou para saber se esses produtos se dirigem realmente para fora do Brasil ou se eles ficam no Brasil?

O SR. GERSON CONTE – Não, nunca acompanhei. A única que tenho são os documentos que me comprovam dos carimbos da Receita Federal que o produto, todo o processo fecha dentro do processo da lei.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Quando o senhor vendia 150 mil caixas, o senhor já vendia 30 mil caixas de exportação através da Lemond, para o Paraguai?

O SR. GERSON CONTE – Não tenho esse número, entendeu? Mas poderia passar esse número exato.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse número foi dado por todos que passaram aqui, aproximadamente 30 mil caixas de cerveja. Eu não tirei de lugar nenhum, isso na verdade veio de todos eles.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Só um aparte, Deputado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Pois não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Esse número foi dado pelo senhor no depoimento anterior do senhor.

O SR. GERSON CONTE – Isso, mas estava falando...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não estou discutindo números exatos, não quero confundi-lo, não se preocupe, não é uma pressão. Só quero saber o seguinte: o senhor já exporta cerveja desde que começou sua cervejaria, pelo que entendi.

O SR. GERSON CONTE – Sim.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor já exportava bebida quente, quando entrou a cerveja...

O SR. GERSON CONTE – Mas não nesse volume.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não nesse volume?

O SR. GERSON CONTE – Não nesse volume.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse volume foi gradativo?

O SR. GERSON CONTE – Foi gradativo, recente. Isso que quis colocar.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E o senhor tem outros vendedores de cerveja lá na divisa com o Paraguai? O senhor distribui a Conti também naquela Região?

O SR. GERSON CONTE – Olha, estamos começando um trabalho em Assunção, com uma importadora direta.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não, do lado do Brasil. O senhor distribui ali na divisa com o Paraguai do lado brasileiro? O senhor tem distribuidores que vendem essa cerveja lá naquela região?

O SR. GERSON CONTE – Tenho, do lado do Brasil tenho.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E quem é esse seu distribuidor?

O SR. GERSON CONTE – Olha, precisaria pegar, porque são vários.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse seu distribuidor, por acaso, alguma vez já lhe fez alguma denúncia ou reclamou que o volume de cerveja que tem sido vendido lá, numa concorrência desleal, que ele não consegue sobreviver, poderia provavelmente ser parte dessa exportação que não acontecia e ficava no lado brasileiro?

O SR. GERSON CONTE – Pode. Isso não tenho dúvidas de que pode.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Isso pode acontecer?

O SR. GERSON CONTE – Pode.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor pode fornecer para nós o nome do distribuidor na região que o senhor tem, depois, por favor?

O SR. GERSON CONTE – Posso.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Espero que isso seja solicitado, Presidente. O senhor teve contato com o dono da Lemond? O senhor chegou a conhecer...ter algum tratamento com as pessoas que cuidam do processo de



exportação dele na cidade ou com os seus contadores ou o seu contato da empresa é direto apenas com ele?

O SR. GERSON CONTE – Não, conheci o Seu Pedro na empresa.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Na empresa?

O SR. GERSON CONTE – Somente na empresa.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor conheceu o Sr. Marcelo ou alguém da empresa Búfalo Branco que tentou pegar crédito com o senhor?

O SR. GERSON CONTE – Não, senhor, não conheci.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não conheceu? O senhor foi consultado alguma vez de ter que de repente abrir uma exceção, liberar algum produto para eles cujo crédito o senhor Ney tinha sido dado (*ininteligível*), alguma coisa?

O SR. GERSON CONTE – Não, na verdade, eu até disse isso já, mas fiquei sabendo, através do próprio jornal, uma informação que eu tive, quando O *Estado* se posicionou, ele deu uma reportagem disso que eu fiquei sabendo. Aí que eu perguntei para o meu departamento o que estava acontecendo, e fui informado que a pessoa do Marcelo tinha estado lá para montar uma distribuidora de cerveja. Mas eu mesmo não tive esse contado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Ele falou qual o local dessa distribuidora de cerveja?

O SR. GERSON CONTE – Acho que era em São Paulo, no Ipiranga.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E o senhor não foi nem uma vez consultado para abrir uma outra distribuidora no Nordeste de alguma empresa ligada ao Búfalo Branco ou a essas pessoas?

O SR. GERSON CONTE – Sim, os próprios.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Os próprios?

O SR. GERSON CONTE – Os próprios.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E qual era o Estado, no Nordeste?

O SR. GERSON CONTE – Não tenho.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Foi o próprio Marcelo que teve esse contato?

O SR. GERSON CONTE – O próprio Marcelo.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E o senhor não parou para avaliar, de repente, se era um bom negócio? O senhor não vende para o Nordeste, vende diretamente?

O SR. GERSON CONTE – Não, na verdade... Algumas coisas, sim

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – A cerveja Conti é vendida?

O SR. GERSON CONTE – Nós temos feito algum trabalho, entendeu?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Mas é volume significativo que o senhor tenha vendido?

O SR. GERSON CONTE – Não, não é.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor não parou? Não foi o senhor pessoalmente quem analisou para saber por que foi negado? De repente o senhor não estava perdendo um grande negócio de vender isso para o Nordeste?

O SR. GERSON CONTE – Não, porque realmente chega muito processo, é bastante o interesse e poucos aqueles que conseguem abrir uma distribuidora por motivo de capital, algumas exigências...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor chegou a analisar... Desculpe se interrompo, é porque a gente está com problema de horário, mas é que não queria perder o raciocínio, o senhor me perdoe, não é falta de respeito, é só até para poder... acho que não precisa...

O SR. GERSON CONTE – À vontade.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor chegou a ver esse processo que foi consultado da Búfalo Branco, de vender para o Nordeste, qual era o Estado, quem era a pessoa que se tratava?

O SR. GERSON CONTE – Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não? Como o senhor teve o contato para saber se, além de São Paulo, tinha o Nordeste? Foi só o Marcelo que disse verbalmente ou houve outra forma?

O SR. GERSON CONTE – Foi pelo cadastro.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Pelo cadastro?

O SR. GERSON CONTE – Pelo cadastro, que, quando fiquei sabendo... Existem 2 cadastros lá na empresa. Então, se não me falha a memória, um desse era para o Nordeste. Se não me falha a memória, um desse era para o Nordeste.



Quando fiquei sabendo, porque pedi para o departamento que analisou o processo que não foi aprovado, que eu tive condições de ir olhar.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, perdoe-me, gostaria apenas... não é por nada, Advogado, mas é que gostaria que o senhor ficasse um pouco mais longe, realmente, da pessoa que está depondo, por favor.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Fisicamente. Fisicamente. Não estou duvidando de nada, mas eu só queria que o senhor se posicionasse fisicamente um pouco mais distante do seu cliente. O senhor disse que, então, desses 2 cadastros, um dos 2 poderia na verdade estar sendo do Nordeste.

O SR. GERSON CONTE – Poderia sim, poderia, e temos ele em poder.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor tem os 2?

O SR. GERSON CONTE – É.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Então, eu gostaria que, ao invés de um, fossem enviados para nós os 2 cadastros que na verdade constam lá e não um só.

O SR. GERSON CONTE – Tá.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor teve algum outro contato, alguma outra informação que na verdade pudesse se tratar desse Lobão?

O SR. GERSON CONTE – Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Que depois o senhor leu no Estado e ficou sabendo? Teve qualquer outra coisa?

O SR. GERSON CONTE – Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor sabe que o senhor foi citado, a sua cervejaria foi citada e Cândido Mota também, a própria cidade, portanto...? Só tem uma cervejaria em Cândido Mota ou tem mais?

O SR. GERSON CONTE – Tem. Foi citada pelo *Estado*.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E o senhor sabe que não foi citada pelo *Estado*, foi citada, na verdade, fruto da transcrição de uma conversa telefônica que tinha entre algumas pessoas que estava sendo discutido.

O SR. GERSON CONTE – Certo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E foi citada a sua cidade, foi citado o valor, foi citada a intenção do Lobão em investir, valores que na verdade estavam



sendo investidos e era mais ou menos uma época que se trata do período que o senhor estava implantando a linha na sua empresa. E o senhor não se lembra de ninguém ter recebido, naquele dia que foi dito lá, nenhuma pessoa em nome de Eleotério, em nome de Lobão ou Marcelo que foi falando disso?

O SR. GERSON CONTE – Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor se preocupou em saber por que o seu nome pode estar relacionado com o nome do Sr. Eleotério, com o Lobão?

O SR. GERSON CONTE – A preocupação existe, quando vi no jornal tudo isso, mas não existe nada, então, ficou para mim...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor procurou advogado naquele momento?

O SR. GERSON CONTE – Não, não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor pediu alguma informação da Polícia Federal?

O SR. GERSON CONTE – Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O senhor não procurou nada?

O SR. GERSON CONTE – Não. Nem tanto que, na primeira CPI, eu não estava presente com advogado. Vim só. Eu também não sabia.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Essa bebida que o senhor manda, na verdade, para o Paraguai, o senhor sabe em que tipo de caminhão isso é transportado?

O SR. GERSON CONTE – Transportado em carretas.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Carretas?

O SR. GERSON CONTE – Carretas. Às vezes, caminhão-truque, menor que uma carreta, mas sempre é ...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sei que não é de sua responsabilidade, mas eu gostaria de que o senhor pudesse nos ajudar se o senhor tiver a informação.

O SR. GERSON CONTE – Posso. Eu tenho todas ...



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Essas carretas voltam depois vazias, elas transportam alguma outra coisa, elas prestam serviço para alguém? O senhor sabe, o senhor tem alguma informação desse tipo?

O SR. GERSON CONTE– Não, não. Não sei. Não, não sei. Algumas voltam com o próprio vasilhame. Tem também exportação que é feita com o próprio vasilhame, alguns casos.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Como alguns? O senhor tem outro tipo de exportação que não seja através de vasilhame?

O SR. GERSON CONTE– Não, não. É o mesmo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – É só com o vasilhame?

O SR. GERSON CONTE– Só.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Então, toda a sua venda é através de vasilhame?

O SR. GERSON CONTE– Vasilhame.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Então, todos os que vão devem estar voltando, mesmo que não voltem na mesma carreta, mas que na verdade tem de voltar...

O SR. GERSON CONTE– Não, tem alguns que não. Tem ...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Essa parte fica lá?

O SR. GERSON CONTE– Fica.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse produto fica lá.

O SR. GERSON CONTE– Com vasilhame e tudo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Esse seu produto que o senhor vende, ele é diferenciado, ele tem alguma coisa? É possível a gente identificar no mercado nacional se ele é um produto fabricado para exportação? A sua lata tem alguma identificação? Se esse seu distribuidor regional lá da divisa quiser ver se esse produto consumido é um produto que ele distribuiu, se é esse que saiu para exportação ...

O SR. GERSON CONTE– Sim.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – É possível alguma forma de a gente identificar?

O SR. GERSON CONTE– Tem. Tem no rótulo.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – No rótulo?

O SR. GERSON CONTE– O rótulo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O rótulo que sai do Brasil na verdade não tem o valor de importação?

O SR. GERSON CONTE– Ele tem.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Ele sai então identificado que é para ser para fora do Brasil?

O SR. GERSON CONTE– Identificado de que ele é para exportação.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Bom, da minha parte, eu queria só mais uma pergunta para o senhor. O senhor, nesse período todo em que teve os financiamentos,... está sendo pago essas coisas tal, as garantias que o senhor deu ao BNDES são garantias que foram dadas nesses bens que o senhor tem? Essas garantias ainda estão sendo pagas? Elas fazem parte do seu dia-a-dia? Que tipo de garantia, além da fábrica ou do seu próprio imóvel, o senhor acabou cedendo ao BNDES?

O SR. GERSON CONTE– Meu apartamento que tenho em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – A fazenda fez parte?

O SR. GERSON CONTE– A fazenda não fez parte porque ela é em parte devoluta. Não foi aceita.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – E esse contrato com o BNDES encerrou? Está sendo pago normalmente?

O SR. GERSON CONTE– Está sendo pago.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI –Não tem nada a ver com a ampliação depois, posteriormente?

O SR. GERSON CONTE– Não, não, não. Está normal, está tudo normal.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Obrigado, Deputado Julio Semeghini. Com a palavra o Deputado Rubinelli.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Primeira dúvida que eu tenho é a seguinte: no primeiro depoimento do senhor, o senhor nos falou que, numa empresa do senhor, esteve presente por duas vezes o Marcelo.

O SR. GERSON CONTE– Sim.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI – O senhor se lembra?

O SR. GERSON CONTE– Lembro.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Está aqui.

O SR. GERSON CONTE– Por informações da Secretaria.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Isso. E o senhor falou para nós aqui que existia uma pessoa com ele.

O SR. GERSON CONTE– É a informação que eu tive.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Está aqui, olha: *“Quem esteve presente na empresa foi o Marcelo. Acho que por duas vezes. Esteve presente na empresa. Estava acompanhado. Mas não sei. O companheiro a gente não sabe quem é”*.

O SR. GERSON CONTE– Não sei.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Então, o senhor disse que não sabe quem é. Só que o Júnior disse para nós que todo o mundo que entra lá tira xerox da RG.

O SR. GERSON CONTE– Sim, na entrada.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sim, então, o senhor não teve curiosidade de saber quem estava com o Marcelo?

O SR. GERSON CONTE– Não, não, não. Não. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Como que é fisicamente o Marcelo?

O SR. GERSON CONTE– Não conheço. Não vi o Marcelo, não conheço o Marcelo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Aí, tem outro problema. O Júnior falou para nós também que o Marcelo esteve lá sozinho, que só o Marcelo foi falar com ele e que o Marcelo... até, se eu estivesse enganado, eu gostaria que algum Deputado me corrigisse, sobre o que o Júnior falou — não foi, Deputada Vanessa? —, que o Marcelo foi sozinho. E o senhor disse que o Marcelo foi acompanhado. Ou o senhor ou o Júnior, um dos dois está mentindo para nós.

O SR. GERSON CONTE– Não, isso que eu quero colocar, porque quem entrou para ser atendido o Marcelo. Agora, pode ter ficado para fora, na portaria, a pessoa acompanhante, porque a informação que eu tive da portaria é que teria um acompanhante. Essa foi a informação que eu tive. Por isso que a coloquei.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Então, nem o registro da RG não vamos mais ter, porque o senhor disse que ele ficou para fora da firma?



O SR. GERSON CONTE– Não. Ele ficou ... Não, a portaria é dentro da empresa.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sei. Então, esse xerox do registro da pessoa, com certeza ...

O SR. GERSON CONTE– Tem que estar, tem que estar.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Tem que estar. Então, nós gostaríamos que o senhor providenciasse isso para nós.

O SR. GERSON CONTE - Com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - ...do Marcelo e dessa pessoa.

O SR. GERSON CONTE - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sabe por quê? Porque o Júnior falou para nós que as características do Marcelo são determinadas características que não batem com realmente as características do Marcelo.

O SR. GERSON CONTE - Certo.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Que são mais parecidas com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Só para esclarecer, Deputado Rubinelli, quem disse das características do Marcelo não foi o Júnior. Foi o gerente comercial.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Sim, qual é o nome completo do gerente comercial? É o Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Porque eu pensei que o senhor estivesse se referindo... O advogado me pediu para adverti-lo.

O SR. RICARDO VITA PORTO - Os dois são Júnior.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sim. Então, mas o nome completo do diretor comercial é Júnior, ele tem Júnior no nome.

O SR. RICARDO VITA PORTO - O filho também tem.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Não, não, eu estou dizendo o diretor comercial do senhor.

O SR. GERSON CONTE - Correto.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Não o seu filho. O Júnior que eu digo é o diretor comercial.

O SR. GERSON CONTE - Correto.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Então, nós temos aqui um problema, porque o Júnior nos disse que era uma pessoa; o senhor nos disse que eram duas. Muito embora, o de positivo é que o Júnior falou que fica registrado lá, e ele se comprometeu a nos fornecer a cópia da entrada da pessoa.

O SR. GERSON CONTE - Correto, com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Tem uma outra coisa também aqui que eu acho um pouco estranha, que o senhor falou que o senhor já exportava para o Paraguai. Hoje o senhor falou aqui, agora, para nós, não falou?

O SR. GERSON CONTE - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Tá. No primeiro depoimento do senhor, eu perguntei para o senhor... A seguinte pergunta eu fiz: “O senhor, sabedor que é do processo de exportação, o senhor nunca procurou exportar diretamente, ao invés de ter esse atravessador aí, o distribuidor? Não era mais fácil o senhor exportar?” Aí o senhor respondeu, no primeiro depoimento: “Olha, seria, mas eu não consegui ter esses caminhos que eles têm. Já fiz tentativas, mas não consegui eu mesmo conseguir uma empresa com uma rede dentro do próprio Paraguai para dissolver o produto”.

O SR. GERSON CONTE - Correto.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Ou seja, hoje o senhor disse para nós que já exportava. No primeiro depoimento, o senhor falou que não exportava. Está aqui, está registrado.

O SR. GERSON CONTE - Veja bem, eu exportava indiretamente, que é o mesmo caso da Lemond. Essa exportação, ela é feita indiretamente. Quando eu coloco exportação, seria minha exportação direta, que agora que nós estamos conseguindo uma empresa que está começando uma exportação direta para poder fazer um trabalho diretamente.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas a pergunta que eu havia dito para o senhor era exportar para Paraguai, por que o senhor não exportava direto. O senhor respondeu que não, porque o senhor não tinha os caminhos que eles têm. E hoje o senhor falou para nós que o senhor já exportava para Paraguai anteriormente.

O SR. GERSON CONTE - Mas indiretamente também, por empresas, igual a da Lemond, que não é uma exportação nossa, direta.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Uma outra coisa que eu acho no mínimo estranha: quando eu perguntei para o senhor quem fazia, no primeiro depoimento, a distribuição das 30 mil caixas, quem vendia para o Paraguai, o senhor me deu o nome de duas distribuidoras, a Lemond e a Topázio.

O SR. GERSON CONTE - Correto.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Veja o senhor, o senhor me deu o nome de uma distribuidora que trabalhou 15 dias para o senhor.

O SR. GERSON CONTE - Sim, mas ela fez.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Ou seja, a empresa efetivamente que fazia a distribuição para o senhor era a Lemond.

O SR. GERSON CONTE - Correto.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - A Topázio, pelo que nos foi dito aqui, ela quebrou um galho da Lemond com relação à nota fiscal.

O SR. GERSON CONTE - Ela faz parte de uma lista de cliente. Por isso que eu a coloquei. Está junto aos documentos.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, na realidade, é uma distribuidora que manda as 30 mil caixas de cerveja para o Paraguai. A Topázio, eventualmente, me parece, nós vamos checar isso também, foi só durante 15 dias. Agora, uma outra coisa também que eu gostaria que o senhor nos explicasse é como que foi feito o contato da Lemond com o senhor, como que o senhor conheceu o pessoal da Lemond.

O SR. GERSON CONTE - Através do departamento. O departamento comercial que tem esse contato. E numa das estadias deles lá na fábrica que eu conheci a pessoa...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – E por que não tem contrato com a Lemond e é tudo no fio do bigode?

O SR. GERSON CONTE - Paga adiantado. É feito o pagamento antecipado para levar a mercadoria.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Mas, mesmo assim, o senhor não acha estranho? Todo mundo que paga, em dinheiro, que paga... tudo o que a gente faz, a gente... Uma empresa do porte da sua empresa não ter um contrato é, no mínimo, estranho.



O SR. GERSON CONTE - Olha, até gostaria de colocar isso. Nenhuma distribuidora que trabalha conosco já está com o contrato firmado. Todas estão praticamente numa fase de experiência, para depois assinar um contrato.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Olha, eu acho estranho, e vou explicar para o senhor por quê. Sou advogado também. O senhor, não tendo contrato, juridicamente, tudo o que acontecer nessas estradas, é o senhor que responde, porque o senhor não tem contrato.

O SR. GERSON CONTE - Correto.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E o senhor sabe disso.

O SR. GERSON CONTE - Não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - O senhor deve ter um jurídico na sua empresa.

O SR. GERSON CONTE - Não, isso não.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Então, é no mínimo estranho não ter um contrato de prestação de serviço da transportadora com o senhor, porque, ou seja, se esses caminhões atropelarem alguém, fizerem qualquer barbaridade, para todos os efeitos, o responsável é a Conti, porque o senhor não tem um contrato de prestação de serviço. O senhor é uma pessoa inteligente, uma pessoa que consegue linha de financiamento com o BNDES, eu gostaria que o senhor explicasse isso para nós, como que não existem esses contratos com as transportadoras.

O SR. GERSON CONTE - Não com a transportadora. Estou falando contrato com a distribuidora.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Com a Lemond.

O SR. GERSON CONTE - Com a Lemond e nem com outras distribuidoras que trabalham conosco.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sim. Então, se um contratado... Ela contrata por frete. Se um caminhão desses fizer uma barbaridade, o senhor que responde. Como que não tem contrato? Explica para mim.

O SR. GERSON CONTE - Existe um seguro do transporte, porque o caminhão não é nosso, o caminhão é de terceiros.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sim.



O SR. GERSON CONTE - Mas aonde fica a minha responsabilidade?

O SR. DEPUTADO RUBINELLI – Total. O produto é do senhor. Quem, então, tem responsabilidade, se não tem um contrato?

O SR. GERSON CONTE - Eu acho que o seguro...

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Como que vai ser da Lemond, se não tem nenhum papel dizendo que ele tem contrato com o senhor, que ele trabalha para o senhor? A mercadoria que está em cima do caminhão é sua, quem responde é o senhor. Se houver um acidente, uma morte, qualquer evento, é o senhor que responde por isso.

O SR. GERSON CONTE - Bom, eu vou até aprofundar nesse assunto, para que eu possa colocar...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Só para eu entender também. O senhor vende em depósito na sua fábrica ou o senhor vende colocado na fronteira?

O SR. GERSON CONTE - Eu vendo na minha fábrica.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Aí a responsabilidade é de quem comprou para transportar.

O SR. GERSON CONTE - Também acho, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sim, mas veja você, sequer tem um contrato com a Lemond e com ele em qualquer aspecto. E esse transporte que é feito?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Deputado Rubinelli, volta e meia eu estou interferindo aí, às vezes, até atrapalhando o raciocínio de vocês, mas eu estou com uma dúvida aqui e precisava sanar. Sr. Gerson, me permite?

O SR. GERSON CONTE - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Uma caixa de cerveja, qual é a carga tributária que incide numa caixa de cerveja? Qual é o custo de produção, considerando a matéria-prima, a mão-de-obra, enfim, o senhor, como empresário, tem isso tudo muito bem calculado.

O SR. GERSON CONTE - Mais que 50%.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Mais de 50% é...

O SR. GERSON CONTE - Da carga tributária.



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Da carga tributária. E custo de produção, ou seja, o preço final de uma caixa, ele vai dar quanto de lucro? Qual é o lucro que representa a produção de uma caixa de cerveja? Tira a matéria-prima, tira o custo operacional de fabricação, energia...

O SR. GERSON CONTE - Ela chega a 1,60 de rentabilidade por caixa.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - 60 de...

O SR. GERSON CONTE - 1,60. Um real e sessenta centavos.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Em termos percentuais, quanto que representa?

O SR. GERSON CONTE - Representa de 10 a 11%.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - 10 a 11% é o lucro líquido que dá a produção de caixa de cerveja. Srs. Deputados, eu pediria que os senhores observassem o detalhe da pergunta. Ele tem uma produção mensal, tem um compromisso de financiamento da ordem de 1 milhão e pouco. Então, que ficasse registrado que os senhores observassem esse ponto aí, tá? A produção que ele tem, a carga tributária que incide, o custo de fabricação e o que sobra de lucro líquido para cobrir essa dívida. Enfim, é só isso para mim.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Eu estou formulando uma pergunta aqui. Então, eu passo aqui para o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Pois não, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Vou fazer uma indagação para o senhor raciocinar comigo, porque, se o senhor ficou surpreso na leitura do jornal, quando saiu que provavelmente o Lobão estaria comprando a fábrica do senhor, o senhor e sua família disseram que ficaram sabendo isso pelo *Estado de S.Paulo*?

O SR. GERSON CONTE - Foi. Exato. Está certo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Eu tenho certeza que o senhor também pensa. A gente verifica sua boa vontade. Estamos sabendo o que estamos fazendo aqui. E, às vezes, a gente fica em dúvida e falamos assim: o que nós, Deputados, com uma CPI estamos fazendo para poder tentar esclarecer essa situação para a sociedade? Para a sociedade, porque surgem dúvidas e por isso a gente vai esclarecendo, os Deputados perguntam e nós mesmos, a cada momento,



temos uma elucidação de alguma coisa. Gostaria de perguntar para o senhor: eu emprestei dinheiro para um amigo — todos nós aqui podemos fazer isso —, na confiança. No século XXI é difícil a gente ter contrato no fio do bigode. Tirando a prestação que o senhor paga no BNDES, o resto tudo foi no fio do bigode. É um prestígio muito grande que não só a sua família e o senhor obteve nas mais diversas áreas. Se na primeira vez ele me deu calote. E aí de novo ele vem me pedir empréstimo. Eu viro para ele e falo assim: “Não, mas você já está me devendo e você não cumpriu, como é que eu vou te emprestar de novo?” Mas aí vai na confiança e mais uma vez a gente refaz. E isso já aconteceu comigo, deve ter acontecido com o senhor, deve acontecido com muita gente. Mas tem uma hora que a gente aprende e fica aquilo como débito da vida da gente para trás e a gente tem que... Então, eu queria que o senhor esclarecesse para nós, porque senão, senão for dessa forma, nós vamos ter que fazer uma outra lógica. O senhor pegou um empréstimo com a Krones. Não quitou. Reconheceu uma dívida maior e parcelou. Não quitou, porque tinha débitos que o senhor vinha na cervejaria. E depois conseguiu o terceiro empréstimo em valores 5 ou 6 vezes maiores do que os anteriores.

O SR. GERSON CONTE - O segundo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, porque tinha um de... O senhor fez de 1.800, reconheceu um débito de 3.184, 3 milhões 184 mil, para dividir em tantas parcelas, e depois disso...

O SR. GERSON CONTE - Sim. Correto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO -... quando o senhor implementou, conseguiu um de mais de 20.

O SR. GERSON CONTE - Correto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E aí o senhor falou que foi na credibilidade da empresa...

O SR. GERSON CONTE - Foi.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO -... foi na qualidade do produto...

O SR. GERSON CONTE - Foi.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, nós vamos ter de chamar a Krones aqui, porque eu me disponho, na qualidade do seu produto, na qualidade do



seu produto, na credibilidade da sua empresa, nós vamos nos instalar e eu também quero ser sócio dessa empresa aí. Eu também quero ser sócio. Quero instalar uma lá em Minas. Lá não tem em Minas, ainda. O senhor está indo para o Mato Grosso do Sul e para o Paraná. Eu preciso colocar em Minas, porque eu tenho uma produção de água boa, e o senhor tem credibilidade na Krones, tem refinanciamento, tem todo esse empréstimo e o senhor tem um crédito louco com a Krones e uma credibilidade de um produto de altíssima qualidade, para poder entrar em competitividade, da qual nenhum ser racional ou normal não queira fazer parte. Se uma coisa que te assusta é normal, não tem problema e consegue um empréstimo. Eu também quero fazer parte. Qualquer cidadão tem o direito de fazer parte, porque tinha um demonstrativo anterior, do qual o senhor não quitou ou teve dificuldade incrível. Ela vem injetando 20 vezes a mais do que tinha no primeiro empréstimo...

O SR. GERSON CONTE - Correto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO -... na credibilidade, porque não tinha sido pago. Eu chego para os meus devedores e falo o seguinte: se eu te emprestei uma vez e não pagar é até bom, porque tenho certeza de que você não vai voltar a mim. Eu acho até bom não me pagar, porque vai dar calote uma vez só. E, muito pelo contrário, com o senhor aconteceu o inverso, vem de novo e consegue 20 vezes a mais do que o primeiro empréstimo, e pela qualidade do produto, por um produto que está restrito a uma região, que, por coincidência ou não, porque é aí que eu quero que o senhor entenda, por coincidência ou não, o senhor está ampliando a sua ação para o Mato Grosso Sul e para o Paraná. Aí eu quero dizer para o senhor que estou disposto, com a sua credibilidade na Krones... Fala para a Krones lá: vamos lá fazer uma investigação. A gente tem um manancial de água substancial para criar uma Cervejaria Conti com essas condições, porque eu tenho certeza de que ela vai apostar na qualidade de seu produto, de novo. O senhor tem que, de alguma forma, nos convencer ou nos esclarecer como é que isso acontece sem que não haja uma injeção. E nós só queremos elucidar. Na hora em que isso estiver às claras desta compreensão, eu tenho certeza de que não vai pairar suspeição por ninguém que está aqui.

O SR. GERSON CONTE - Está certo.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E nem para o senhor. Há dúvida em tudo que o senhor está dizendo. A CPI, eu gostaria que o senhor soubesse, tem condições e prerrogativas para ir lá fora e saber se há algum financiamento externo; a CPI tem condições de apurar as parcelas na Krones; a CPI quer saber se a Krones apostou na credibilidade do seu produto e na confiança do fio de bigode, no século XXI, para lhe aportar outro empréstimo. A CPI tem condições de levantar isso tudo, de fazer... Amanhã, o Presidente e o Sr. Relator vão pegar um avião e vão na Krones, na Alemanha. Existe algum financiamento externo para a Conti, Casa Conti, Cervejaria Conti no Brasil? Cadê o parcelamento? E se não existir, Sr. Gerson?

O SR. GERSON CONTE - Mas ele existe aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, a matriz está lá. Eu quero saber se existe no Brasil com essa injeção toda?

O SR. GERSON CONTE - Existe.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E aí eu tenho certeza que a Krones vai perguntar com qual objetivo, com qual perspectiva que o senhor falou, que foi da ampliação, ela não tem interesse de fazer mais ou de ampliar os seus negócios? Porque eu não conheço — aí eu quero dizer —, em nenhum outro lugar do Brasil, que a Krones tenha tido tanta boa vontade como teve com o senhor. E aí eu quero que o senhor pense comigo: todo mundo tem direito a essa oportunidade, a ter tanta sorte como o senhor teve.

O SR. GERSON CONTE - Eu concordo com você. Eu tive essa. Eles acreditaram em mim. Está lá. A Krones do Brasil, ela é em São Paulo. Eu gostaria que vocês averiguassem tudo isso, porque eu fico numa situação delicada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas tem que ficar, porque essa questão do parcelamento... O senhor fala que tem um parcelamento que começou um processo há uns 5, 6 meses. Então, o Deputado, acho que o Julio Semeghini, começou um processo, disse que o senhor começou esse processo novo há uns 10 meses e aí fica uma confusão de datas, de períodos e os 10 meses, os 5 meses, a gente quer saber a prestação das parcelas que são pagas para a Krones, porque o BNDES é uma instituição pública, e os empréstimos o senhor tem que quitar, porque, e haja vista não é qualquer empresário, e eu disse isso para o senhor lá em São Paulo, que consegue ter a sorte de conseguir sem que seja de empresas



vítimas de concessão pública, de processo de privatização, que tenham conseguido empréstimos no BNDES, já é louvável. Agora, acima disso, conseguir de uma empresa privada do exterior sem que tenha essa garantia, aí eu te pergunto: e se isso não tiver, e se não tiver do conhecimento da Kronos, como é que fica?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Deputado Júlio, eu gostaria de dar continuidade, porque o senhor chega aqui perguntando. Eu não estava na outra vez que o senhor foi falar perante esta CPI em São Paulo, mas o senhor volta aqui hoje, de novo, dizendo: eu não sei por que eu estou aqui, qual é a razão. Primeiro, o nome da sua empresa sai no jornal com possível envolvimento com o Sr. Roberto Eleutério, que está preso até hoje. Segundo, o senhor nega que tenha tido qualquer relacionamento entre a sua empresa e esse cidadão.

O SR. GERSON CONTE - Nego.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Mas já confirma que o Sr. Marcelo...

O SR. GERSON CONTE - Esteve na empresa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... esteve lá. Analisando os documentos que o senhor mandou, que parece que os documentos não estão completos, mas analisando, nenhum documento, Deputado Júlio, está registrado em cartório, ou seja, é na confiança. É difícil para todos nós, que não conseguimos um empréstimo pessoal de 5 mil reais sem darmos garantias, salários, nós que aprovamos a legislação brasileira aqui, é difícil. Nenhum cidadão brasileiro tem acesso a isso que o senhor teve, de 20 milhões sem contrato, sem nada, e já tendo sido inadimplente em contrato de prestação de serviço anteriormente. Não é? Então, para nós, e nós estamos analisando, faltam documentos e nós vamos solicitar mais documentos, mas fica parecendo que o produto já foi pago e não sabem como se chegou aí, porque é difícil trabalhar com contratos que eles não estão registrados em cartório e tudo mais.

O SR. GERSON CONTE - Mas eles estão registrados.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Pelo que o senhor falou, os dados aqui, o Deputado Relator veio fazer umas contas conosco aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Só um minutinho, Deputada Vanessa, ele está afirmando aqui que esses contratos com a Krones estão registrados em cartório. É só ele nos enviar e nós vamos verificar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – A informação que nós temos é que não estão registrados em cartório de prestação de serviço e tudo mais, que não estão registrados em cartório. Bom, mas fizemos uma conta rápida aqui. Se o senhor vendesse 300 mil caixas de cerveja, o seu lucro mensal não ultrapassaria 500 mil reais.

O SR. GERSON CONTE - Não, eu coloquei que nós temos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Qual é o lucro da bebida quente que o senhor tem?

O SR. GERSON CONTE - Eu tenho hoje uma rentabilidade que gira em torno de 10 a 15% do meu trabalho coletivo de toda bebida quente e a cerveja.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Como é? 10 a 15% de que?

O SR. GERSON CONTE - Eu faturei hoje 11 milhões de reais.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – É um milhão e pouco de reais que o senhor tem de lucro?

O SR. GERSON CONTE - Um milhão e pouco.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor usa esse dinheiro todo para pagar essas prestações?

O SR. GERSON CONTE - Exatamente. Todo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Todo para pagar?

O SR. GERSON CONTE - Todo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E estando inadimplente ou está em dia com esse pagamento aqui dos 20 milhões?

O SR. GERSON CONTE - Deve estar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E da prestação de serviços, o senhor está em dia do contrato feito?

O SR. GERSON CONTE - Estou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Os documentos que nós analisamos, que a CPI recebeu... O senhor mandou documentos, não mandou?

O SR. GERSON CONTE - Mandei todos.



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – O senhor está um bocado atrasado, pelo que nós sabemos. E aí, onde é que fica essa contradição?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Me perdoe, eu gostaria de fazer mais alguma pergunta aqui para senhor. Primeiro, esses contratos estavam registrados já há algum tempo ou o senhor registrou agora recentemente.

O SR. GERSON CONTE - Não, já faz tempo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Não teve nenhum registro?

O SR. GERSON CONTE - Não.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O contrato que nós vamos receber terá a data do registro, com certeza?

O SR. GERSON CONTE - Sim, terá a data do registro.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Outra coisa que eu queria falar com o senhor. Esse contrato maior que o senhor tem com essa empresa Krones, ele começou a vencer quando?

O SR. GERSON CONTE - O maior?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - O maior.

O SR. GERSON CONTE - Uns 2 a 3 meses.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Uns 2 a 3 meses. E o senhor está em dia com essa prestações?

O SR. GERSON CONTE - Estou.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - E o senhor está pagando em banco, pagando direto para eles?

O SR. GERSON CONTE - Pagando em banco.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Em banco?

O SR. GERSON CONTE - Em banco.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Eu quero que seja anexada a cópia que eles mandam junto com o contratos, também a cópia de pagamento que foi feita no banco para eu saber a data e o valor, por favor, para ver se há vínculos com o contrato. Muito obrigado.

O SR. GERSON CONTE - Eu gostaria só de posicionar. Quando a senhora coloca o contrato, os contratos, para mim, estão todos registrados. Eu não entendi. A senhora está colocando que um contrato não está registrado ou todos?



A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Nós temos informações, o senhor diz que todos estão...

O SR. GERSON CONTE - Registrados.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Registrados. Então, não caberia essa pergunta e nós estamos aqui para lhe fazer pergunta e eu vou, em deferência a sua pessoa, eu quero dizer que, no mínimo, o contrato de prestação de serviços, a análise feita, não está registrada em cartório.

O SR. GERSON CONTE - Isso aí não é do meu conhecimento. Agora, que eu entendi a que a senhora estava colocando. Me desculpa. Agora, que eu entendi.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – E o senhor vai ter que, com todos os documentos que o senhor ficou de enviar, completar aquilo que o senhor já mandou, o senhor vai ter que comprovar que está registrado em cartório, que o senhor está em dia, porque eu repito outra coisa que eu falei, o senhor não está em dia. O senhor aqui afirma que está, com todas as prestações, todos os contratos e análise feita por técnicos aqui da Comissão é que o senhor não está em dia com o pagamento, mesmo que o senhor fosse pagar, pelo que o senhor fala, o senhor ficaria sem um centavo para viver durante um mês, que todo o dinheiro estaria comprometido, ou seja, o senhor vai ter que explicar muito bem, porque essa é apenas uma parte do trabalho. Nós vamos analisar os documentos do senhor.

O SR. GERSON CONTE - Está certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Não havendo mais nenhum outro Deputado que queira inquirir, eu queria então concluir e só para entender a natureza da operação que foi realizada entre a Krones e a Conti. Foi uma operação de venda do maquinário, foi uma operação de empréstimo, foi uma operação de *leasing*, qual é a característica da operação na venda do maquinário, porque, enfim, é uma pergunta importante.

O SR. GERSON CONTE - Sim, foi feita uma operação de venda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Quer dizer, as máquinas foram vendidas para o senhor com financiamento?

O SR. GERSON CONTE - Com financiamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Qual o imposto que foi recolhido nessa operação?

O SR. GERSON CONTE - Não tenho esse número, mas poderia informar. No momento eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - É porque o senhor sabe que esta CPI é a CPI da Pirataria e da Sonegação Fiscal. Interessa-nos muito a caracterização das taxas recolhidas quando da venda da Kronas para a Conti. Esse contrato é importante que nos seja remetido também e eu gostaria de saber qual é o recolhimento da Conti para a Fazenda estadual e essa sucessão. O senhor poderia me informar? O senhor está falando que o senhor tem um faturamento hoje de 11 milhões de reais. Certo? Então, o senhor recolhe em torno de 5 milhões por mês à Fazenda?

O SR. GERSON CONTE - Eu gostaria de poder informar isso, porque eu tenho crédito também de produtos que eu recebo que abatem nesse imposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – É claro.

O SR. GERSON CONTE - Mas eu poderia informar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Que é da ordem de quanto que o senhor imagina que os seus créditos seriam da ordem de quanto? O senhor compra insumos da ordem de quanto?

O SR. GERSON CONTE - Eu devo estar hoje recolhendo mais de 2 milhões, 3 milhões de tributações entre o Estado e a União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Quer dizer, então, o senhor recolhe mensalmente entre 2 e 3 milhões mensais?

O SR. GERSON CONTE - Mensais

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – As suas guias estão em dia? O senhor está em dia com o ICMS?

O SR. GERSON CONTE - Em dia com o ICMS, com o Estado, com a União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – A taxa da cerveja especificamente qual é no total? O senhor falou em torno de 50%, mas o senhor poderia ser mais preciso?

O SR. GERSON CONTE - Ela tem mais ou menos um valor de percentual quase de 20 a 25% sobre o valor dela, do IPI, PIS e FINSOCIAL.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Vinte a 25%?

O SR. GERSON CONTE - Não tenho o número exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Sim, mas aí acresce a isso o estadual?

O SR. GERSON CONTE - E o federal. O estadual é mais 25%, cinqüenta e poucos por cento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Perfeito. Qual é o valor então que o senhor vende uma caixa hoje?

O SR. GERSON CONTE - Nós vendemos hoje uma caixa, dentro do Estado de São Paulo, na ordem de 19, 19 e 40 a caixa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – E para exportação?

O SR. GERSON CONTE - Sai a 10 e alguma coisa. Não tenho o número preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – O seu faturamento na ordem de exportação qual é?

O SR. GERSON CONTE - Exato, não tenho. Mas ele deve gerar em torno de 300, mais ou menos, mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) – Está perfeito. Bom, eu gostaria de agradecer a sua presença aqui hoje mais uma vez, manifestando o nosso respeito para com o senhor enquanto cidadão, enquanto empresário e de que todo o nosso procedimento é no sentido de que se elucidem dúvidas que foram trazidas a esta CPI por uma investigação do Ministério Público, que acabou por flagrar criminosos falando repetidas vezes na sua empresa e no interesse que tinham em fazer negócios com o senhor e, eventualmente, comprar inclusive a sua empresa. Então, o senhor já deve estar advertido disso, já está consciente disso, mas como o senhor não disse, disse que não sabia, eu estou apenas, em respeito a sua cidadania, ao senhor e ao seu comparecimento aqui, lhe advertindo que isso tudo pode ser inclusive uma enorme má sorte de alguns criminosos terem sido flagrados pelo Ministério Público numa investigação falando repetidas vezes sobre a sua empresa, sobre a possibilidade de fazerem negócio com ela e até o eventual interesse de adquiri-la. Eu queria pedir ao nosso pessoal da assessoria que



encaminhasse os demais depoentes aqui hoje para que nós pudéssemos encerrar e nós ainda temos que votar aqui alguns requerimentos.

O SR. GERSON CONTE - Eu agradeço muito. Obrigado. Desculpa se eu não consegui bastante ser bastante transparente com vocês, mas eu estou aqui para poder colaborar e ser transparente como sempre fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Eu basicamente convidei os senhores para retornarem aqui para agradecer a presença de todos, dizer que esta CPI e essas investigações têm para com todos os senhores grande respeito enquanto cidadãos, enquanto empresários e trabalhadores e que cada um de nós, Deputados, está prossequindo no dever que temos de melhor contribuir para a corporação dos fatos que aqui se tenta apurar. Basicamente é isso. Se for necessário, nós então solicitaremos novamente a presença dos senhores, a fim de que fique claro a todos, já o fiz com o Dr. Gerson, apenas estamos prossequindo nas investigações em função de que o Ministério Público flagrou várias conversas entre criminosos, fraudadores da Receita, fraudadores do Fisco e criminosos de várias ações criminosas falando sobre operações com a Conti, inclusive no desejo de adquirir a companhia. É por essa razão, que esta CPI trabalha na direção dessa investigação. Esperamos, então, que os senhores possam nos enviar os dados, a fim de que esses fatos sejam devidamente elucidados. Era isso. Agradeço a todos os presentes. Muito obrigado. Encerro esta sessão de audiência pública, pedindo aos Srs. Deputados que permaneçam para que nós possamos então votar os requerimentos. Agradeço a presença de todos. Tenham uma boa noite. Muito obrigado.

Srs. Deputados, requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin no sentido de: nos termos regimentais, requer que sejam requisitadas ao Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal as informações que menciona. Em razão do sigilo, os Srs. Deputados que quiserem verificar aqui na Mesa... Estando todos de acordo, então, aprovado. Requerimento do Deputado Júlio Lopes que requer, nos termos regimentais, que sejam intimados a prestar esclarecimentos nesta CPI as pessoas que menciona: Sr. Laerte Gonçalves de Magalhães; Sr. José Eudásio Ferreira Lopes, Sr. Roberto Juliani, Sr. José Ricardo Gonçalves da Silva. Os Deputados que estiverem de acordo... Aprovado.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, eu acho que foi falta da correção que seria feita, depois de terem sido feitas as correções devidas, que nós aprovássemos a ata da reunião anterior. Tranquilo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Lopes) - Estou de acordo com a sua solicitação, na próxima reunião, aprovaremos a nova ata. Muito obrigado a todos. Uma boa noite e obrigado.